



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

**O EU E OS OUTROS: Uma Análise Da Heterogeneidade Enunciativa
Do Sujeito Na Produção Acadêmica**

EZEQUIEL BEZERRA IZAIAS DE MACEDO

**Recife-PE
2016**

EZEQUIEL BEZERRA IZAIAS DE MACEDO

**O EU E OS OUTROS: Uma Análise Da Heterogeneidade Enunciativa
Do Sujeito Na Produção Acadêmica**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Letras da Universidade Federal de Pernambuco como
requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Linguística.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Siane Gois Cavalcanti Rodrigues.

**Recife-PE
2016**

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

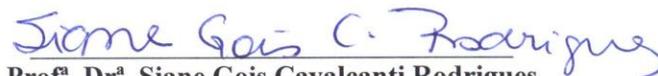
M141e	<p>Macedo, Ezequiel Bezerra Izaias de O eu e os outros: uma análise da heterogeneidade enunciativa do sujeito na produção acadêmica / Ezequiel Bezerra Izaias de Macedo. – Recife: O Autor, 2016. 131 f.</p> <p>Orientadora: Siane Gois Cavalcanti Rodrigues. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Letras, 2016.</p> <p>Inclui referências.</p> <p>1. Linguística. 2. Análise do discurso. 3. Comunicação escrita. 4. Redação acadêmica. 5. Ensino superior. I. Rodrigues, Siane Gois Cavalcanti (Orientadora). II. Título.</p> <p>410 CDD (22.ed.)</p>	UFPE (CAC 2016-57)
-------	--	--------------------

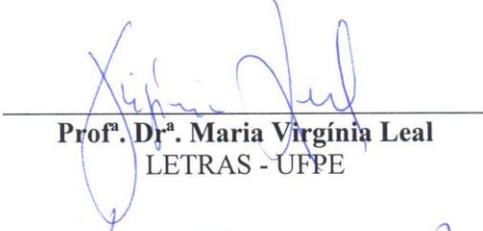
EZEQUIEL BEZERRA IZAIAS DE MACEDO

**O EU E OS OUTROS: Uma Análise da Heterogeneidade Enunciativa do
Sujeito na Produção Acadêmica**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em LINGUÍSTICA, em 18/2/2016.

DISSERTAÇÃO APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:


Prof.^a Dr.^a Siane Gois Cavalcanti Rodrigues
Orientadora – LETRAS - UFPE


Prof.^a Dr.^a Maria Virgínia Leal
LETRAS - UFPE


Prof. Dr. Ivo de Andrade Lima Filho
TERAPIA OCUPACIONAL - UFPE

Recife – PE
2016

Dedico esta dissertação a minha esposa Giovanise e as minhas filhas Nayara e Rayssa, que me estimularam a trilhar este caminho, sempre me incentivando nas horas difíceis e me aplaudindo nos momentos de vitória.

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Siane Gois Cavalcanti Rodrigues, minha orientadora, pela dedicação a este trabalho, pela orientação valiosa, pelo incentivo, compreensão e apoio nos momentos mais difíceis, estimulando-me sempre a seguir em frente. A sua maneira de ser facilitou sobremaneira o meu trabalho. Sou muito grato por todos os ensinamentos recebidos.

À Professora Doutora Virgínia Leal, por aceitar fazer parte da banca examinadora e pelos esclarecimentos preciosos sobre diversas questões que muito contribuíram para a realização desta pesquisa.

Ao Professor Doutor Ivo Andrade Lima Filho, por aceitar compor a banca examinadora e pelas importantes orientações que foram de muita valia para a conclusão desta pesquisa.

A todos os professores que tive durante o curso de pós-graduação em letras, em particular as Professoras Doutoras Nelly Carvalho e Maria Cristina Sampaio, pela paciência, disposição, orientação e incentivo, estimulando-me sempre a crescer cada vez mais.

A todos os colegas concluintes, pelas horas de labuta e aprendizado que vivemos, das quais procurarei guardar somente os momentos bons e felizes, procurando multiplicá-los no futuro.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Letras Diva, Jozaías e Luís Carlos, bem como aos bolsistas pela prontidão e apreço na execução de tarefas administrativas da secretaria, as quais muito me facilitaram a vida acadêmica.

Por fim, a todos que torceram por mim e não puderam ser mencionados, os meus sinceros agradecimentos.

Muito obrigado.

RESUMO

Esta dissertação analisa o fenômeno da heterogeneidade enunciativa na produção acadêmica. O trabalho se situa no campo da Linguística da Enunciação. Partimos da defesa de que a língua não deve ser vista somente como um sistema de combinação de signos, mas, sobretudo como linguagem engendrada por um sujeito. Diante disso, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar como o sujeito faz uso das aspas de conotação autonímica na produção discursiva acadêmica, ancorando-se na teoria discursiva de Authier-Revuz (2014a, 2014b, 2014c, 2004, 2001, 1998b, 1994, 1990 e 1982). Com a finalidade de preparar o leitor para a essência do trabalho, apresentamos as caracterizações do discurso acadêmico. Em seguida, iniciamos a fundamentação teórica da pesquisa, apresentando uma percepção do percurso evolutivo do campo da enunciação, o qual vai desde Saussure, passa por Benveniste e continua com Bakhtin. Ao finalizarmos os fundamentos teóricos da dissertação, visitamos os principais postulados de Lacan, por meio dos quais buscamos uma articulação entre a linguística e a psicanálise, para chegarmos à teoria de Authier-Revuz sobre a heterogeneidade enunciativa do sujeito no discurso, a qual se apresenta de dois tipos: a heterogeneidade mostrada, que pode ser marcada ou não marcada e a heterogeneidade constitutiva. Duas categorias de análise guiam a nossa investigação: (a): Características do discurso do *eu* e dos *outros* no emprego das aspas de conotação autonímica; e (b): Caracterizações a respeito dos tipos de aspas de conotação autonímica. O *corpus* de nossa dissertação é a tese de doutorado em linguística intitulada *Gramáticas Brasileiras Contemporâneas do Português: Linhas de Continuidade e Movimentos de Ruptura com o Paradigma Tradicional de Gramatização*, defendida em abril de 2015, de autoria de Francisco Eduardo Vieira da Silva, da qual analisamos a introdução e o capítulo 1. Investigamos excertos de enunciados da tese de Silva que contêm aspas de conotação autonímica, tais como as aspas de diferenciação, de condescendência, de proteção, de questionamento ofensivo e de ênfase. Os resultados atestam que as aspas não se propõem ao dizer explícito. Cada discurso aparece dialeticamente como unitário, de uma face, e como plural, se considerarmos a outra face do mesmo, sendo isso que o faz heterogêneo. Nos termos que são aspeados, o sentido que as aspas produzem no enunciado do sujeito é guardado à distância. Dessa maneira, percebemos que as aspas são uma espécie de sinal a ser decifrado no fio do discurso. Em suma, o leitor pode se aproximar, seja um pouco mais, seja um pouco menos da concepção do autor, o *eu* do discurso, desde que realize uma manobra metalinguística contextualizada e historicizada, recuperando o *outro* presente na cena discursiva.

Palavras-chave: discurso acadêmico; sujeito discursivo; aspas; conotação autonímica; heterogeneidade enunciativa.

RÉSUMÉ

Cette recherche analyse le phénomène de l'hétérogénéité énonciative dans la production académique. Le travail se situe dans le champ de la Linguistique de l'Énonciation. Nous soutenons que la langue ne doit être vue que comme un système de combinaison de signes mais surtout comme un langage joué par un sujet. De ce fait, l'objectif général de la recherche est d'analyser la façon avec laquelle le sujet utilise les guillemets de conotation autonimique dans la production discursive, sur le soutien de la théorie d'Authier-Revuz (2014a, 2014b, 2014c, 2004, 2001, 1998b, 1994, 1990 e 1982). Avec le but de préparer le lecteur pour l'essentiel du travail, nous présentons les caractérisations du discours académique. Ensuite, nous commençons la fondation théorique en présentant une vue du parcours évolutif du domaine de l'énonciation, qui vient depuis Saussure, continue chez Benveniste et se poursuit par les axiomes de Bachtine. Puis nous finissons cette fondation, en visitant les principaux postulats de Lacan, pour trouver une articulation entre la linguistique et la psychanalyse, afin que nous puissions arriver à la théorie d'Authier-Revuz en ce qui concerne l'hétérogénéité énonciative du sujet dans le discours, sur laquelle nous pouvons observer deux types : l'hétérogénéité montrée, qui peut être marquée ou non marquée et l'hétérogénéité constitutive. Deux catégories d'analyse guident notre recherche : (a) Caractéristiques du parcours du *moi* et des *autres* dans l'emploi des guillemets de conotation autonimique ; et (b) Caractérisations des types de guillemets de conotation autonimique. Le *corpus* de notre travail est la thèse de doctorat en linguistique qui s'appelle *Grammaires Brésiliennes Contemporaines du Portugais : Lignes de Continuité et Mouvements de Rupture avec le Paradigme Traditionnel de Grammatization*, soutenue en avril 2015, dont l'auteur est Francisco Eduardo Vieira da Silva, de laquelle nous analysons l'introduction et le premier chapitre. Nous étudions des énoncés dans la thèse de Silva qui contient des guillemets de conotation autonimique comme, par exemple, les guillemets de différenciation, de condescendance, de protection, de questionnement offensif et d'emphase. Les résultats montrent que les guillemets ne se proposent pas au dit explicite. Chaque discours apparaît dialectiquement comme unique, d'une côté, et comme pluriel, si l'on considère son autre face et c'est cela qui le fait hétérogène. Dans les termes qui ont des guillemets, le sens qu'ils produisent dans les énoncés sont gardés à distance. De cette façon, nous percevons que les guillemets sont comme une espèce de trace qui doit être déchiffrée au sein du discours. Bref, le lecteur peut se rapprocher, soit un peut plus, soit un peut moins de la conception de l'auteur, qui est le *moi* du discours, à partir du moment qu'il exécute une manœuvre métalinguistique contextualisée et historicisée, en récupérant l'*autre*, qui est présent à la scène discursive.

Mots-clés: discours académicien, sujet discursive, guillemets, conotation autonimique, hétérogénéité énonciative.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 O DISCURSO ACADÊMICO	20
2.1 OS LIMITES DA LINGÜÍSTICA DA LÍNGUA	20
2.2 O DISCURSO CIENTÍFICO	21
2.3 OS CAMINHOS DA ENUNCIÇÃO	23
3 O CAMPO LINGÜÍSTICO-ENUNCIATIVO	25
3.1 UMA VISÃO DO PENSAMENTO SAUSSURIANO	25
3.2 BENVENISTE, O “PAI” DA TEORIA DA ENUNCIÇÃO	30
3.3 UM OLHAR SOBRE O PENSAMENTO BAKHTINIANO	37
4 EM BUSCA DA HETEROGENEIDADE DO SUJEITO	46
4.1 CARACTERIZAÇÕES DO SUJEITO SEGUNDO AUTHIER-REVUZ	46
4.2 ARTICULAÇÃO ENTRE A LINGÜÍSTICA E A PSICANÁLISE	54
4.3 A HETEROGENEIDADE CONSTITUTIVA	63
4.4 A HETEROGENEIDADE MOSTRADA	73
5 ANÁLISE DE DADOS	89
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	129

1 INTRODUÇÃO

A linguística pode ser definida como sendo uma disciplina que estuda a linguagem de maneira científica. No entanto, é preciso observar que a palavra *linguagem* é polissêmica. Portanto, nesse domínio, os estudiosos não são unânimes ao procurarem fornecer elementos para tentar conceituá-la.

Quando se fala em linguagem, pode-se comumente enxergá-la como sendo um processo de comunicação. Assim, podemos nos referir, por exemplo, à linguagem dos animais, à linguagem corporal, à linguagem das artes, à linguagem dos sinais e a tantas outras. A maioria dos linguistas concorda em conceituá-la como sendo uma habilidade, uma capacidade, restrita aos seres humanos, de se comunicar por meios verbais e não-verbais.

A fim de melhor compreender a linguagem como uma capacidade essencialmente humana, Martelotta (2012) afirma que essa potencialidade dá vez a um conjunto de características. A primeira é a que se constitui numa *técnica articulatória completa*. Assim, o autor se refere a um conjunto de movimentos corporais que são solicitados para a concretização do som e que é componente da fala. Em seguida, o autor apresenta outra característica que seria uma *base neurológica*, a qual é utilizada na comunicação verbal. Essa base se constitui de uma estrutura neurobiológica própria dos seres humanos e é fundamental para o funcionamento da linguagem. A terceira se apresenta como uma *base cognitiva*, que se encarrega das relações entre o homem e o mundo biossocial. Essa característica se presta ao funcionamento mental, ditando os processos relativos à capacidade de interpretar a realidade que nos cerca. Aí se incluem também a memorização das informações e sua conseqüente transmissão nas ocasiões de comunicação. Outra característica seria uma *base sociocultural*, uma vez que a linguagem é um dos ingredientes importantes para a evolução cultural. Dessa maneira pode-se perceber que a linguagem é um dos componentes primordiais para se estabelecer a vida em sociedade. Ao final, o autor nos propõe uma dita *base comunicativa*, como última característica da linguagem. Esse alicerce comunicativo alimenta a interação entre os falantes e propicia que a linguagem possa se manifestar pelo exercício da comunicação.

Tendo abordado a linguagem, agora nos dirigimos à língua. Em linhas gerais, levando-se em conta o viés do nosso trabalho, a língua é geralmente abordada como sendo uma atividade

social. Entretanto, quando são procurados os conceitos básicos que sustentam a definição de língua, verifica-se uma grande variedade teórica nesse campo de estudo científico.

Nessa direção, no intuito de mostrar a diversidade e a maturidade da reflexão sobre os estudos linguísticos no Brasil, foi organizada a obra *Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da linguística* (XAVIER & CORTEZ, 2003). O livro se constitui de entrevistas com diversos linguistas atuantes no país, todos eles com mais de vinte anos de labuta na profissão. A pergunta que nos interessa dessa obra, no momento, é essa: “Que é língua?”. Abaixo temos várias considerações de alguns entrevistados.

Luiz Antônio Marcuschi, que pertence ao campo da Linguística de Texto, responde:

Língua é algo muito difícil de definir [...]. A língua deve ser entendida principalmente como uma atividade e não um sistema ou forma. Ela é um domínio público de construção simbólica e não um sistema ou forma. Ela é um domínio público de construção simbólica e interativa do mundo [...] (op. cit. p. 132).

O linguista Carlos Alberto Faraco, pertencente à área da Linguística da Enunciação, responde à pergunta formulada dessa maneira: “Eu não sei se há uma resposta simples para essa pergunta [...]. Daí eu costumo dizer aos alunos que nosso objeto de estudo é uma complexa realidade semiótica estruturada sim, mas necessariamente aberta, fluida, cheia de indeterminação e polissemias [...]” (op. cit, p. 64). Eleonora Albano, que é do campo teórico da Fonologia, arremata: “Língua é gesto [...] é esse meio de comunicação que evoluiu dos primatas e que coloca na boca um gesto que é visível, audível, táctil, do qual se tem propriocepção etc” (op. cit, p. 26).

Já Sírio Possenti, que trabalha com a Análise do Discurso, afirma:

É um sistema, mas um sistema submetido a problema, a violações do próprio sistema e a uma estreita conexão com o exterior, mas não qualquer uma e não de forma genérica. Ela seleciona do exterior fatores muito peculiares para funcionar [...] (op. cit. p. 161).

Levando-se em conta as diversas concepções supracitadas, observamos as diferenças de visão a respeito do objeto da linguística. Assim, quando nos propomos a definir *língua*, podemos notar a multiplicidade presente nos seus conceitos basilares. Dessa forma, é importante contextualizá-la de maneira particularizada para cada intenção que se deseja fazer uso, pois isso

vai balizar mais facilmente as pesquisas que se quer desenvolver. De nossa parte, postulamos que a diversidade de conceitos não impede de pensar a língua como o objeto da linguística. Nesta pesquisa, adotamos uma definição que pertence ao campo teórico da Linguística da Enunciação, que conceitua a língua como sendo uma atividade que se manifesta pela enunciação de um sujeito histórica e socialmente situado, no fio do discurso.

A abordagem de fenômenos relativos à utilização da língua, como também aos que dizem respeito ao falante, compreende procedimentos que não são necessariamente construídos de maneira fechada em um sistema ou em um determinado formato. Assim, é necessário incluir no objeto da linguística algumas questões tais como a subjetividade, a referência, o contexto e a modalização, dentre outras. Dessa forma, é imperativo conceber a língua como sendo constituída de maneira multifacetada.

Nesse sentido, vejamos duas abordagens sobre o objeto da linguística:

[...] seus pesquisadores ou assumem uma visão sensível aos mecanismos inerentes à língua e, portanto, enfatizam a potencialidade do estudo do fenômeno em nível *stricto sensu* ou adotam uma visão caracterizada pelo constante debate epistemológico e, por isso mesmo, mais sensível à constituição heterogênea da língua (FLORES e TEIXEIRA, 2008, p. 12).

A segunda visão da língua, postulada por Flores e Teixeira, conduz os linguistas à chamada *Linguística da Enunciação*, a qual sublinha a potencialidade do estudo do fenômeno em nível *lato sensu*, procurando mostrar as irregularidades do objeto e a sua subversão ao sistema. Em outros termos, vale ressaltar que as teorias da enunciação estudam os sinais do sujeito no enunciado, enfatizando as marcas da sua heterogeneidade, numa tentativa de ultrapassar os limites da linguística da língua.

Nosso estudo trabalha com a definição de Jacqueline Authier-Revuz para o que seja *enunciação*, que seria um “campo heterogêneo onde se encontram a língua e os seus exteriores – as formas da língua” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 16). Dessa forma, a enunciação pode ser concebida como um domínio heterogêneo do conhecimento, no qual se põe em jogo o sujeito, assim como sua relação com a língua e com o sentido. Esse lugar, inevitavelmente, conduz a linguística, caso seja compreendida no seu senso restrito, a se valer de teorias exteriores a seu campo teórico, com a finalidade de alicerçar a descrição dos fatos enunciativos.

Assim, por meio do conceito de enunciação, consubstancia-se o estudo que procura evidenciar as nuances da linguagem assumida por um sujeito. Nesse caminho, nosso trabalho considera a definição de Benveniste para o que vem a ser *enunciado*, como sendo uma “Manifestação da enunciação, produzida cada vez que se fala” (FLORES et al, 2009, p. 107). Então, levando-se em conta que a enunciação é um processo, pode-se deduzir que o enunciado é o produto da enunciação, o qual engloba pessoa, tempo e espaço. Estamos de acordo com Flores e Teixeira (2008), quando afirmam que as marcas da enunciação no enunciado possuem a característica de remeter à instância em que os enunciados são concretizados, encarregando-se de fazer brotar o sujeito da enunciação.

Vejamos o que diz Authier-Revuz, reforçando a heterogeneidade da enunciação:

De maneira geral, podemos dizer que passar da consideração da língua concebida como “ordem própria”, sistema finito de unidades e de regras de combinação [...] à consideração da fala, do discurso, é abandonar um domínio homogêneo, fechado, onde a descrição é da ordem do repetível, do “UM”, por um campo duplamente marcado pelo “NÃO UM”, pela heterogeneidade teórica que o atravessa (AUTHIER-REVUZ, 2001, p. 166).

Então, pode-se perceber que, segundo a autora, é necessário sair de uma visão fixa, constante, que conduz a processos regrados, para se chegar a uma situação na qual a língua articula o sujeito “ao mundo”. Segundo os termos da pesquisadora, é imperativo buscar o caráter não-repetível da compreensão que dele se pode ter, o qual é inevitavelmente afetado pela subjetividade e pela heterogeneidade do campo discursivo.

Após havermos caminhado pelas definições de linguagem e de língua, ao tempo em que também caracterizamos os conceitos de enunciado e a enunciação, anunciamos que o nosso tema de pesquisa é o processo de enunciação do sujeito. Assim, procuramos nos interrogar sobre os papéis do *eu* e dos *outros* no campo enunciativo, o qual se constitui em um discurso singular, particularmente desdobrado, discurso esse que seria impensável fora da articulação de um sujeito enunciativo, que se vale da heterogeneidade teórica existente no domínio linguístico. Nesse caminho, aproveitamos para afirmar que o nosso objeto de pesquisa é a heterogeneidade enunciativa do sujeito no discurso, sobre a qual tecemos maiores considerações na quarta seção da nossa pesquisa.

Destarte, no curso do nosso estudo sobre a enunciação do sujeito, forçosamente nos deparamos com os trabalhos concernentes ao fenômeno da *metaenunciação*, como define Authier-Revuz, que seria uma “Forma reflexiva por meio da qual o discurso se reveste de um comentário sobre si mesmo” (FLORES, 2009, p. 163.). A análise linguística que será levada a cabo ao longo do estudo, visa examinar sistematicamente o efeito por meio do qual um enunciado, ao se produzir, reveste-se de um comentário sobre ele mesmo. Esse fenômeno é parte do grupo de formas da reflexividade metalinguística e se relaciona com a metalinguagem produzida espontaneamente pelo locutor. Seria assim, segundo Flores (op. cit.), não uma resposta explícita a uma demanda exterior, de forma bem elaborada e explícita, mas uma espécie de enunciado ditado como reflexo da palavra emitida pelo enunciador.

Levando-se em consideração que o discurso científico se concretiza por meio de um entrecruzamento de vozes, a problemática que se estabelece é a maneira, por meio da qual são utilizadas essas vozes – a do *eu* e a dos *outros* – na produção acadêmica. Então, a nossa pergunta de pesquisa principal é: Considerando-se que o sentido de um texto não está jamais pronto, como se produz o discurso singular do sujeito no campo do “não-um”?

Dessa pergunta principal de pesquisa, decorre a outra a ela estritamente relacionada, pois que se coloca numa busca mais específica pela heterogeneidade enunciativa: Considerando-se que, no fio do discurso, as aspas de conotação autonímica têm a característica de tornar a palavra aspeada objeto do dizer, ao mesmo tempo em que é utilizada, como o sujeito faz uso desse recurso no campo do “não-um”, quando da produção dos textos acadêmicos?

A partir do exposto, nossa dissertação possui o seguinte objetivo geral: Analisar como o sujeito faz uso das aspas de conotação autonímica na produção discursiva acadêmica, ancorando-se na teoria discursiva de Authier-Revuz.

Buscamos atingir, também, os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar os tipos de aspas presentes em um discurso acadêmico, segundo o viés de Authier-Revuz;

- Identificar as marcas do dialogismo bakhtiniano em uma produção discursiva acadêmica.

A justificativa da nossa pesquisa se traduz pela importância da mesma para a sociedade, no que tange a razões cognitivas e científicas. Ressaltamos a relevância do estudo do discurso científico para os pesquisadores, escritores e leitores de uma forma geral. Ao investigarmos a

heterogeneidade do sujeito no discurso, estamos contribuindo para realçar os papéis do *eu* e dos *outros* no campo enunciativo-dicursivo, o que pode vir a colaborar para a redação de artigos científicos, dissertações, teses e outros trabalhos acadêmicos. Assim, procuramos refletir sobre o fenômeno da heterogeneidade da enunciação do sujeito sob o viés teórico da linguista francesa Jacqueline Authier-Revuz. Verifique-se também que a importância e o ineditismo da dissertação residem no caráter contemporâneo do objeto de investigação, bem como nos objetivos de pesquisa.

Nesse viés, afirmamos que o processo metodológico a ser desenvolvido num estudo enunciativo deve primar pela discussão de questões epistemológicas constitutivas da área da linguística do discurso. Diremos, então, que a metodologia de pesquisa empreendida nessa dissertação reveste-se de uma natureza essencialmente interpretativa.

Dessa forma, verificamos que a pesquisa qualitativa imprime um viés para o fenômeno investigado como uma construção humana em processo, ao contextualizar sua dinamicidade sócio-histórica. Nesse tipo de pesquisa, os dados se colocam à disposição do pesquisador, uma vez que devemos partir do princípio de que nada é comum e que tudo pode reunir potencial para fornecer pistas que permitam construir uma “compreensão mais esclarecedora sobre o nosso objeto de estudo” (BODGAN E BIKLEN, 1994, p. 49). Portanto, esta pesquisa busca descrever e interpretar o seu objeto, no caso em tela, as formas da heterogeneidade enunciativa do sujeito, de uma maneira holística.

Tendo em vista que a nossa pesquisa utiliza uma investigação de natureza qualitativa, torna-se pertinente analisar as suas nuances principais. Bogdan e Biklen (op. cit.) apresentam-nos as cinco principais características da investigação qualitativa, como a seguir: 1. A situação natural constitui a fonte dos dados, sendo o investigador o instrumento-chave quando do recolhimento de dados; 2. A primeira preocupação do pesquisador é descrever e somente em seguida ele passa a analisar os dados; 3. É fundamental observar todo o processo, ou seja, o que aconteceu no seu todo, pois isso trará como o produto o resultado final do material pesquisado; 4. Os dados devem ser analisados intuitivamente, como se se reunissem, em conjunto, todas as partes de um quebra-cabeças; 5. Os dados pesquisados devem dizer respeito, essencialmente, ao significado das coisas, ou seja, ao “porquê” e ao “o quê”. Foram estes, portanto, os princípios orientadores com os quais nos alicerçamos para a realização deste estudo.

Considerando o fato de que decidimos analisar a relação do eu/outro em um gênero acadêmico, uma tese, especificamente, delimitamos algumas estratégias para a composição do nosso *corpus*. Nesse sentido, selecionamos três trabalhos da área de linguística que foram defendidos no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE entre os anos de 2014/2015 e que foram indicados para publicação pela banca examinadora. Tal seleção tomou por base o pressuposto de que tais trabalhos revelam maturidade na escrita acadêmica, o que será fundamental para uma análise enunciativo-discursiva sobre o uso das aspas de conotação autonímica. Feita essa seleção inicial, escolhemos uma tese em cujo conteúdo resta possível perceber um número mais significativo de ocorrências das aspas de conotação autonímica.

Então, optamos por escolher um trabalho que se revelou adequado aos objetivos por nós estabelecidos. Assim, o *corpus* de nossa dissertação foi definido como sendo a tese de doutorado em linguística intitulada *Gramáticas Brasileiras Contemporâneas do Português: Linhas de Continuidade e Movimentos de Ruptura com o Paradigma Tradicional de Gramatização*, defendida em abril de 2015, de autoria de Francisco Eduardo Vieira da Silva, da qual foram analisadas a Introdução e o Capítulo 1. Essa delimitação do *corpus* explica-se pelo fato de, após um levantamento por nós efetuado, termos verificado que o autor utiliza aspas de conotação autonímica com mais frequência nessas seções do texto, em relação às demais.

Essa tese analisa as gramáticas brasileiras contemporâneas do português, em particular Azeredo (2008), Perini (2010) e Bagno (2011). O autor defende que o paradigma tradicional de gramatização é o modelo responsável por nortear, há mais de dois mil anos, a elaboração de gramáticas no Ocidente. Afirma que o novo conjunto de compromissos dos estudos linguísticos brasileiros com a gramatização de nossa língua ocasiona deslizos ou mesmo rupturas epistemológicas com esse paradigma. Com isso, Silva (2015) se propõe a atingir o seguinte objetivo geral de pesquisa: Caracterizar essa recente transição de paradigmas das gramáticas, em se tratando das linhas de continuidade e dos movimentos de ruptura envolvidos.

Assim, na Introdução, o autor ressalta que o seu foco investigativo se apoia nos novos rumos teórico-metodológicos que são percorridos pelos autores dessas gramáticas e “nos arcabouços descritivos resultantes de uma atitude epistemológica inédita que esse fazer gramatical, distinto da tradução greco-romana, empreende” (p. 27). São documentos dos mais diversos matizes, tais como projetos políticos, instrumentos de gramatização e ensaios de intelectuais sobre a questão da língua nacional. O pesquisador levanta, ainda, reflexões sobre a

virada linguística nos estudos do português e no ensino de língua materna. Investiga o português brasileiro nesse contexto e traz comentários sobre a produção brasileira de gramáticas na contemporaneidade. Arremata, assim, nessa parte inicial da pesquisa, os objetivos, as justificativas, o arcabouço teórico e os aspectos metodológicos, para se dirigir então ao capítulo inicial da sua tese.

Nesse primeiro capítulo, denominado de *A doutrina gramatical greco-romana e a constituição do paradigma tradicional de gramatização*, Silva realiza um percurso histórico sobre as reflexões iniciais a respeito da gramática. Em seguida o autor se debruça sobre o processo de gramatização dos vernáculos europeus modernos no Renascimento. Por último, tomando por base autores que discutem epistemologia científica e linguística, o pesquisador reflete a respeito da noção de paradigma e ruptura paradigmática na sua relação com o fenômeno da gramatização.

No segundo capítulo de sua tese, o autor investiga os cinco séculos da tradição gramatical luso-brasileira, afirmando que esta tradição naturalizou tanto a teoria que a fundamenta, quanto a própria linguística, como sendo algo homogêneo, sem variação, a partir de uma imagem heterogênea, porém com usos hierarquizados. O terceiro capítulo fecha a tese, analisando os dados centrais das três gramáticas brasileiras contemporâneas do português já citadas, as quais foram selecionadas por Silva para explorar o que entende por Paradigma Tradicional de Gramatização, expressão que se constitui no conceito central da sua tese. Em seguida, vejamos, então, como categorizamos nossa pesquisa.

Como categorias de análise de nosso estudo, foram selecionadas as seguintes, as quais se basearam nos objetivos de pesquisa anteriormente enunciados:

Categoria (a): Características do discurso do *eu* e dos *outros* no emprego das aspas de conotação autonímica. A consideração desta categoria possibilitou compreender a alteridade como um dos pilares de constituição da linguagem, como também permitiu a utilização das marcas do dialogismo no discurso, a fim de possibilitarem uma investigação da heterogeneidade constitutiva do sujeito no discurso, sob o prisma de Authier-Revuz.

Categoria (b): Caracterizações a respeito dos tipos de aspas de conotação autonímica. Esta categoria nos permitiu compreender a classificação proposta por Authier-Revuz sobre as funções desempenhadas pelas glosas supracitadas, tais como as aspas de diferenciação, de condescendência, de proteção, de questionamento ofensivo e de ênfase.

O estudo em tela procura alicerce teórico-metodológico na diversa área de pesquisa intitulada Linguística da Enunciação. Tendo oficialmente surgido com os postulados de Émile Benveniste, no início do século passado, como vemos neste trabalho, esta área somente se manifestou mais fortemente no Brasil a partir dos anos 1970, quando aqui chegaram as ideias de Mikhail Bakhtin dirigidas ao campo da Literatura. Mais tarde, nos anos 90, a teoria bakhtiniana passou a ser utilizada no domínio da linguística. Inicialmente orientada para os estudos dialógicos do discurso, propostos pelo Círculo de Bakhtin, paulatinamente a esse campo foram se agregando outras teorias exteriores à própria linguística, tais como os postulados da psicanálise de Jacques Lacan, no que tange à manifestação do inconsciente no discurso e à teoria do sujeito clivado, dentre outros.

Nesse sentido, após a realização dessa introdução, passamos à segunda seção da pesquisa, que se denomina “O Discurso Acadêmico”, na qual discorreremos sobre as características dos gêneros que são produzidos no domínio discursivo da academia. Ressaltamos, nesta seção, que é necessário ultrapassar os limites da linguística da língua para que possamos compreender a interação do *eu*, sujeito do discurso, com os *outros*, que se compõem pelas diversas vozes que se apresentam, quando da interação produzida na produção do discurso acadêmico.

A terceira seção, intitulada “O Campo Linguístico-enunciativo”, introduz a fundamentação teórica da pesquisa, trazendo para o foco os pressupostos de Ferdinand de Saussure (2012), passando pelos estudos enunciativos de Émile Benveniste (2006, 2005, 1974) e chegando aos preceitos de Mikhail Bakhtin (2014, 2003), os quais nos indicam os alicerces da Linguística da Enunciação.

Na seção quatro, “Em Busca da Heterogeneidade do Sujeito”, abordamos a problemática da heterogeneidade enunciativa do sujeito, segundo o viés de Jacqueline Authier-Revuz (2014a, 2014b, 2014c, 2004, 2001, 1998b, 1994, 1990 e 1982). Nesse sentido, buscamos uma ancoragem em conceitos exteriores à linguística, a fim de avaliar o discurso singular do sujeito. Sáímos, portanto, de acordo com o olhar atento de Authier-Revuz, da menção do que é repetível, ou seja, do campo do “um”, indo desaguar na ordem do “não-inventário”, do não repetível, onde se pode compreender o que a pesquisadora define como “não-um”.

A partir dos pressupostos bakhtinianos, a pesquisadora teoriza a produção do discurso, como fazendo parte de uma rede de significações que se constroem dialogicamente, as quais não repousam sobre/ou em torno de apenas um núcleo, ou seja, não possuem somente um

significado. Nas suas palavras, “O sentido de um texto não está, pois, jamais pronto, uma vez que ele se produz nas situações dialógicas ilimitadas que constituem suas leituras possíveis: pensa-se, evidentemente, na leitura plural” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 26). Aqui se percebem as variadas vozes que se colocam no universo do discurso e que fazem parte do produto do seu enunciado.

Da mesma forma, Authier-Revuz traz para a sua teoria a concepção de um sujeito baseada na psicanálise, alicerçada nos postulados de Lacan (2005, 1993), que refuta a noção de sujeito como fonte do dizer. A autora contesta, assim, um sujeito que controlaria suas palavras autônoma e conscientemente e com total domínio das situações de comunicação. Segundo a linguista, é possível se apoiar em exteriores teóricos “da teoria elaborada por Jacques Lacan, de um sujeito produzido pela linguagem e estruturalmente clivado pelo inconsciente – quer dizer, onde o sujeito, efeito de linguagem, advém dividido, na forma de uma “não-coincidência” consigo mesmo [...]” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 186). Portanto, A ideia da ação do inconsciente, do Outro, como porta de entrada para outros discursos, permite conceber o discurso como um campo heterogêneo, no qual várias vozes podem ser ouvidas.

A heterogeneidade enunciativa, por sua vez, segundo o prisma de Authier-Revuz (2004), pode ser dividida em constitutiva e mostrada. A autora fundamenta sua teoria sobre a heterogeneidade constitutiva, baseando-se nos pressupostos de Bakhtin sobre dialogismo e polifonia, como também nos postulados de Lacan que definem o inconsciente e o sujeito clivado. Essa articulação, segundo a teoria de Authier-Revuz, tem o propósito de compreender de que forma o discurso do outro/Outro também faz parte e determina outros discursos.

No que tange à heterogeneidade mostrada, a própria Authier-Revuz (op. cit.) postula que essas formas podem ser subdivididas como sendo marcadas e não marcadas. Como exemplos de tipos de heterogeneidade mostrada e marcada, temos as glosas enunciativas, o discurso relatado, no qual podemos incluir as formas sintáticas do discurso direto e do discurso indireto, como também as aspas, as quais se constituem no objetivo principal desta pesquisa. Exemplificando os casos de heterogeneidade mostrada, mas do tipo não marcada, temos a ironia e o discurso indireto livre, dentre outros, que contam com o “outro dizer”, sem explicitá-lo, para produzir sentidos.

Os dados do *corpus* da pesquisa foram analisados na quinta seção do trabalho, que se intitula “Análise de dados”, sob uma ótica enunciativo-discursiva, uma vez que se parte do

princípio de que o sujeito está em constante interação com as vozes que emergem da comunidade na qual se insere. Essas vozes podem ter origem na alteridade ou no outro e se manifestam constantemente na voz do sujeito do discurso. Os resultados da análise foram articulados no decorrer da dissertação para a consecução do objetivo geral, que se constitui na resposta à questão principal de pesquisa: *Considerando-se que o sentido de um texto não está jamais pronto, como se produz o discurso singular do sujeito no campo do não-um?*

Concluimos nossa pesquisa com a seção seis, que se denomina “Considerações Finais”, por meio da qual apontamos as principais conclusões da dissertação.

2 O DISCURSO ACADÊMICO

2.1 OS LIMITES DA LINGUÍSTICA DA LÍNGUA

Ao iniciarmos nosso estudo teórico sobre os domínios da enunciação, faz-se mister reconhecer que a cena enunciativa é deveras assimétrica. A partir do momento em que compreendemos este fato, podemos verificar que todo autor realiza suas pesquisas com a singularidade que lhe é característica. Devemos ter em conta, também, que o relacionamento intersubjetivo que se produz entre os interlocutores numa enunciação é inédito. Cada sujeito constroi o seu sentido a partir de indicações particulares a si mesmo, nascidas no quintal da sua individualidade. Porém, não se pode verdadeiramente afirmar que aquilo que o interlocutor construiu, coincida com as indicações do enunciador. Dessa forma, o sentido não pode ser considerado imanente.

Para compreendermos o processo de enunciação, é importante observar o que postula Flores (2008, p. 35) ao afirmar que “É a alocação que instaura o outro no emprego da língua”. Assim, se compreende como quer o autor, que enunciar é transformar individualmente a língua – mera virtualidade – em discurso. Percebe-se, então, nesse caminho, que “[...] a enunciação pode se definir, em relação à língua como um processo de apropriação” (BENVENISTE, 2006, p. 84). Essa afirmação nos permite distinguir o ato do seu efeito. Isto é, possibilita que se separe o objeto de estudo da linguística, que é a língua, do seu produto, que é o discurso. Dessa forma, quando o sujeito enuncia, está interagindo com o interlocutor por intermédio dessa enunciação.

Passamos, em seguida, a focalizar mais amiúde o discurso científico. Caminhamos em busca das marcas do sujeito no enunciado, tendo em mente que a linguagem ultrapassa a simples tarefa de proporcionar a comunicação entre os indivíduos. Saímos, então, da linguística entendida no sentido restrito, indo recorrer a teorias exteriores a seu campo de estudo, com a finalidade de sustentar a descrição dos fatos enunciativos. Dessa maneira, esperamos, ao final dessa fundamentação, reunir elementos teóricos que nos possibilitem trabalhar em uma linguística da enunciação.

2.2 O DISCURSO CIENTÍFICO

Authier-Revuz (2004) afirma que as formas de heterogeneidade mostrada têm uma tendência de não se apresentar facilmente nos conjuntos dos discursos acadêmicos. Isso, de acordo com o viés da autora, seria explicado, basicamente por dois mecanismos, que fazem parte de orientações seguidas pela Academia.

Primeiro, uma vez que o discurso científico visa à ciência, a qual tem um compromisso com a verdade, haveria uma tendência de o autor se utilizar de um aspecto “constitutivamente monológico”, quando da construção do seu discurso. Assim, buscando o fim, o uno, o finito, o único, características que expressariam melhor uma determinada *Verdade*, quando da sua manifestação no texto, o sujeito tenderia a se utilizar de uma escrita regrada, rejeitando, dessa forma, os aspectos particulares da língua.

Segundo, diremos que, tendo em vista o aspecto ideológico presente na composição dos discursos científicos, estes tenderiam a encobrir as manifestações heterogêneas em textos escritos com fins acadêmicos. Dessa forma, o sujeito seria levado a se manifestar de uma forma o mais possível neutra, procurando “não aparecer” no texto que produz. Então, comumente podem ser vistos enunciados nos quais o sujeito busca se revelar de uma maneira imparcial, tais como, por exemplo, quando um autor se expressa em terceira pessoa. Esse mecanismo teria como fins isentar o autor do processo estudado ou então procurar que o mesmo não se envolva de uma maneira particularizada, com o dado pesquisado.

Nesse sentido, podemos afirmar que o discurso científico guarda uma tendência de praticamente eliminar a distância essencial que o sujeito, em sua fala, deixa caracterizada entre ele e a realidade exterior. Segundo Authier-Revuz, a partir do momento em que um autor busca alicerce em um discurso universal, mirando o verdadeiro, sua fala é atravessada pelas palavras e “o sujeito se apaga em proveito de um processo de produção do discurso por uma lei interna” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p 77). Seria uma lei que a autora quer explicitável, pois que regula o processo de uma metalinguagem formal. É preciso se manter neutro para não se deixar contagiar intimamente com a pesquisa, fato que pode vir a influenciar os resultados da análise, deixando pender o fiel da balança para um determinado prato, o que pode comprometer o percurso que se quer construir no caminho científico.

Como postula a autora (op. cit.), seria uma lei secreta, mas também restritiva do desejo inconsciente no encadeamento dos significantes. Complementa a pesquisadora que esse mecanismo utilizado como norma em textos científicos, ainda assim é banhado de um excesso de sentido do outro. A linguista afirma que o texto produzido escapa à vontade do sujeito falante e a um projeto consciente de significação. Diremos, então, que a heterogeneidade enunciativa em um discurso acadêmico pode, em diversas ocasiões, não vir a se constituir como *mostrada e marcada* “tal e qual” postula Authier-Revuz na sua teoria. Isso pode não acontecer, uma vez que essas marcas muitas vezes esbarram em leis que se estabeleceram, de certa forma como universais, na escrita de artigos acadêmicos.

A própria Authier-Revuz reflete sobre isso:

Essa representação [de um discurso absolutamente neutro], que corresponde à “retórica” atual do discurso científico, tem variado muito através dos tempos. Indiquei, em outro lugar (Authier, 1982) a maneira pela qual este caráter monológico constitutivo e representado, que produz a imagem de um discurso absolutamente verdadeiro, funciona como ponto de referência e horizonte inacessível na economia do discurso de vulgarização científica que, inversamente, se representa como dando um lugar bastante grande ao outro, em um funcionamento dialógico (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 76).

Assim, verificamos que um texto científico também cede lugar a outras vozes. É o que se pode observar na tese de Silva (2015), quando se verifica que, na construção da mesma, o autor procura fugir a uma escrita absolutamente neutra. Isso se constata na opção discursiva escolhida pelo pesquisador, quando, logo no início da introdução do seu trabalho, ele compõe o seguinte enunciado: “A tese de doutorado que aqui apresento tem por tema o processo de gramatização emergente na linguística brasileira contemporânea” (p. 19). O autor, por intermédio de um texto em que emprega a primeira pessoa, se manifesta discursivamente, procurando escapar ao caráter de uma construção, mormente neutra, expressando-se em primeira pessoa. Investe, portanto, em uma empreitada que deseja que seja verdadeira, sem parecer que sua voz se apague totalmente, no fio do discurso.

Nesse olhar reflexivo, diremos que um texto acadêmico é sim, palco e oportunidade para a manifestação de uma heterogeneidade enunciativa, sobretudo no sentido da representação de um discurso outro. Esta heterogeneidade se revela na interação que se constroi no discurso, como uma espécie de denegação do *outro* para a afirmação do *eu* enunciativo. Ela se faz presente

pela afirmação do “não-um”, enquanto pré-construído. Assim, o que se percebe no que se produz é que em um discurso acadêmico o *eu* algumas vezes se apaga para fazer aparecer o *outro*.

2.3 OS CAMINHOS DA ENUNCIÇÃO

Regra geral pode-se dizer que passar da apreciação da língua, entendida como ordem própria, concebida como um sistema finito e regrado de combinações de signos, à consideração do estatuto do discurso é abandonar um domínio homogêneo, que se apresenta fechado em si mesmo, já o disse Authier-Revuz, (1990, 2004). Esse tema da metalinguística permeia praticamente todos os seus escritos, quando a pesquisadora postula sua teoria sobre a heterogeneidade enunciativa que se faz presente no discurso do sujeito. Afirmamos que participar dessa manobra metalinguística é renunciar à ordem do repetível, sair da classe que agrupa o que é previsível. É migrar do roteiro do “um”, inserido no plano do limitado e sair para um campo que se apresenta duplamente marcado pelo “não-um”, concebendo-o como sendo uma área que não é finita, nem tampouco regrada.

Esse domínio da língua pode-se dizer que é duas vezes grifado, primeiramente devido a uma heterogeneidade teórica que marca esse traçado, atravessando-o a todo o momento e que se serve da língua para articular o sujeito ao mundo vivido. A segunda caracterização desse campo introduz o caráter *não-repetível* da palavra, o qual conduz o enunciado do sujeito para o terraço da sua individualidade e, em última instância, para uma incompletude que é própria da esfera discursiva.

Nesse sentido, observemos as glosas enunciativas, que se enquadram também como aspas de conotação autonímica:

Manifestas na superfície do dizer, as glosas enunciativas não são da ordem do ornamento. [...]. Elas são, para um sujeito que é sujeito a ser falante, isto é, a ser pego na linguagem, jogos sérios de outro modo, eu entendo fundamentais, que o de estratégias interativas em espelho, que jogam, tocando – com seu modo singular de serem presos na linguagem [...] (AUTHIER-REVUZ, 2001, p. 27).

Então, de acordo com o prisma da pesquisadora é através das aspas que o dizer “se mantém” no discurso. Essas formas enunciativas se constituem, segundo a autora, e aqui nos referimos especificamente às *aspas de conotação autonímica*, em modos particulares e singulares de o sujeito “se colocar” no fio do discurso, vindo, portanto, a buscar elementos que possam dar sentido aos seus enunciados.

Explicando melhor os jogos enunciativos, aos quais se refere Authier-Revuz (op. cit.), a autora apresenta as diferentes situações nas quais as aspas podem se mostrar numa cena discursiva. É a complexidade que está em jogo no plano do sentido, vindo a constituir-se em: “redução contextual, explicitação e interpretação”. Nesse ir e vir entre um *contexto* que se mostra frágil para ditar univocamente o sentido de tal enunciado e uma *explicitação* que pode supri-lo, segundo o viés da autora, aparece o que chama de *interpretação*. É essa conjuntura que será explorada na nossa análise de dados, por intermédio de um trabalho interpretativo e qualitativo.

Não devemos nos esquecer das diversas considerações evocadas pela metaenunciação, no tocante ao papel da palavra aspeada, propostas por Authier-Revuz, tais como “[...] noções como a de ‘distância’ tomada em relação às palavras, de ‘assumir responsabilidades’ das palavras [...]” (op. cit, p.168). Essas reflexões se inserem nos traços da atividade do sujeito, como sendo oriundas de um campo exterior à linguística e completam o quadro teórico elaborado pela autora, quando de suas considerações a respeito da heterogeneidade do sujeito no discurso.

Queremos mencionar outro aspecto exterior à linguística: “[...] um desdobramento do sujeito em múltiplos personagens que ele coloca em cena [...]” (op. cit, p. 171). Identificamos, então, um *eu* que é impactado pelos diversos *outros* que se apresentam por intermédio de uma “dualidade espetacular”, numa referência direta aos estudos dialógicos de Bakhtin. Dessa forma, ao analisarmos os dados do *corpus* da pesquisa, trabalhamos no espaço marcado pelo não-um, grifado de heterogeneidade e inserido na dimensão inter-subjetiva que o atravessa.

Na próxima seção apresentamos uma visão do trajeto evolutivo do campo da enunciação, indo desde Saussure, passando por Benveniste e continuando nos postulados de Bakhtin, com a finalidade de iniciar uma investigação sobre a heterogeneidade constitutiva do sujeito no discurso.

3 O CAMPO LINGÜÍSTICO-ENUNCIATIVO

3.1 UMA VISÃO DO PENSAMENTO SAUSSURIANO

Cabe a Ferdinand de Saussure uma posição de destaque na formulação de conceitos que constituíram a linguística como ciência. Mas não devemos nos esquecer de que seus posicionamentos teóricos foram influenciados pelo positivismo, que ganhava força no início do século XX. Assim, é necessário observá-los em relação à época em que foram formulados.

Porém o que é a língua? Inquire Saussure e ele mesmo responde:

Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos (SAUSSURE, 2012, p. 41).

Queremos ressaltar que o estruturalismo se constitui por diversas dicotomias, dentre as quais aquela entre a língua e a fala. Saussure (op. cit.), ao optar por trabalhar com a língua fez dela o objeto da linguística, porém admitiu isolá-la da linguagem, a qual, segundo sua visão é “multiforme e heteróclita”, a fim de melhor trabalhar os conceitos que desejava focalizar.

Nesse caminho, recorremos a Flores (1999, p. 27), o qual nos ajuda a esclarecer o paradigma estrutural, quando postula que “Em suma, a língua é o objeto da linguística porque é um conjunto regular, social, convencional e sistemático de signos, identificável no interior da irregularidade da linguagem e por oposição à fala, que é individual”. Dessa forma, não há muito espaço no estruturalismo para que sejam trabalhados os aspectos individuais, que se constituem na fala do sujeito.

Esse foi o legado de Saussure. O mestre genebrino propôs um método de estudo baseado em estruturas e concebeu a língua como o objeto da linguística. O estruturalismo se desenvolveu na primeira metade do século passado. Ferdinand de Saussure, por meio de sua obra póstuma, o Curso de Linguística Geral (CLG, 1916), divulgou suas ideias de língua como um sistema autônomo, cujas estruturas se organizam em relações internas, de acordo com leis prescritas no próprio sistema. Propunha as dicotomias, sobre as quais já falamos, afirmando que a *langue*

constitui um sistema linguístico de base social, organizando-se como um fenômeno coletivo, enquanto que a *parole* se refere ao uso individual de cada falante. Queria afirmar que os elementos de uma língua não trabalham isolados do sistema. Senso contrário, eles se constituem em um conjunto solidário. O autor postulava, então, a primazia do todo sobre as partes.

Interessante observar que o autor, ao se referir à língua como objeto linguístico afirma que “é o ponto de vista que cria o objeto” (SAUSSURE, 2012, p. 39). Com isso, quer explicar que se pode considerar a palavra como algo de diferente, conforme o caso: o som, a ideia, o correspondente de outra língua, etc. Saussure reforça o pensamento de que a linguagem é um sistema em constante evolução. É uma instituição sempre atual, mas se estabelece também como um produto do passado.

Mesmo sabendo que o autor priorizou a *langue*, a qual não constitui função do falante, ao abordar sobre a *parole*, Saussure escreveu que:

A fala é, ao contrário (da língua), um ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1º - as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º - o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações (op. cit, p. 45).

Voltando-se para o lado individual, o autor afirma que o falante se utiliza da língua para exteriorizar sua vontade pessoal. Postula que todos os indivíduos são unidos pela linguagem. Desse conjunto aparece um meio-termo, ou seja, todos reproduzirão “não exatamente, sem dúvida, mas aproximadamente” (op. cit, p. 44), signos linguísticos comuns e unidos aos mesmos conceitos. Ao discorrer sobre a linguagem, Saussure afirma que ela é heterogênea. Reafirma, também, que o conjunto global da linguagem é incognoscível, já que não é homogêneo.

Tendo como ponto de partida a dicotomia língua/fala, o autor apresenta outros postulados como signo, significante e significado, trazendo também os conceitos de sincronia e diacronia. Explica que “é sincrônico tudo quanto se relacione com o aspecto estático da nossa ciência, diacrônico tudo que diz respeito às evoluções” (op. cit, p. 123). Esclarece que a sincronia designa um estado da língua e que a diacronia exprime uma fase de evolução da mesma.

Saussure vai se dedicar mais ao estudo da sincronia, haja vista que tem por objeto geral estabelecer os princípios de todo o sistema linguístico, no entanto, também incursiona pela diacronia. Ressalta, inclusive, que é mais difícil postular a primeira, dita linguística estática, ou

dos estados da língua. Já a última, denominada também de evolutiva, pois que trata dos estudos diacrônicos, toca mais a imaginação, uma vez que os fatos históricos são mais concretos. Considerando as especificidades do nosso trabalho, abordaremos brevemente o que foi teorizado pelo autor em relação à linguística histórica, diacrônica, pois é base para os estudos da fala e das individualidades.

Tendo em mãos esse princípio dual sincronia/diacronia, Saussure acrescenta que tudo o que é diacrônico na língua traduz-se por intermédio da fala. Revela que é na fala e pela fala que se situa a sede de diversas modificações da linguagem: “cada uma delas (as modificações) é lançada por certo número de indivíduos, antes de entrar em uso” (op. cit, p. 143). Observam-se, nessa teorização, vários conceitos que servem de plataforma para diversos estudiosos, dentre os quais citamos Emile Benveniste, ao realizar futuros trabalhos sobre a linguística da enunciação. Podem ser citados estudos sobre a individualidade das alocações, a particularidade das enunciações, a fala, o já-dito, a linguagem em uso, as modificações e tantos outros.

Saussure realiza seus estudos no campo da semântica, quando afirma que “qualquer noção primordial depende diretamente da ideia que se faça da unidade e se confunde inclusive com ela” (op. cit, p. 153). Explica sua afirmação colocando-nos um exemplo. Escreve que numa conferência, quando se repete por várias vezes a palavra *Senhores!*, podemos ser levados a pensar que se trata sempre da mesma expressão. No entanto, as diferenças são notáveis e podem transmitir diversos sentimentos, uma vez que a entonação, o sopro e o som empregados a cada ocasião que se enuncia a expressão são diferentes. Acrescenta, quando comenta sobre as diferenças que:

[...] do ponto de vista semântico não há identidade absoluta entre um *Senhores!* e outro, da mesma maneira por que uma palavra pode exprimir ideias bastante diferentes sem que sua identidade fique seriamente comprometida (cf. “adotar uma moda” e “adotar uma criança, “a flor da macieira” e “a flor da nobreza” [...]) (op. cit, p. 154).

Ao recorrer ao caráter semântico, o autor dá um passo para reconhecer a importância de “alguns fatos tomados de fora da linguagem” (op. cit, p. 154), para citar sua própria afirmação. No estudo em que prioriza a fonética, Saussure explica que cada vez que se pronuncia a palavra *Senhores!*, renova-se a matéria. Trata-se, por conseguinte, de um outro e novo ato fônico, bem como um outro e novo ato psicológico. Se as palavras pudessem representar conceitos

estabelecidos a priori, haveria correspondentes imediatos de uma língua para outra, mas como nos diz o autor, as coisas não funcionam assim. Ou seja, “não há correspondência exata de valores” (op. cit, p. 163). Portanto, o que interessa na palavra não é o som em si, porém as diferenças fônicas. Essas marcas nos possibilitam discriminar uma palavra de outras, uma vez que são essas modificações que nos levam à significação.

Nesse sentido, ao postular a teoria do valor, Saussure trabalha o pensamento e o som. Esclarece que o pensamento é terra nebulosa, onde nada está verdadeiramente delimitado. Refere-se a uma aura misteriosa que subsiste na relação entre o pensamento e o som, procurando clarear essa celebração ao comparar a língua a uma folha de papel. Diz que “o pensamento é o anverso e o som o verso” (op. cit, p. 159). Deseja, portanto, exprimir que não se pode cortar um sem cortar, necessária e simultaneamente, o outro. Ou seja, a língua não consegue isolar o som do pensamento.

Em última análise, estamos de acordo com Souza (2011), sobre o fato de que a língua trabalha no limiar da linguagem, cujas articulações imagem-ideia e pensamento-som produzem uma combinação formal e não substancial. Souza (op. cit.) reforça o postulado de Saussure, afirmando que a teoria do valor retira qualquer possibilidade de se considerar o fonema como substância, mesmo que esteja inserido em textos poéticos, como no trabalho realizado pelo teórico genebrino com os anagramas. Daí outra máxima do mestre suíço: “a língua é forma e não substância” (SAUSSURE, 2012, p. 160). Assim, ao abordarmos a língua não nos depararemos com nada de simples. Pelo contrário, observaremos sempre o equilíbrio de estruturas complexas que se condicionam de maneira recíproca, umas às outras.

Caminhando nesse rumo, acreditamos que já podemos reunir material para realizar o trajeto do Um para o não-Um no interior da teoria de Saussure. Estudo realizado por Starobinsk (1974), no qual o suíço desvenda os Anagramas, evoca o caráter abstrato da língua, contrapondo-se à evidência da fala. Nesse trabalho pode-se imaginar uma dicotomia que se divulga a partir dos trabalhos do autor, no sentido de existir um *Saussure Noturno*, voltado para o individual, constituído da fala e suas particularidades, assim como um outro que se designaria *Saussure Diurno*, traduzido no CLG, no qual o genebrino se dedica mormente à língua.

Starobinski aponta o fato de que Saussure contrapõe língua e discurso:

O discurso consiste, ainda que de modo rudimentar, ou por caminhos que ignoramos, em afirmar um elo entre dois dos conceitos que se apresentam,

revestidos de forma linguística, enquanto a língua previamente apenas realiza conceitos isolados, que esperam ser relacionados entre si para que haja significação de pensamento (SAUSSURE, apud STAROBINSKI, 1974, p. 12).

A língua é matéria-prima, por meio da qual todos os discursos se concretizam. De um viés ela é livre, mas de outro é normatizada por ela mesma. Passar da fase dos “conceitos isolados” da língua ao discurso é um trabalho que precisa ser compreendido, pois necessita de um modelo que pode ser buscado nos aspectos exteriores à linguagem. Esse modelo foi teorizado por vários estudiosos, trazendo, cada um a seu turno, suas visões particulares.

O estruturalismo serve de inspiração e crítica a diversos teóricos, dentre os quais Mikhail Bakhtin, como se verá no decorrer do trabalho. Em *Marxismo e Filosofia da linguagem* (MFL, 2012), Bakhtin/Voloshinov dedicam boa parte da obra à construção de uma crítica ao que se chama de “objetivismo abstrato”, dirigindo-se aos estruturalistas que teve Ferdinand de Saussure como sua mais brilhante expressão.

Não queremos fazer neste momento uma análise dos trabalhos do suíço em relação aos anagramas. Este não é o nosso propósito. Diremos, porém, que Saussure pensou e trabalhou com um material além da linguagem:

Entre as rasuras (do seu trabalho poético com os anagramas), uma das mais significativas concerne ao antecedente da palavra-tema; Saussure primeiro escreveu “texto” depois riscou essa palavra para substituí-la por “tema”. Ele, portanto pensou num texto sob o texto, num pré-texto, no sentido lato do termo (STAROBINSKI, 1974, p. 19).

Pelo que se observa, trata-se de decifrar as combinações dos fonemas, sendo desconsideradas as letras. Dessa forma, pode-se inferir que os estudos sobre os anagramas praticamente negam o signo saussuriano. Sim, porque, apesar de serem unidades linguísticas, não se constituem em identidade diferencial, porém em uma “identidade própria, um em Si, que ele (Saussure) não vai buscar na rede de oposições onde a linguística o apreenderia” (MILNER, 1987, apud FLORES, 1999, p. 43). Então o anagrama não é arbitrário, nem tampouco dual, como é o signo linguístico. Milner (op. cit.) lembra, igualmente, que o anagrama trabalha enquanto coisa do mundo e não como unidade linguística, abrindo a porta para o não-Um.

Concluindo este trajeto, diríamos que o anagrama pertence ao impossível da língua porque, se ele pode ser construído em termos de fonemas, a fonologia não o absorve. Dessa

forma, pode-se perceber a articulação dos “dois Saussures”, o do CLG e o dos anagramas, pela teoria do valor. Ela nos assegura perceber a língua como o não-Um. A língua suporta o seu reverso, trazendo para a cena o sujeito da enunciação, como veremos a seguir no estudo da teoria de Benveniste.

3.2 BENVENISTE, O “PAI” DA TEORIA DA ENUNCIÇÃO

Nos primeiros decênios do século passado, a linguística teve o seu desenvolvimento acelerado. Começava-se a questionar os métodos que estavam sendo utilizados, como também a forma pela qual as pesquisas eram realizadas. Qual era o papel dos linguistas? Qual seria o objeto da linguística? Isso porque os trabalhos que vinham sendo desenvolvidos eram voltados, quase que exclusivamente, para os estudos históricos e comparativos da língua. Um nome de destaque nessa transição foi Ferdinand de Saussure, pois que trouxe um novo pensamento científico para o campo da língua, modificando a forma de abordar a linguística.

Ao abordar essa questão, Emile Benveniste apresenta, em meados do século XX, a sua obra denominada de *Problemas de Linguística Geral I*, na qual inicia analisando essas transformações, para, em seguida, aprofundar o estudo da língua, da linguagem e da comunicação. Logo no início do livro, o autor aborda a novidade do enfoque saussuriano, revelando-se ser um seguidor deste, balizando seus postulados nos fundamentos do autor suíço. O ineditismo de Benveniste viria a se constituir numa das teorias pioneiras da enunciação.

Assim, no seu artigo Saussure após meio século, Benveniste (2005) afirma que o mestre genebrino é possuidor de uma obra que se tornou referência. Reflete que “Não há um só linguista que não lhe deva algo. Não há uma só teoria geral que não mencione o seu nome” (op. cit, p. 34). E continua reafirmando que a ciência da linguagem foi aos poucos transformada devido a sua intervenção criativa.

Benveniste postula que Saussure é, em primeiro lugar, o homem dos fundamentos. Segundo o primeiro, o último se dedica aos caracteres primordiais, incursionando pela diversidade dos aspectos empíricos. Trabalha com propriedade os dados que pertencem à língua. E explica ainda, o primeiro, que ir aos fundamentos se constitui no único meio e no mais seguro para que se possa verdadeiramente decifrar o fato concreto que se nos apresenta.

O autor reforça o ineditismo de Saussure, uma vez que este se encontrava numa encruzilhada, pois suas ideias revolucionariam o pensamento da época, transformando totalmente o modo de se abordar a linguística. O genebrino não mais se satisfazia com os estudos comparativos que se realizavam na época.

Benveniste se revela um continuador de Saussure, pois que o primeiro se dedicou a estudar os problemas gerais da linguística, ressaltando-se os seus trabalhos no campo da subjetividade, mas a partir de um fio condutor do segundo. O autor busca uma afirmação do suíço que abre espaço para o estudo do sujeito: “[...] não há um só termo empregado em linguística ao qual eu atribua um sentido qualquer” (op. cit, p. 41). Ou seja, veja-se em que debate está fixado Saussure, segundo Benveniste: quanto mais o mestre genebrino se aprofunda na natureza da linguagem, menos se satisfaz com as noções até então em vigor.

Nessa direção, Benveniste precisa nos seus estudos duas interrogações saussureanas, corroborando o fato de que o suíço era portador de um pensamento particular: “1. Quais são os dados de base sobre os quais a linguística se fundará, e como podemos atingi-los? 2. De que natureza são as noções da linguagem e por que tipo de natureza se articulam?” (op. cit, p. 35). Essas preocupações seriam logo explicitadas no seu *Memoire sur Le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*, publicado quando Saussure tinha ainda vinte anos. Incursionava, assim, de maneira autêntica pelo sistema de vogais no seu conjunto, com o fito de estudar as muitas formas do sistema indo-europeu¹.

Baseado no postulado do genebrino de que “É só o ponto de vista que cria a substância” (op. cit, p. 44), Benveniste nos brinda com outra afirmação do suíço:

Todos os aspectos da linguagem que temos como dados são o resultado de operações lógicas que praticamos inconscientemente. Tomemos consciência disso. Abramos os olhos para esta verdade: não há um único aspecto da linguagem que seja um dado fora dos outros e que se possa por acima dos outros como anterior e primordial. (SAUSSURE apud BENVENISTE, 2005, p. 44).

¹ Diz-se da família de línguas aparentadas, faladas em parte da Ásia e em grande parte da Europa a partir do período neolítico. A utilização do termo indo-europeu refere-se a dois tipos de características destes povos. Primeiro, a localização geográfica em que se encontravam naquela época e, segundo, a semelhança nos idiomas que utilizavam. Eles se localizavam em diversas regiões da Europa como a indo-gangética, planalto iraniano e parte ocidental da Ásia. Já no campo linguístico, utilizavam línguas europeias que se relacionavam, tais como a germânica, a eslava, a latina e a grega. O mesmo acontecia com as línguas asiáticas: sânscrito e iraniano.

Assim, pode ser observada uma referência de Saussure às ações que praticamos inconscientemente, as quais se constituem em produto de uma lógica que é trabalhada na linguagem. Benveniste, por seu turno, agrega a realidade ao pensamento saussureano. Afirma que a linguagem reproduz a realidade, como também que a realidade é produzida por meio da linguagem.

O autor postula que as situações decorrentes do exercício da linguagem são, dentre outras, a troca e o diálogo. Explica a dupla função do ato do discurso: para o locutor, trata-se da realidade; já para o ouvinte é a realidade que é recriada. Daí o fato de podermos fazer da língua que falamos usos tão variados. Benveniste nos explica que, dessa diversidade, nascem, no entanto, dois caracteres em comum:

Um consiste em que a realidade da língua permanece, via de regra, inconsciente; excetuado o caso de estudo propriamente linguístico, não temos senão uma consciência fraca e fugidia das operações que efetuamos para falar. O outro consiste em que, por mais abstratas ou particulares que sejam as operações do pensamento, recebem expressão da língua (op. cit, p. 68).

Então, o autor nos sugere que se pode dizer tudo e que se pode dizer da maneira que se quer. Seguramente a linguagem, na medida em que é explorada, pode ser empregada para reforçar o que se pretende dizer. É a isso que Benveniste denomina “o que queremos dizer” (op. cit, p. 69). Esse conteúdo recebe forma a partir do momento em que é enunciado.

O autor parte da forma da língua e da estrutura da linguagem para caracterizar o discurso. Afirma que todas as línguas possuem em comum algumas categorias de expressão que parecem ter correspondência com um modelo constante. No entanto essas funções não aparecem claramente a não ser quando se estuda o exercício da linguagem e a produção do discurso. No capítulo *A linguagem e a experiência humana* (op. cit.), o autor realiza um trabalho no sentido de esclarecer duas categorias fundamentais do discurso, as quais se apresentam relacionadas às qualidades de pessoa e de tempo.

Ao estudar a linguagem humana, Benveniste afirma que “Todo homem se coloca em sua individualidade enquanto eu por oposição a tu e ele” (op. cit, p. 68). É um comportamento que o autor justifica como instintivo. Assim sendo, aquele que enuncia se refere a si próprio pelo pronome *eu*. Esse ato de discurso virá cada vez que é repetido, aparecendo como o mesmo ato para aquele que o entende, no entanto para aquele que o enuncia será, a cada ocasião, um ato

novo, ainda que repetido mil vezes. Isso porque a enunciação vai ser realizada num novo tempo, numa nova circunstância e recheada de uma textura diferente a cada discurso.

Aí o cerne da subjetividade:

Uma dialética singular é a mola desta subjetividade. A língua provê os falantes de um mesmo sistema de referências pessoais de que cada um se apropria pelo ato de linguagem e que, em cada instância de seu emprego, assim que é assumido por seu enunciador, se torna único e sem igual, não podendo realizar-se duas vezes da mesma maneira (op. cit, p. 69).

Essa dialética, como vimos, incorpora os pronomes, os quais se fazem presentes em todas as línguas. E em todas elas, os pronomes se referem às mesmas categorias de expressão. Porém, uma vez exteriores ao discurso efetivo, os pronomes não se apresentam senão como formas despojadas de conteúdo, palavras vazias, às quais não se pode ligar nenhum objeto, nenhuma definição. Ou seja, os pronomes somente são providos de substância pelo discurso.

Benveniste postula que alguns pronomes pertencem à sintaxe da língua, enquanto que outros são caracterizados pelas “instâncias do discurso”, explicando que essas instâncias são “[...] os atos discretos e cada vez mais únicos pelos quais a língua é atualizada em palavras por um locutor” (op. cit, p. 277). Então, torna-se importante, segundo o autor, que se defina a situação dos pronomes pessoais. Benveniste postula que a noção de pessoa é própria dos termos *eu* e *tu*, mas é ausente em *ele*, que seria a não-pessoa.

O enunciado que possui *eu* pertence ao nível de linguagem que se denomina de pragmático. É por isso que se pode verificar um texto científico, por exemplo, em que não apareçam nem *eu*, nem *tu* uma só vez. Entretanto, se procurarmos observar bem, dificilmente se poderia imaginar um pequeno texto falado no qual esses pronomes não fossem empregados.

As instâncias linguísticas de utilização de *eu*, segundo Benveniste, não se constituem numa classe a parte, pois não existe “objeto definível como eu, ao qual se possam remeter identicamente essas instâncias” (op. cit, p. 278). É por isso que o autor postula que para cada *eu* há uma referência particular. Ou seja, para cada palavra eu que é enunciada, corresponde-lhe um ser uno, o qual é proposto como tal.

Pergunta, então, Benveniste: qual é a realidade à qual se refere *eu* ou *tu*? Ele mesmo responde, reafirmando que é só e unicamente a realidade do discurso, a qual se constitui em algo bem particular. Dessa forma, *eu* significa “a pessoa que enuncia a presente instância do discurso

que contém eu” (op. cit, p. 278). Quer, portanto, concluir o autor que a forma eu somente possui existência linguística no momento da palavra que a profere.

Sobre isso, o *Dicionário da Linguística da Enunciação*, ao se referir aos preceitos de Benveniste, afirma que:

Enunciado: manifestação da enunciação, produzida cada vez que se fala. Na medida em que a enunciação é processo, o enunciado pode ser considerado o produto da enunciação e inclui pessoa, tempo e espaço (FLORES et al, 2009, p. 107).

Logo, verifica-se que enunciação é por em movimento a língua, através de um ato particular de utilização. Esse ato individual por meio do qual nós nos valem da língua, apresenta o locutor como uma espécie de ponto de partida para que sejam estabelecidas as condições necessárias à enunciação.

Esse conteúdo linguístico, como vimos, constitui-se nas categorias de pessoa, tempo e espaço. São instâncias que só fazem sentido quando alguém fala, como seja: eu, tu, ele, aqui, hoje, etc. São os chamados dêiticos, os quais se constituem em demonstrativos, advérbios e adjetivos, que se encarregam de organizar as relações espaciais e temporais ao redor do sujeito. Segundo Benveniste, esses termos são “tomados como ponto de referência: isto, aqui, agora e as suas numerosas correlações [como, por exemplo,] isso, ontem, no ano passado, amanhã, etc” (BENVENISTE, 2005, p. 288). Essas formas têm um traço congruente, que é o fato de somente se revelarem de maneira definitiva se estiverem relacionadas à instância do discurso na qual são efetivadas. Ou seja, são dependentes do eu que se enuncia, na concretização do discurso.

Portanto, diremos que, de acordo com Benveniste (op. cit.), a linguagem se constitui na possibilidade da utilização da subjetividade, uma vez que, como diz o autor, ela contém sempre as formas linguísticas que são próprias à sua expressão. Se a linguagem torna isso possível, o discurso desencadeia a emergência dessa subjetividade, pois consiste de instâncias que são indicadoras da “dêixis”, que se apresentam como categorias que marcam a presença do sujeito.

Explorando a categoria de pessoa, Benveniste nos afirma que o pronome pessoal não é o único que pode realizar essa função. Outros indicadores compartilham dessa mesma situação, sobretudo os chamados dêiticos:

Indicando objetos, os demonstrativos organizam o espaço a partir de um ponto central, que é Ego, segundo categorias variáveis; o objeto está perto ou longe

de mim ou de ti, ele é também orientado (defronte ou detrás de mim, no alto ou em baixo), visível ou invisível, conhecido ou desconhecido, etc (BENVENISTE, 2006, p. 70).

Organizando os espaços, os dêiticos, valendo-se de um sistema de coordenadas espaciais, estão destinados a localizar os objetos nos seus diversos diedros. Esses indicadores de direção facilitam o compartilhamento do espaço com o sujeito, uma vez que este sujeito, quando estabelece sua dimensão, está ele próprio se referenciando a si mesmo como centro e se designando como um ponto de partida ao qual tudo deve se referir.

Ao passarmos a explorar a categoria de tempo, desejamos lembrar que Benveniste afirma que “Das formas linguísticas reveladoras da experiência subjetiva, nenhuma é tão rica quanto aquelas que exprimem o tempo” (op. cit, p. 70). O autor postula que é muito difícil se explorar o tempo, reafirmando que é preciso estar atento às ideias preconcebidas, às ilusões do chamado “bom senso”, assim como das armadilhas do psicologismo. A noção de tempo recobre diversas maneiras de ver o encadeamento dos fatos e muitas vezes é comum nos depararmos com conceitos distintos para a significação do vocábulo tempo.

Com efeito, há de fato um tempo específico da língua. Benveniste, no entanto, nos convida a vencer duas fases bem distintas do tempo, antes de chegarmos a isso. Primeiro, há que se notar o denominado tempo físico. Ele se apresenta no mundo como um conjunto “uniforme, infinito, linear, segmentável à vontade” (p. 71). Esse tempo possui uma correlação humana, na qual cada um o vive de maneira infinitamente variável, uma vez que os indivíduos são diferentes, expondo-se a emoções e ritmos de vida diversos. Segundo, devemos diferenciar com atenção o tempo crônico, que é o tempo dos acontecimentos e que engloba nossa própria vida.

Desse fato, verifica-se que o nosso tempo já vivido corre sem volta. É esta a experiência sobre a qual o autor nos convida a refletir. Não repassaremos jamais pela nossa infância, nem assim pelo que foi vivido na semana passada, nem tampouco pelo minuto que acaba de passar.

Portanto observemos essa afirmação:

O tempo da língua é instaurado cada vez que o sujeito enuncia. Ele instaura um “antes de” e um “depois de” próprios e irrepetíveis, não se encaixando, dessa forma, em nenhuma das divisões existentes do tempo crônico. Por sua característica de contemporaneidade ao discurso, diz-se que o único tempo da língua é o presente, em que passado e futuro surgem como projeções, visões sobre o tempo, a partir do presente da enunciação (FLORES et al, 2009, p. 227).

O presente, diz-se, portanto, que vem sempre implícito. Ele se liga ao contexto da situação de discurso comum a *eu* e *tu* e não a marcas formais existentes no enunciado. Assim, o presente do discurso não vai se ligar de maneira alguma ao presente gramatical. Por exemplo, se dizemos “ontem fui à festa com meus amigos” a ausência do presente gramatical não é empecilho para que a enunciação dessa frase traga uma referência com o presente do discurso.

Esta relação do presente com o passado carece de reflexão, segundo o autor. Assim, quando se aprofunda o estudo sobre o tempo, poder-se-ia supor que a temporalidade é um quadro inato do pensamento. No entanto, o autor afirma que “Ela é produzida, na verdade, na e pela enunciação” (BENVENISTE, 2006, p. 85). Benveniste nos ensina que é da enunciação que provem a categoria do presente, uma vez que o presente se constitui na origem do tempo. É da categoria do presente que surge a categoria do tempo. No seu estudo, o autor conclui que o homem não dispõe de outro meio de compartilhar o agora e de fazê-lo atual, senão por intermédio da realização do discurso. Como já foi mostrado, o presente formal não se realiza senão pelo desabrochar do presente da enunciação.

Assim, afirma o autor, a enunciação é responsável pelas diversas classes de signos que ela possibilita a respectiva existência. E explica que o eu, o aquele e o amanhã pertencentes à descrição gramatical não são senão os correspondentes metalinguísticos do eu, do aquele e do amanhã que são produzidos na e pela enunciação.

Vejamos que a enunciação possibilita a criação de condições necessárias para a realização das grandes funções sintáticas:

É, em primeiro lugar, a interrogação, que é uma enunciação construída para suscitar uma “resposta”, por um processo linguístico que é ao mesmo tempo um processo de comportamento com dupla entrada. Todas as formas lexicais e sintáticas da interrogação, partículas, pronomes, sequência, entonação, etc., derivam deste aspecto da enunciação (op. cit, p. 70).

De maneira idêntica, segundo o autor, derivam os termos ou formas que se definem como uma espécie de intimação. São elas as ordens, os conselhos e os apelos, dentre outras, que são construídos com a forma verbal do imperativo. Porque não citar também o vocativo, do qual se distribuem termos que incidem numa relação viva e tocante do enunciador ao outro, ocasiões em que se percebe uma referência necessária ao tempo da enunciação?

O que, geralmente, caracteriza a efetivação da enunciação é o fato de se por em evidência a relação discursiva com o parceiro. Benveniste postula que esse alocutário pode ser real ou imaginário, individual ou coletivo, abrindo espaço para uma caracterização mais ampla do outro.

Nesse ponto, o autor se posiciona de forma que a característica desse outro seja enquadrada na dimensão figurativa da enunciação:

Como forma de discurso, a enunciação coloca duas “figuras” igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do diálogo. Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação. Este quadro é dado necessariamente com a definição de enunciação (op. cit, p. 87).

Dessa forma, poder-se-ia pensar que pode haver diálogo fora da enunciação, ou até mesmo existir enunciação sem diálogo. O próprio autor, nesse caso, esclarece que isso não seria possível, pois cada enunciação “é um ato que serve o propósito direto de unir o ouvinte ao locutor por algum laço de sentimento social ou de outro tipo” (op. cit, p. 90). Assim, segundo Benveniste, a estrutura do diálogo apresenta duas figuras na situação de parceiros, as quais são, de maneira alternada, protagonistas da enunciação. Elas são necessárias e se constituem, então, uma como origem e outra como fim da enunciação.

A teoria da enunciação postulada por Benveniste e aqui abordada direciona os estudos sobre a linguagem a uma nova situação. Nascido na França e considerado o “pai da linguística da enunciação”, ele encaminha os trabalhos sobre a linguagem para uma perspectiva ímpar, no momento em que a subjetividade demarca seu espaço no campo enunciativo.

Vivia-se, assim, o início do século XX. Porém, nesse mesmo período, havia outro estudioso que se dedicava também aos estudos enunciativos bem longe da França. Trata-se de Bakhtin, que tem sua marca no dialogismo, como veremos em seguida.

3.3 UM OLHAR SOBRE O PENSAMENTO BAKHTINIANO

Mikhail Bakhtin foi um filósofo e pensador russo nascido no final do século XIX, tendo escrito suas principais obras na década de 1920. Suas pesquisas serviram de inspiração a diversos estudiosos, dentre os quais se enquadra Jacqueline Authier-Revuz. Desenvolveu seus estudos,

nos domínios linguísticos, mas também em outras áreas, tais como: crítica literária, história, filosofia, antropologia e psicologia. Destacou-se no cenário teórico da época por defender ideias avançadas para o seu tempo. Merece referência a sua atuação como líder intelectual dos estudos científicos e filosóficos desenvolvidos por um grupo de pensadores russos, que ficou conhecido mais tarde como o Círculo de Bakhtin.

Embora Bakhtin já estivesse presente na cena cultural da antiga União Soviética, devido a problemas políticos enfrentados por seu país no início do século passado, somente foi redescoberto por estudiosos russos na década de 1960. É autor de diversas ideias sobre a teoria do romance, bem como de variados conceitos linguísticos, como por exemplo, o dialogismo e a polifonia, os quais interessam diretamente à nossa pesquisa.

A concepção bakhtiniana está assentada no princípio de que toda palavra é dialógica por natureza porque propõe o outro:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN, 2014, p. 127).

Esse outro vem sob a figura de destinatário, para quem está voltada toda alocução, a quem se ajusta a fala e de quem se antecipam relações. É a interação verbal proposta pelo autor. Portanto, a percepção e a interação do outro no mundo do eu estão assentadas nos alicerces dos estudos bakhtinianos.

Não se pode dizer categoricamente que Bakhtin tenha desenvolvido uma teoria do discurso ou da enunciação, no entanto, por meio de suas pesquisas, o filósofo lançou as bases para aquilo que posteriormente viria a ser conhecido como Análise Dialógica do Discurso. Ao propor um sujeito situado historicamente e plenamente encaixado nas lides sociais, o filósofo rompeu a barreira linguística. Trouxe para dentro da linguagem conceitos externos que viriam a se mostrar deveras importantes para se trabalhar o sentido da enunciação.

Mesmo sem ter postulado formalmente uma essência teórica voltada para a linguística da enunciação, ressaltamos que Bakhtin, Voloshinov, Medvedev e outros integrantes do Círculo de Bakhtin trabalharam ideias que trariam consequências marcantes no campo do discurso. A partir

dos anos 1925/1926, passa-se a falar numa verdadeira virada linguística, devido aos debates que começam a se suceder nesse domínio. Assim, por meio da obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (MFL), que foi escrita por Bakhtin/Voloshinov no final dos anos 20 do século XX são lançadas as bases de uma teoria bakhtiniana da enunciação, a qual postula que é necessário ir além dos resultados colimados pela linguística para que se possa trabalhar no campo da interação. Temos aí uma primeira referência à *Metalinguística*², a qual, segundo Flores (2009), constitui-se em alicerce teórico-metodológico desenvolvido por Bakhtin e seu Círculo e que, transpondo as fronteiras da linguística do sistema destina-se ao estudo do enunciado concreto e das relações de sentido que são construídas pelos interlocutores.

Segundo Flores (op. cit), a diferença de posicionamento da metalinguística, se relacionada com a própria linguística está na observação da dinamicidade da língua. Esse fato proporciona a circulação de proposições avaliativas de sujeitos do discurso, tendo como consequência uma constante renovação de sentidos. Alguns teóricos preferem a designação *Translinguística*³, ao invés de *Metalinguística*. A *translinguística* bakhtiniana se destina aos estudos da enunciação e dos discursos desenvolvidos na cena enunciativa.

Ainda de acordo com a visão de Flores (op. cit.), as reflexões que Bakhtin empreende em MFL são semelhantes às que impeliram Saussure no seu CLG. Flores postula que, quando Bakhtin assume sozinho a autoria dos seus textos, não se comporta com a mesma atitude em relação à linguística de Saussure, comparando-se com os escritos em que Voloshinov aparece como coautor. Isto está explícito também na teoria de Authier-Revuz (2004).

As referidas reflexões se alinham em busca da definição das fronteiras do objeto, “No que consiste o objeto da filosofia da linguagem? Onde podemos encontrar tal objeto? Qual é a sua natureza concreta? Que metodologia adotar para estudá-la?” (BAKHTIN, 2014, p. 71). Para respondê-las, o autor russo recorre a duas orientações da visão linguístico-filosófica, determinadas pelo próprio Bakhtin de *objetivismo abstrato* e *subjetivismo idealista*.

² Campo de estudo que tem como objeto de investigação o discurso, língua em sua integridade concreta e viva, e suas relações dialógicas (FLORES, 2009, p.164).

³ Todorov e os historiadores do pensador russo Clark e Holquist preferem a designação *translinguística* à *metalinguística*. Esta opção é coerente com o uso do prefixo “trans,” que, no caso específico, assinala o movimento de ir “além da” linguística, uma proposta de mudança a partir de uma disciplina de base (FLORES, op. cit, p. 165).

Quanto ao primeiro pensamento, observemos que:

Segundo essa tendência, o centro organizador de todos os fatos da língua, o que faz dela o objeto de uma ciência bem-definida, situa-se, ao contrário, no sistema linguístico, a saber, o sistema das formas fonéticas, gramaticais e lexicais da língua (op. cit, p. 79).

A crítica de Bakhtin sobre o objetivismo abstrato recai no fato de se considerar a língua estável, usando suas palavras “um arco-íris imóvel” (op. cit.). Assim, esse objetivismo abstrato só admite o ato individual de criação se for ligado a um sistema linguístico que seja imutável em um determinado instante histórico, uma vez que não reconhece a individualidade. Trata-se, portanto, de uma noção de língua que se suporta na convencionalidade do sistema linguístico, sem a devida aproximação do signo à realidade ou ao indivíduo.

No que concerne à segunda visão, o autor russo postula que:

O subjetivismo individualista apoia-se também sobre a enunciação monológica como ponto de partida da sua reflexão sobre a língua. [...] Vimos que ela se apresenta como um ato puramente individual, como uma expressão da consciência individual, de seus desejos, suas intenções, seus impulsos criadores, seus gostos, etc. (op. cit, p. 115).

Sua crítica continua, focalizando o aspecto de que a enunciação monológica não reflete sobre a língua, tendo em vista que se cobre de visões provenientes do próprio indivíduo. Não menciona o outro, restringindo-se a atos limitados e individuais. Bakhtin rebate então o monologismo, uma vez que sua teoria enunciativa se alicerça no diálogo.

Diante das suas duas proposições – de um lado as teses do subjetivismo individualista e, de outro, as antíteses do objetivismo abstrato – Bakhtin se pergunta:

Mas o que é que se revela como verdadeiro núcleo da realidade linguística? O ato individual da fala – a enunciação – ou o sistema da língua? E qual é, pois, o modo de existência da realidade linguística? Evolução criadora ininterrupta ou imutabilidade de normas idênticas a si mesmas? (op. cit, p. 92).

Com essas críticas a Saussure e aos estruturalistas, Bakhtin se revela um teórico inovador para o seu tempo. Postula, então, que se deve aproximar a língua da realidade criadora, em vez de tratá-la como um sistema apartado das influências sociais.

Ou seja, o sujeito, ao utilizar a língua não está sozinho. Encontra-se sempre com o outro.

É o próprio Bakhtin (op. cit, p. 126) que nos afirma que “A enunciação enquanto tal é um puro produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade linguística”. Donde se depreende que a língua não se fundamenta em algo abstrato, nem tampouco em enunciações monológicas isoladas. Senso contrário, a língua se faz pela interação verbal, a qual é realizada por meio da enunciação, a partir do momento que se compreende que o sujeito nunca está só.

Na realidade, segundo Bakhtin:

Toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade (op. cit, p. 117).

O autor postula que a palavra vem de alguém, assim como vai para alguém. A palavra se determina como o produto da operação que é realizada entre o locutor e o ouvinte, e que se denomina de interação. Entretanto, esse alguém não necessita ser, obrigatoriamente, um ente físico. Ele pode se exprimir como um eco das vozes que reverberam na sociedade.

Por meio da palavra, continua o autor, o *eu* se define em relação ao *outro*. Bakhtin ressalta ainda que esse eu também vai se definir em relação à coletividade. Afirma que toda palavra se destina a marcar a expressão do um em relação ao outro. Exemplificando, postula que a palavra é uma ligação, como se fosse uma espécie de ponte, que é construída entre o eu e os outros. Ela se assenta sobre o eu em um lado do cordel e, do outro lado, a palavra se apoia no respectivo interlocutor.

Sobre isso, o autor russo nos ensina que “um livro é um ato de fala impresso” (op. cit, p. 127). Com esse exemplo, Bakhtin mostra que o livro se constitui, de maneira idêntica, em um objeto de comunicação verbal. Sendo um elemento de diversas discussões dinâmicas que se apresentam sob a forma de diálogo, o mesmo deve ser apreendido ativamente. Da mesma maneira, postula que ele seja estudado a partir de um quadro elaborado no discurso interior, uma vez que apresenta reações que, embora impressas, devem se constituir em oportunidades de comunicação verbal.

Bakhtin/Voloshinov postula que:

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas de verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” no sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja (op. cit, p. 127).

Dessa maneira, é preciso construir o dialogismo como sendo um conjunto composto por diversas vozes que permeiam os discursos dos sujeitos. Elas se podem fazer presentes fisicamente ou não, uma vez que essas vozes ecoam e se relacionam entre si nos discursos. Compreende-se, portanto, que é na linguagem que se vai encontrar o caráter dialógico da comunicação. Bakhtin celebra o diálogo, explicando que o mesmo pode ser definido como uma alternância entre enunciados, entre sujeitos ou mesmo entre diferentes posicionamentos, que se constituem nas diversas enunciações.

Nesse viés, segundo Brait et al (2010, p. 62) “Os conceitos enunciado e enunciação, tão largamente utilizados na área dos estudos da linguagem, estão longe de promover um consenso, apresentando, ao contrário, uma grande polissemia de empregos”. Ou seja, ao longo da história, essas definições foram adquirindo sentidos variados, de acordo com a teoria referenciada. Em MFL, Bakhtin aponta para a ideia de enunciação como sendo um instrumento de natureza social e histórica. Desse fato, pode-se afirmar que ela pode ser definida como sendo uma espécie de reflexo de enunciações anteriores e traz consequências nos dizeres posteriores. Isso revela o caráter dinâmico de um trabalho com textos, o que faz mover os discursos, buscando o que verdadeira e profundamente eles nos trazem.

O pensamento bakhtiniano põe em cena o fato de um enunciado dirigir-se a alguém. De acordo com Brait et al (op. cit, p. 63), o enunciado “é concebido como unidade de comunicação, como unidade de significação, necessariamente contextualizado”. Então, pode-se dizer que o enunciado tem autor e visa sempre a um destinatário. Este último pode se apresentar como possuindo mais de uma face. Pode ser um interlocutor simples, chamado de destinatário concreto, no entanto, pode também vir a constituir-se em um destinatário presumido, ou seja, um interlocutor que se mostra um pouco mais abstrato. Dessa forma, observa-se que os enunciados manifestam-se de uma maneira dialógica, fazendo as vozes ecoarem nos discursos dos sujeitos.

A verdadeira essência da língua se constitui pelo fenômeno social da interação verbal, já o dissemos. Esta interação é desencadeada por intermédio da enunciação ou das enunciações, as

quais se exprimem por meio de situações reais:

A comunicação verbal não poderá jamais ser compreendida e explicada fora desse vínculo com a situação concreta. A comunicação verbal entrelaça-se inextricavelmente aos outros tipos de comunicação e cresce com eles sobre o terreno comum da situação de produção (BAKHTIN, 2014, p. 128).

Essas relações se constituem de situações diversas. As diferentes formas e os múltiplos elementos da situação se ligam às variadas formas de significação, sejam elas as situações imediatas ou até as que se expressam pelo contexto extralinguístico. Isso implica em dizer que uma enunciação sempre vem inspirada em outra que a precede, como também, da mesma forma, o fim de uma enunciação vai desencadear necessariamente outra enunciação. Conclui-se assim que isso é inerente ao processo de atividade da linguagem.

Portanto, pode-se afirmar que o conceito de enunciação liga-se diretamente a uma definição de enunciado concreto, bem como à respectiva interação em que ele se produz. Esclarecendo melhor, observemos o que nos diz Braith et al (2010, p. 68): “O enunciado concreto nasce, vive e morre no processo da interação social entre os participantes da enunciação. Sua forma e significado são determinados basicamente pela forma e caráter desta interação”. Ou seja, um enunciado liga-se a outros, sejam eles anteriores ou posteriores ao ato enunciativo. Um dos méritos da obra MFL é o de ter proposto a ideia de uma enunciação que aponta para a presença de um sujeito histórico, o qual se vale de um enunciado concreto, de natureza social para se exprimir no cotidiano.

Outra virtude dessa obra é o fato de Bakhtin postular que a ideologia pode ser concebida como uma visão de mundo ditada a partir de uma comunidade social específica, num determinado tempo histórico. O russo afirma que “Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade” (BAKHTIN, 2014, p. 33). O autor aproxima linguagem de ideologia, entendendo que é por meio da primeira que a última se materializa. Afirma que todos os discursos são ideológicos, uma vez que a ideologia está presente no signo linguístico.

O Círculo de Bakhtin não trabalha a questão da ideologia como algo pronto e já constituído na consciência individual. Leva essa matéria a um nível de discussão filosófica, de uma maneira concreta e dialética, relacionando-a com a constituição dos signos e da subjetividade. Sobre isso, veja-se o que diz Brait, interpretando o pensamento de Voloshinov:

“Por ideologia entendemos todo o conjunto dos reflexos e das interpretações da realidade social e natural que tem lugar no cérebro do homem e se expressa por meio de palavras [...] ou outras formas sógnicas” (BRAIT et al, 2010, p. 169). Donde se vê que a ideologia não se mostra no discurso de uma forma pré-determinada, mas aparece como sendo o produto de uma ideia, como se fosse o fruto de uma tomada de posição.

É o próprio Bakhtin quem aprofunda: “Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior” (BAKHTIN, 2002, p. 31). Ou seja, a ideologia não está dentro de cada um, muito pelo contrário, situa-se fora do sujeito. O filósofo continua, afirmando que tudo que é ideológico é um signo. E exemplifica trazendo que o pão e o vinho, por exemplo, tornam-se símbolos religiosos no sacramento cristão da comunhão.

Dizemos, então, segundo Bakhtin, que toda palavra é ideológica. Ela se apresenta vestida de uma vontade, de um propósito, de uma sinalização, de certo posicionamento. Portanto, o signo aponta para a ideologia, como também para a interação.

Aprofundando a questão da interação, observe-se o que afirma Bezerra, quando interpreta o pensamento de Bakhtin, no tocante às diferenças entre os conceitos de monologismo e dialogismo:

À categoria de monológico estão associados os conceitos de monologismo, autoritarismo, acabamento; à categoria de polifônico, os conceitos de realidade em formação, inconclusibilidade, não acabamento, dialogismo, polifonia (BEZERRA, in BRAIT et al, 2010, p. 191).

O primeiro modelo apresentado, construído a partir do prefixo mono, o monologismo, representa algo já concluído. No segundo, entretanto, assentado no afixo dia, o dialogismo, orienta-se, por intermédio do viés polifônico, para a autoconsciência do outro, a qual é representada como sendo o produto dominante na construção da imagem desse eu. Trata-se, como quer Bezerra (op. cit, p. 193), de se buscar algo novo e integral no ser humano. Esse “homem no homem” não é um objeto, mas um outro sujeito, um outro eu, livre e a quem cabe autorevelar-se.

Negando que o homem seja um mero objeto, ao interpretar os postulados de Bakhtin, Bezerra o imagina único, infinito e inacabável. Propõe o dialogismo, postulando que se deve

construir a imagem do homem numa comunicação interativa. E acrescenta “Eu me vejo e me conheço através do outro, na imagem que o outro faz de mim” (op. cit. p. 194). Dizemos, então, concordando com Bezerra, que eu me projeto no outro e o outro se projeta em mim. Ou seja, o *eu* não se concebe sem o *outro* e é nisso que reside a polifonia.

A essência da polifonia se concretiza na tomada de consciência da posição do enunciador como sendo um grande maestro que tem a força de gerir uma orquestra composta pelas variadas vozes que constituem o processo dialógico. Não devemos esquecer que esse regente deve criar as condições para que se manifeste todo o conjunto de vozes que aflui sobre si mesmo. Essas vozes e consciências não são objeto somente do discurso do “eu”. Compõem-se, portanto, de outros pensamentos. São sujeitos de seus próprios discursos, revelando independência e se relacionando com as diversas outras vozes que também desejam se manifestar nesse ambiente festivo e dinâmico que é o campo do discurso. A polifonia é então aquela multiplicidade de vozes e pensamentos independentes que influem, sem dúvida, na interação do sujeito.

No início do século XX, a palavra vinha sendo tradicionalmente trabalhada de uma maneira abstrata e isolada do contexto social. Descentrada do universo real de circulação e de uso concreto. Encarada como centro imanente de significados. Os estudos de Mikhail Bakhtin e de seu Círculo trouxeram outro alento à palavra, à linguagem e à língua. Abordaram nas suas pesquisas linguísticas uma concepção de linguagem como algo intrinsecamente ligado à história e aos acontecimentos vividos.

Ao caminharmos pelas vias da enunciação e verificarmos as visões de teóricos do porte de Saussure, Beneniste e Bakhtin, dirigimo-nos a seguir à obra de Authier-Revuz. São textos que apresentam a teoria particular da autora e descrevem minuciosamente as formas da língua, encaminhando-nos ao campo metalinguageiro, em busca da heterogeneidade enunciativa do sujeito no discurso.

4 EM BUSCA DA HETEROGENEIDADE DO SUJEITO

4.1 CARACTERIZAÇÕES DO SUJEITO SEGUNDO AUTHIER-REVUZ

No transcurso da produção discursiva, seja na visão do *um* seja pelo viés do *outro*, Authier-Revuz (2004) explica que, no decorrer do discurso, um locutor único produz certa quantidade de formas, as quais são linguisticamente detectáveis. Constituem-se de expressões reais e materiais que podem ser percebidas no nível da frase ou do discurso. Inscrevem, por seu turno, de uma maneira linear, o outro na instância da enunciação. Esse outro perfaz o um no trajeto discursivo, reverberando, de modo indelével, a palavra do *eu*.

Essas maneiras de produzir linguagem são as formas explícitas da heterogeneidade:

É o outro do discurso relatado: as formas sintáticas do discurso indireto e do discurso direto designam, de maneira unívoca, no plano da frase, um outro ato de enunciação. No discurso indireto, o locutor se comporta como tradutor: fazendo uso de suas próprias palavras, ele remete a um outro como fonte do “sentido” dos propósitos que ele relata. No discurso direto, são as próprias palavras do outro que ocupam o tempo – ou o espaço – claramente recortado da citação da frase; o locutor se apresenta como simples “porta-voz” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12).

Assim, percebe-se que, por meio desses dois modos discursivos, o enunciador abre espaço, de forma clara, para o discurso do outro em seu discurso particular. No discurso indireto o locutor traduz o pensamento do outro através do uso de seus próprios termos, tentando interpretar as ideias do outro. Procura, então, a inspiração no “sentido” dos objetivos da fala sobre a qual está relatando. Já no discurso direto, a citação surge como um recorte, no qual são claramente mostrados o tempo e o espaço do outro. Nesse viés, o locutor se limita a repetir as palavras do outro, tal e qual elas se apresentam. Ele desempenha, portanto, o papel de um mensageiro puro e simples.

Authier-Revuz (2014a) relembra a diferença entre os dois planos da linguagem, apresentando uma primeira instância que seria a dos aspectos linguísticos, na qual o sujeito vai reconhecer o signo simplesmente. É o chamado plano semiótico, por meio do qual se procura a natureza do signo, num primeiro despertar. Nesse quadro, a autora é influenciada por Benveniste e apresenta um segundo nível, que o designa como o plano do dizer, da língua. É também

conhecido como o da instância do discurso, na qual o sujeito vai poder compreender e interpretar os signos, atribuindo-lhes significados, a depender da situação de uso. Nessa instância a linguista se vale de teóricos como Bakhtin e Lacan. É como se o sujeito enveredasse um pouco mais além no percurso da comunicação, atingindo um canal compreensivo mais profundo, que requer a utilização de aspectos externos à linguagem, buscando a via interpretativa.

A seguir faremos considerações sobre a enunciação para depois nos aprofundarmos nos tipos de sujeito, que são conceitos trabalhados por Authier-Revuz na sua busca pela metaenunciação. Esperamos, dessa forma, apresentar algumas das principais ideias da autora francesa, a respeito do dito e do não-dito no discurso.

Quando nos lançamos a traçar alguns parâmetros sobre a enunciação, devemos ter em mente que toda palavra é polissêmica. Traz vários significados e arrola diversos pensares, a depender dos fatores envolvidos no momento em que se busca a interpretação. Assim, partimos da noção de que cada enunciação é particular, uma vez que as condições estabelecidas no determinado momento da comunicação são únicas. Em vista disso, pode-se dizer que a troca que se efetua na compreensão é sempre inédita. Seja no processo de escuta ou no de leitura, o sentido não se apresenta de forma alguma alinhado ou imanente. É, sim, o produto de um processo de interpretação própria do leitor, o qual toma posse do texto, trazendo-o para o quintal da sua experiência singular.

Nesse ponto, concordamos com Authier-Revuz (2014a, p. 1), quando afirma que “[...] la communication se réfère seulement à une certaine donnée objective [...] le langage permet des étagements compliqués, puisqu’on peut toujours l’utiliser pour parler sur le langage [...]”⁴. Dessa forma, não poderemos jamais compreender o significado pleno de uma enunciação, por mais que nos esforcemos. Ele estará sempre posto no entremeio balizado pelo dito e pelo não dito. É por isso que se imagina a enunciação como componente de uma instância na qual habita uma inevitável heterogeneidade.

Nesse sentido, lembramos que Authier-Revuz faz referência a Benveniste como um dos primeiros teóricos que aludiu ao processo linguístico-enunciativo. Para ele, a enunciação é o lugar onde se coloca em funcionamento a língua, através de um acontecimento particularizado. É

⁴ “[...] A comunicação se refere somente a uma certa quantidade de dados objetivos [...] A linguagem permite estágios complicados, os quais nós os podemos utilizar para falar da própria linguagem”. (Tradução nossa).

a língua em ação, em uso, em utilização. Aquela possibilidade de o ser humano poder construir estruturas complexas, que se revelam no dizer do *eu* e do *outro*. Essas conformações incluem a alteridade no discurso. É a partir e através dela que circula e começa a tomar corpo a metalinguagem.

Como um dos pioneiros da enunciação, Benveniste vai além do pensamento de Saussure. A propósito, Authier-Revuz (2014a, p. 1) valoriza o papel do primeiro, afirmando ser ele um continuador deste último. Escreve que: “Après Saussure, le grand clivage (c’est de) «continuer Saussure pour aller plus loin» (Benveniste) vers le sens, le dire, le discours, tourner la page saussurienne pour passer à «autre chose» le sens, l’interaction”⁵. Portanto, percebemos que, do percurso que liga o signo linguístico de Saussure até a proposta de enunciação de Benveniste, muito se caminhou. Sobretudo deve-se destacar que o fato enunciativo já se fazia latente nas ideias do mestre suíço, conforme foi visto na seção anterior desta pesquisa.

Authier-Revuz ressalta, ainda, a importância de Benveniste pela sua fidelidade a Saussure. Destaca a similaridade de pensamento entre ambos, quando aquele propõe na sua obra *Problèmes de linguistique générale II* (1974), o que chamou de «double signifiante», a dupla significação. É um modelo que combina dois modos distintos: o modelo semiótico de uma parte e o semântico de outra. Ou seja, uma primeira instância que seria a da significação dos signos e uma segunda apresentaria o outro degrau como representante da enunciação.

Assim, no desenvolvimento dos estudos linguísticos, pode-se constatar uma mudança na maneira de se abordar o sujeito. Além dos conceitos de dispersão e subjetividade, pelos quais o mesmo passa de protagonista a integrante do espaço discursivo, o sujeito também perde a centralidade das primeiras pesquisas nesse campo.

Nesse sentido, cresce de importância a enunciação:

Não há mensagem pronta, “remetida por A a B”. Ela se forma no processo de comunicação entre A e B. Além disso, não é transmitida de um para outro, mas construída entre eles como uma ponte ideológica (MEDVEDEV, 1928, apud AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 42).

⁵ “[...] Após Saussure, a grande clivagem (é a de) «continuar Saussure para ir mais longe» (Benveniste), em direção ao senso, ao dizer, ao discurso, virar a página saussureana e passar a uma «outra coisa» o significado, a interação (Tradução nossa).

Essa afirmação nos conduz ao fio da metaenunciação. Ou seja, o interlocutor não apenas compreende o discurso por intermédio do seu próprio discurso, como também reflete sobre o mesmo. O significado da mensagem não pode ser definido “a priori”. Ele vai se construir ao longo do processo de interação. A mensagem vai se formar na comunicação entre os sujeitos. Observamos, assim, que os estudos sobre a concepção do sujeito progrediram sobremaneira, como veremos adiante.

Authier-Revuz (2004) trabalha nos campos da enunciação e da metalinguagem. Parte das formas da língua, baseando-se, como já mencionado, em nomes como os de Saussure e Benveniste. Para a caracterização do sujeito, a linguista convoca duas vertentes que se poderiam supor bem distintas, as quais bebem nas fontes de teóricos como Lacan e Bakhtin. Tudo isso sem se esquecer do devido trato linguístico, referente ao processo da heterogeneidade.

Explorando o trabalho psicanalítico, verificamos que:

O inconsciente é esta parte do discurso concreto enquanto transindividual, que não está à disposição do sujeito para restabelecer a continuidade do seu discurso consciente [...]. O inconsciente é o capítulo de minha história que é marcado por um vazio ou ocupado por uma mentira: é o capítulo censurado (LACAN, 1953, p. 136, apud AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 50).

A partir disso, compreende-se que o inconsciente pode trazer ao discurso algumas questões que aparecem sem que o indivíduo as tenha realmente requisitado, voltando assim a um assunto pretérito. Linguagem e inconsciente apresentam-se, então, diretamente ligados. Sobre a volta ao passado, a autora continua, afirmando que o sujeito não retorna ao passado, referindo-se ao tempo presente do caminho analítico, mas é “o passado da linguagem que retorna” (CLÉMENT, 1973b, apud AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 51). Ou seja, são as experiências passadas que ressurgem através da linguagem.

Assim, pode-se postular, como quer a autora, que não existe verdadeiramente um “discurso do inconsciente” que lhe seja próprio. É o inconsciente que atua, a todo o momento, no discurso dito normal. Ainda nesse sentido, Authier-Revuz (2004, p. 54), citando Lacan, afirma que o inconsciente é uma sucessão de significantes que se repetem em outras cenas, insistindo em interferir no momento do discurso efetivo. A linguista ensina que, através da palavra resgatam-se o tempo e o momento do sujeito.

Authier-Revuz se utiliza de conceitos bakhtinianos, sobretudo do dialogismo. Nesse

sentido, vejamos:

[...] pode-se dizer que o homem tem uma necessidade estética absoluta do outro, do seu ativismo que vê, lembra-se, reúne e unifica que é o único capaz de criar para ele uma personalidade externamente acabada; tal personalidade não existe se o outro não a cria [...] (BAKHTIN, 2003, p.33).

Associando assim, indelévelmente, o outro a si mesmo, o sujeito tem a capacidade de ser proativo, vindo a enxergar-se e podendo refletir-se nessa alteridade. É o dialogismo bakhtiniano que possibilita ao sujeito realizar-se por meio da sua palavra e da dos outros. Os postulados de Bakhtin valorizam a cena enunciativa através da interação entre as vozes componentes do discurso do sujeito.

O *outro* é aquele cuja palavra pode anteceder ou até mesmo suceder o enunciado do *eu*. É necessário, assim, divisar a importância do outro na constituição do sujeito. Dessa forma, Authier-Revuz (2014c, p.1) apresenta a questão da representatividade do sujeito como sendo crucial para a construção da compreensão do conceito de metaenunciação.

A pesquisadora francesa expõe sua teoria, aproveitando para categorizar o sujeito do discurso em três tipos. Esses tipos foram definidos por ela como sendo aqueles que possuem as seguintes denominações: o sujeito clássico, o não-sujeito e o sujeito clivado, sobre os quais passaremos a discorrer.

Queremos lembrar que a linguística não possui uma teoria do sujeito, especificamente no que concerne à sua ligação com a linguagem. Assim, Authier-Revuz (2001) nos encaminha ao campo específico da enunciação, quando da realização das suas pesquisas, procurando expor a heterogeneidade do sujeito no discurso.

Isso implica colocar em jogo escolhas teóricas sobre pontos que significam, por exemplo, noções de distância e desdobramento do sujeito. Essas teorias trazem materiais exteriores à linguística e conduzem o conjunto dos seus estudos a descrições profundamente variadas dos fatos discursivos.

Nesse sentido, a autora francesa nos apresenta o primeiro tipo:

La conception d'un sujet, individu bio-psycho-social qui utilise le langage pour communiquer, dans un rapport de maîtrise relativement à celui-ci et au sens qu'il produit - maîtrise ne voulant pas dire ici que ces approches ignorent naïvement les résistances que lui opposent, entre autres, la différence des autres auxquels il s'adresse et le caractère limité de son outil face à l'infinie

singularité des expériences à transmettre, ni qu'il contrôle souverainement, sans tâtonnements ni ratés, tous les aspects d'une machinerie communicationnelle souvent posée avec une extrême sophistication (AUTHIER-REVUZ, 2001, p. 4)⁶.

Esse tipo é também conhecido como sujeito clássico, ou transparente. Diz-se que seja um sujeito que alimenta a ilusão de reconhecer a si mesmo no discurso. Utiliza a linguagem para se comunicar, produzindo um sentido que se mostra transparente e imediatamente acessível. Pensa que tem o controle do que é produzido, e que pode ser senhor daquilo que diz. O seu enunciado discursivo é, assim, um resultado direto do processo enunciativo. Esse sujeito baliza seu discurso em razão de determinados propósitos. Ou seja, o sujeito clássico acredita que controla soberanamente e sem nenhuma falha a complexidade de um ato comunicativo.

A linguista, continuando a explorar o plano metalinguageiro, traz um segundo tipo, por meio da noção de um *não-sujeito*, que seria aquele “[...] sujet «produit» par le langage comme structurellement clivé par un inconscient, sujet débouté de toute position d'extériorité, sinon imaginaire, par rapport au langage et à son dire [...]” (AUTHIER-REVUZ, 2001, p. 5)⁷. Diz-se desse tipo um “não-sujeito”, tendo em vista que ele não produz linguagem, mas, senso contrário é produzido pela própria linguagem.

É o caso da criança na mais tenra idade que entra na linguagem por meio da mãe ou através de uma pessoa que venha a assumir a função materna nos primeiros meses de vida. Nessa primeira fase da vida, o bebê não fala, sendo, portanto, falado por esse outro, o qual é também conhecido como grande Outro, de acordo com a visão de Lacan. O Outro, portanto, é a mãe que interpreta os desejos da criança, vindo a enunciar os mesmos, falando por ela.

Dessa forma, num primeiro momento, o bebê se vê totalmente assujeitado, pois não produz linguagem. Encontra-se, então, ligado a esse Outro. Preso aos desejos e às atenções da

⁶ “A concepção de um sujeito, indivíduo bio-psicossocial que utiliza a linguagem para se comunicar, numa relação de domínio relativamente a ele e ao que produz - domínio que não quer dizer que essas abordagens ignoram ingenuamente as resistências que se apresentam, entre outras, a diferenças em relação aos outros e aos quais ele se dirige, e o modo limitado de sua vivência, face às imensas singularidades das experiências a transmitir, nem tampouco que ele controla de maneira soberana, sem tentativas nem erros, todos os aspectos de um mecanismo comunicativo na maioria das vezes posto com extrema sofisticação. (Tradução nossa).

⁷ “[...] sujeito «produzido» pela linguagem e estruturalmente clivado por um inconsciente, sujeito que parte de uma posição exterior, imaginária à linguagem e ao seu dizer [...]”. (Tradução nossa).

mãe que refrata a sua linguagem. Em seguida, numa fase posterior, ao tempo em que a mãe favorece a inserção da criança na linguagem, o bebê deixa a posição de não-sujeito, passando a se constituir em sujeito do seu próprio discurso. A partir desse instante, o grande Outro, que até então era a mãe, vai cair e será submetido à questão da linguagem⁸.

É importante destacar que, na visão lacaniana, o Outro é condição primeira e necessária para que o eu e o outro interajam. Todos os falantes estão regidos por esse Outro que se interpõe na fala dos outros. Pode-se compreendê-lo melhor, caso concebamos o Outro como a própria linguagem, a cultura de uma civilização, ou mesmo a ordenação do mundo.

Finalizando seu caminho em busca das definições dos tipos de sujeitos, segundo sua visão, a linguista francesa caracteriza um último tipo, o qual ela o define como sujeito clivado. Authier-Revuz nos conduz, então, ao campo do inconsciente, o qual teima em se manifestar nos diversos processos comunicativos:

Le sujet divisé comme sortie d'une impasse pour la prise en compte des faits métaénonciatifs [...] la situation du sujet au niveau de l'inconscient [...] le langage apparaît donc comme cette activité subjective par laquelle on dit tout autre chose que ce que l'on croit dire dans ce que l'on dit (AUTHIER-REVUZ, 2014c, p. 1)⁹.

A autora trata de um sujeito representado por um significante dividido. Aqui é o inconsciente que se revela. É um sujeito descentrado daquela posição de imaginar que tudo pode. Ele é obstruído pelo desejo, pela expressão mesma desta divisão. A linguista nos explica que ele é dividido, no entanto ele não desaparece. Ele fala e continua iluminando a cena discursiva como um fantasma da forma do eu.

No intuito de melhor compreender o terceiro tipo proposto pela linguista francesa, vale a pena verificar a seguinte afirmação:

⁸ Esse assunto será aprofundado em seguida, no item 4.2.

⁹ “O sujeito dividido, como que tendo saído de um impasse por meio da tomada de consciência dos fatos metaenunciativos [...] a situação do sujeito em nível de inconsciente tal como Freud articula [...] a linguagem aparece assim como essa atividade subjetiva através da qual se diz outra coisa que aquilo que se crê dizer no que se diz. (Tradução nossa).

O sujeito de que falo é aquele que fugidamente se enuncia na língua, protegendo-se na estrutura da língua da sutura que lhe é constitutiva. O sujeito é o momentâneo que, ao emergir sob a forma de regular, denuncia-se como uma falha, que está para além da estrutura da língua, mas que nela se marca negativamente (FLORES, 1999, p. 17).

Portanto, o sujeito clivado insere-se a todo tempo no processo de enunciação. Remete à divisão do sujeito em múltiplas “personagens” que emanam do inconsciente. Ele surge apartado, manifestando-se nas estruturas esburacadas do dizer. Valdir Flores nos clareia a definição desse sujeito, como sendo algo que se situa para além da estrutura da língua. Um processo que se concretiza nas diversas falhas de comunicação.

Esse tipo de sujeito desestabiliza, portanto, a noção de sujeito pleno, transparente. É como se o enunciador expressasse aquilo que não pensou verdadeiramente em dizer. Como se exprimisse algo que emergiu do inconsciente. Ou seja, por meio desse sujeito descentrado, barrado, clivado reconhece-se que o sujeito não é a origem do seu dizer, uma vez que o mesmo é determinado pelo inconsciente.

O percurso realizado pelas alcunhas do sujeito, caracterizadas pelo viés de Authier-Revuz ajuda a compreender a dimensão da metaenunciação. Revela o espaço da alteridade e da heterogeneidade discursiva, uma vez que a fala do eu está repleta da fala do outro. É a heterogeneidade mostrada que se apresenta no percurso linguageiro. Essas instâncias do dizer, quando exploradas, descortinam uma tomada de consciência progressiva dos eventos enunciativo-discursivos que acontecem ao redor do sujeito.

Na seara do discurso, verificamos que toda enunciação é una. Nasce segundo condições próprias, uma vez que as horas, os minutos e os segundos não se repetem. O tempo não recua para reconstruir uma cena discursiva com as mesmas características. Nesse ponto é que se diferencia o ser humano dos animais. A linguagem desses últimos é simples, pouco complexa e visa somente à comunicação.

O homem, por seu turno, consegue construir uma mensagem baseando-se numa outra anteriormente emitida, Benveniste já o disse. Aliás, como quer Authier-Revuz, os postulados benvenistianos são uma espécie de fio condutor das propostas de Saussure, a partir do momento em que dão início à formulação das ideias enunciativas, sem se despregar totalmente da forma da língua. Remetem a conceitos que possibilitariam uma incursão no universo exterior à linguística,

em busca de uma melhor compreensão do sujeito do discurso.

Além dos fundamentos propostos por Saussure e Benveniste, Authier-Revuz se utiliza do dialogismo desenvolvido no Círculo de Bakhtin, conforme já estudado nesta pesquisa e da psicanálise proposta por Lacan, como veremos na seção seguinte, indo buscar teorias exteriores ao campo da linguística para compor seus postulados e propor uma teoria da enunciação bem particular.

4.2 ARTICULAÇÃO ENTRE A LINGUÍSTICA E A PSICANÁLISE

O diálogo entre a linguística e a psicanálise vem sendo tecido no transcurso dos anos. Essa articulação envolve a hipótese de que a linguística, ao propor a língua como seu objeto de estudo, deixa de fora uma série de questões, dentre as quais o sujeito e sua subjetividade. No entanto, essas demandas retornam ao seu objeto, uma vez que somente adquirem existência a partir da própria língua.

Nesse sentido, Lacan se refere a essa articulação:

Quanto ao sintoma [psicanálise], que também exprime algo estruturado e organizado como uma linguagem [...], ele é sempre plurívoco, superposto, sobredeterminado e, para resumir, construído da mesma maneira que as imagens são construídas nos sonhos (LACAN, 2005, p. 23).

Dessa maneira, verificamos que o autor apresenta algumas características da linguagem que são aplicadas no campo da psicanálise. Afirma que, no trabalho psicanalítico, existe uma concorrência, uma espécie de superposição de símbolos que são tão complexos como a construção de um texto poético. Inclui outras referências, ao buscar esta articulação entre a linguística e a psicanálise, como por exemplo, o tom, a estrutura, os trocadilhos, o ritmo e a sonoridade. Postula que “A linguagem está aí” (op. cit, p. 24) e, como que reforçando a aludida articulação, reafirma que tudo se passa em diversos planos, e que tudo é da ordem e do registro da linguagem.

Pensar nos entrecruzamentos entre essas duas áreas permite alargar os horizontes da linguística:

Acredito que, ao reconhecer os limites impostos à linguística, reconhece-se, ao mesmo tempo, o que dela se exclui o que, no entanto, não impede de supor o seu retorno à teoria excludente. Aquilo que não é contemplado por um saber não está, necessariamente, fora da coisa estudada (FLORES, 1999, p. 22).

Trata-se de poder refletir sobre o papel da linguística, porém com os olhos voltados para a admissão da falha que faz parte da regularidade do seu objeto de estudo, que é a língua. É preciso atribuir, nesse domínio científico regular e contínuo, um lugar de complementaridade e de equívoco, que se instaura a todo o momento, na fala do sujeito.

Como lembra Milner (1997, apud FLORES, 1999, p. 21), o equívoco na língua “é um círculo imaginário, onde o que permite satisfazer a demanda não tem outro fundamento além da própria demanda”. Esse aspecto imaginário da língua remete ao estudo do sujeito, que é o ponto de transbordamento da linguística, pois que desvela a falta, a negação e a descontinuidade reveladas na enunciação.

Nesse sentido, buscar uma teoria que contemple tanto as estruturas linguísticas quanto as rupturas que nela se processam, aponta para a articulação entre as teorias da enunciação e o estudo do inconsciente, até porque esse equívoco não cessa de se estabelecer. Para tanto, será necessário recorrer à obra de Jacques Lacan, a qual serve de base aos estudos de Authier-Revuz (2004), quando da inserção do inconsciente no discurso.

Articular a linguística à psicanálise constitui uma missão, na qual será necessário enxergar a língua não somente como uma estrutura, onde os signos apontam para uma relação entre eles. Mas sim, faz-se mister conceber uma investigação sobre os lapsos que se estabelecem na fala do sujeito. É imperativo ir além, observar mais largo e absorver as marcas da heterogeneidade da língua que se inscrevem nos discursos.

Aberto o espaço para o estudo dos aspectos exteriores à linguística, lembramos que:

A falta e a incompletude do sujeito, discutidos amplamente pela psicanálise Freud-lacanianiana, contribuem para a problematização do estudo do sujeito da enunciação, do sujeito que transforma a língua em discurso, conforme afirma Flores (1999) e para os estudos desenvolvidos por Authier-Revuz (1982) sobre a heterogeneidade constitutiva e mostrada (LIMA FILHO, 2012, p. 33).

Essas referências apontam para uma articulação entre a linguística e a psicanálise, recomendando ser imprescindível abandonar a perspectiva do homogêneo, onde se trabalha na dimensão do Um. Nesse sentido, urge buscar o campo do não-marcado, no qual o discurso é

concretizado pela presença do Outro, do não-Um e onde o texto se transforma em discurso. É imprescindível trabalhar os aspectos heterogêneos da linguagem.

Esse Outro é o que nos encaminha para a experiência da heterogeneidade constitutiva. É o que se situa fora dos aspectos linguísticos, excedendo a esse domínio. É o Outro afirmado por Lacan como sendo a própria linguagem, a vastidão da cultura, a dimensão do simbólico, uma vez que o trajeto de inserção da criança na linguagem pressupõe que, desde o começo exista a presença de um Outro.

Ao observarmos o caminho que se percorre quando dessa inserção na linguagem, verifiquemos o que diz Lima Filho (2012). O autor afirma que, num primeiro momento, a criança é falada através de sua mãe. Assim, é a mãe quem decodifica os sinais comunicacionais do bebê, nomeando-os. Esses momentos de convivência com a mãe são um chamamento inicial ao bebê, no sentido de que ele venha a partilhar de um código, que nesse caso é a própria língua da mãe. Pelos postulados lacanianos, a mãe representa, inicialmente, para o bebê esse Outro (com “o” maiúsculo), já que apresenta a linguagem para a criança. Dessa maneira, ela mesma se constitui nos primeiros meses de vida do bebê, na própria linguagem para esse “infans”¹⁰.

No início de sua existência, a criança está totalmente assujeitada a esse Outro, ao desejo da Mãe, aos seus cuidados e aos seus carinhos, uma vez que é a mãe que se encarrega de decifrar os desejos do filho. Lacan denominou de S1 (significante um) o primeiro significante inscrito no “infans”, que é denominado “Desejo da Mãe”. Esse S1 desempenha um papel relevante na constituição da subjetividade, uma vez que, ao virmos ao mundo e desfrutarmos dos primeiros ares da vida, carecemos de alguém que desempenhe a função de falar em nosso nome. Alguém que nos possa nomear as coisas e nos possibilite decodificar os sinais de comunicação iniciais, inserindo-nos no mundo e interpretando as primeiras luzes da nossa convivência.

Em fase posterior e concomitantemente com as articulações da mãe, o bebê passa a reagir, tentando responder a esses primeiros sinais:

Posteriormente, à medida que a mãe facilita sua inserção na linguagem, a criança naturalmente se distancia desta posição de assujeitamento ao desejo da mãe para a posição de sujeito do próprio discurso. [...] O que faz a criança sair desta posição de alienação ao desejo da mãe é a entrada de um outro significante, nomeado por Lacan de S2 (significante dois), denominado “Nome-do-Pai” (LIMA FILHO, 2012, p. 45).

¹⁰ Do latim: aquele que ainda não fala.

Segundo o autor, o S2 diz respeito à entrada em vigor da lei que cancela a relação de assujeitamento da criança ao S1. O “Nome-do-Pai” assegura, além de outras coisas, que o “infans”, inicialmente assujeitado, passe a fazer parte do mundo da linguagem. Libertando-se do “Desejo da Mãe”, a criança começa a se integrar à cultura, constituindo-se, então, em sujeito do seu próprio desejo.

Ainda, a respeito da noção de Outro:

[...] diz Lacan: “Há dois outros que se devem distinguir [...] um Outro com O maiúsculo e um outro com o minúsculo, que é o eu. O Outro, é dele que se trata na função da fala”. [...] Com essa oposição, Lacan situa mais do que um semelhante Imaginário, mas principalmente o fato de que o sujeito é determinado por algo anterior (FLORES, 1999, p. 165).

A articulação do sujeito com a metáfora paterna, explica Lacan (1966, apud FLORES, 1999), se dá por meio da teoria do significante. Dito de outra forma, desde o momento em que o sujeito vem ao mundo, ele se apresenta dividido, pela intervenção de um terceiro. Dessa maneira, Lacan postula a primazia do significante sobre o significado. Isto quer dizer que, “o significante é relativo e que proporciona um sentido a partir de um lugar de relação diferencial com outro significante” (op. cit.). Portanto, pode-se afirmar que o significante consiste na estrutura sincrônica material da linguagem, enquanto que o significado está ligado a ele apenas de maneira histórica.

Segundo Lacan (1996, p. 22), o *significante mestre* seria o que o próprio autor designa de *significante sem significado*. Percebemos, então, que o significado não está diretamente relacionado ao significante como na teoria saussurreana, mas sim observamos que, diferentemente da noção estruturalista, Lacan postula que cada significante remete a outro significante. Esse mecanismo vai constituir uma cadeia, na qual um significante vai dar origem a outro e assim sucessivamente, quebrando a noção dicotômica de Saussure e possibilitando os alicerces para uma teoria do sujeito.

A divisão do sujeito está relacionada à teoria do significante uma vez que “esse é o deslocamento da definição clássica de Saussure, pois introduz a dimensão do Simbólico como ordem do Outro que possibilita uma teoria do sujeito e não do significante linguístico” (op. cit.). Ao trabalhar no degrau do simbólico, Lacan postula sua concepção de que o significante está imbricado com a implicação estrutural entre o desejo e o Outro. Verificamos, portanto, que a

constituição da subjetividade vai se estabelecer a partir do momento em que se dá a passagem da posição de alienação ao desejo do Outro (S1), quando ainda está imerso no registro do Imaginário, para a posição de sujeito do desejo (S2), inscrito na ordem do Simbólico, vindo o sujeito a possuir a capacidade de enunciar-se de forma individual.

Sobre a autonomia do significante, anunciada por Lacan, vejamos:

Se o significante é concebido como autônomo em relação ao significado, ele irá assumir uma função completamente diferente da de significar: a de representar o sujeito e também a de determiná-lo. Desse modo, a concepção lacaniana de significante é inseparável de uma teoria do sujeito [...] (SCHÄFFER, 2002, p. 185).

Como se pode observar, a teoria lacaniana não considera o significante intimamente ligado ao significado. A relação entre eles não é de nenhuma sorte biunívoca, uma vez que se considera o deslizamento do significante sem fazer alusão ao significado. Essas considerações nos possibilitam afirmar que a cadeia de significantes que foi proposta por Lacan vai aportar numa teoria do sujeito.

Assim, apresentamos o conceito dado pelo próprio Lacan, sobre a questão do significante:

Nossa definição do significante (não existe outra) é: um significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante. Esse significante, portanto, será aquele para o qual todos os outros significantes representam o sujeito: ou seja, na falta desse significante, todos os demais não representariam nada. Já que nada é representado senão para algo (LACAN, 1998, apud SCHÄFFER 2002, p. 204).

A ideia de significante reside, tal como a concebe Lacan, numa relação de pura diferença entre sujeitos. Nessa cadeia imaginada pelo autor, um significante é o que representa o sujeito para outro significante. É possível observar-se na sua definição que o significante aparece, de certa forma, despregado, desassociado do significado. Assim, essa lógica contida na teoria do significante nos permite pensar numa estruturação do sujeito.

Ao abordar essa questão, Lacan desloca o lugar do sentido para o da incompletude, articulando ao Imaginário e ao Simbólico, o registro do Real:

Na perspectiva lacaniana a estruturação psíquica do sujeito é constituída por

três registros (Real, Simbólico e Imaginário) que estão amarrados pelo significante primordial denominado de Nome-do-Pai. Ao Real se atribui a dimensão irrepresentável no sujeito, ou melhor, à realidade inominável que fura o Simbólico. O Simbólico, por sua vez, é toda realidade falada que possibilita o sujeito significar e interagir com o outro. O imaginário é o registro que advém da fase especular em que o infans se encontra assujeitado à subjetividade da Mãe. É a fase que registra no sujeito a ilusão da plenitude, de ser um com o outro (LIMA FILHO, 2012, p. 34).

Nesse caminho, pode-se verificar que o deslocamento realizado por Lacan contribui para a noção de que não existe sentido pleno. Ao propor a estruturação psíquica do sujeito alicerçada em três registros, que são o Real, o Simbólico e o Imaginário, os três, por seu turno, enlaçados pelo Nome-do-Pai, o autor trabalha no universo do inconsciente.

Lacan considera que o Real é o registro daquilo que não se pode verdadeiramente nomear. Dito de outra forma, não se consegue abranger o sentido total das coisas, pois não há como registrar o universal. Dessa maneira, podemos verificar que o Real lacaniano introduz os lapsos, os equívocos, as falhas na linguagem. Ou seja, quando o sujeito enuncia os fatos, por meio de sua fala, não consegue dimensionar, nem tampouco nomear tudo. Fica uma espécie de buraco no sentido pleno, abrindo sempre a possibilidade de um novo entendimento do que foi dito.

Ao Simbólico corresponde o registro da realidade para cada sujeito. Ora, é por meio desse registro que se pode enunciar e interagir com o outro. Cada sujeito se expressa e se revela no nível do Simbólico, o qual é atravessado pelo Imaginário, que é a fase inicial, pela qual o sujeito se condensou e adentrou na linguagem. Por sua vez, o Simbólico também é banhado pelo Real, que pode ser pensado como aquilo que causa ruptura no processo da enunciação, estando todos amarrados pelo significante S2, chamado de “Nome-do-Pai”.

Para melhor entender a teorização de Lacan, observemos que:

[...] o Simbólico é o que responde pela existência dos outros dois registros, o Real sendo então pensado como aquilo que falha no processo simbólico e o Imaginário, como condensação transitória da dinâmica diferencial existente (FREIRE, 2001 apud LIMA FILHO, 2012, p. 38).

Esse processo faz referência à teoria lacaniana sobre o nó borromeano, que é formado por três aros e que amarra os registros do Imaginário, do Simbólico e do Real. Embora Lacan encarregue o Simbólico como responsável pelos outros dois registros, uma vez que eles se

encontram ligados, o autor privilegia o Real em detrimento do Simbólico. Essa reflexão introduz o deslocamento do sentido pleno para o do campo do equívoco, da ausência, da incompletude da enunciação. Estão criadas, assim, as condições para se pensar o não-UM, abrindo espaço para a subjetividade.

Ainda sobre o nó borromeano:

[...] o nó borromeano consiste em: a) ser impossível – e este é o real do Nó – desfazer um dos elos sem ao mesmo tempo liberar os outros dois; b) os elementos serem distinguíveis – este é o Simbólico do Nó; c) nada haver que não deva como tal se escrever e se representar – aí o Imaginário do Nó. Cada elo, Real, Simbólico, Imaginário é ele próprio, como tal, Real, Simbólico e Imaginário (LEITE, 1994 apud FLORES, 1999, p. 173).

Lembramos que, de acordo com as reflexões de Lacan, a articulação entre os três registros é indissolúvel. Nessa direção, por meio da metáfora do nó borromeano torna-se possível enxergar a estrutura através da qual a psicanálise pensa o sujeito. Assim, o Simbólico pode ser entendido como a ordem instaurada pelo significante, sendo, ao mesmo tempo, uma função mediadora. O Imaginário está indissolúvelmente ligado ao Real e ao Simbólico pelo desejo do sujeito.

A mudança de Lacan na forma de entender o Outro se tornou possível pelo enodamento entre os três registros: Real, Simbólico e Imaginário. A partir dessa articulação foi realizado um deslizamento do Outro, como sendo a instância da completude, em direção ao Outro do não-acabamento. A isso se relaciona o Real a um registro do que não se pode representar, do impossível de ser nomeado, abrindo uma fresta no sentido pleno. Então, “Conforme afirma Lacan, o Real está na linguagem, ele fura o Simbólico e introduz a falha nas produções discursivas” (LIMA FILHO, 2012, p. 40). A teoria lacaniana insere no campo da subjetividade o não-sentido.

O sujeito do qual estamos falando é o que se constitui como efeito do significante. É o eu, que é um sujeito fruto do desejo e que se relaciona com o Outro. Mas é também o eu, que é um sujeito desejante e que interage com o outro, alterando a semântica da língua a partir do momento em que incursiona pelo Real. É esse sujeito que se inscreve no registro do Simbólico, não deixando, porém, de perceber o Real se insere a todo o momento, fazendo um furo no sentido pleno. Como afirma Lima Filho (2012, p. 41) “O Real está aí”. Assim, o sujeito do qual tratamos está banhado pelo Real, que embora seja impossível de ser representado, não cessa de

se inscrever, de se mostrar na linguagem. Os três registros apontados por Lacan, quais sejam Real, Simbólico e Imaginário constituem a estrutura psíquica do sujeito, seja ele neurótico ou psicótico.

A semântica que estuda esse sujeito é aquela que se constitui no produto da articulação entre a linguística e a psicanálise, a qual se denomina semântica metaenunciativa. O sujeito, dotado de inconsciente, como o define a psicanálise, introduz a ideia de ruptura na regularidade da semântica clássica, abrindo espaço para a heterogeneidade constitutiva do sistema. Observemos o que diz Lacan: “Um dia percebi que era difícil não entrar na linguística a partir do momento em que o inconsciente estava descoberto” (LACAN, 1993 apud FLORES, 1999, p. 161). Com essa afirmação, o autor deseja postular que nem tudo que pertence à linguagem pertence à linguística. Assim, verifica-se que é necessário estudar os aspectos exteriores à linguística, no sentido de compreender o sujeito do desejo.

A partir dessas reflexões, observa-se que a articulação entre os processos enunciativos e psicanalíticos nos permite estudar os discursos do neurótico e do psicótico. Então, em relação aos sujeitos neuróticos, vejamos o seguinte:

No desencadeamento da neurose, o sujeito perde o contato com uma parte de sua realidade psíquica. Essa parte é esquecida. Mas continua a fazer-se ouvir, segundo Lacan, de uma forma simbólica. À medida que a realidade não é plenamente rearticulada de maneira simbólica pelo sujeito, há fuga parcial da realidade, incapacidade de enfrentar essa parte da realidade secretamente conservada (SCHÄFFER, 2002, p. 57).

O Real apresenta-se no sujeito neurótico por meio de quebras e de incertezas que emanam aqui e ali, nas suas produções discursivas. Esse afastamento da realidade psíquica é característico no desencadeamento da neurose, mas o sujeito permanece em contato com a realidade por intermédio do registro do Simbólico, trazido pelo significante Nome-do-Pai. Ou seja, essa fuga é parcial nas neuroses.

Já nos psicóticos, a função paterna é “foraclusa” e as representações desses sujeitos são simbolizadas como uma espécie de buraco, de ausência naquilo que é dito. Essa ausência de dúvida no psicótico comprova que o Real é representado em níveis diferentes nas neuroses e nas psicoses, porque este Real é flutuante: “Ou seja, é um Real que uma vez que o delírio não é sistematizado, é um real que se mexe, que muda que se desloca e, então, evidentemente, é o sujeito com ele que sofre todas as metamorfoses” (LIMA FILHO, 2012, p. 42). Percebe-se,

portanto, que os sujeitos com vivência psicótica experimentam o Real de maneira intensa. Para eles não há dúvida: o Real é acompanhado de uma produção delirante, surgindo como uma nova verdade, na qual o sujeito passa a acreditar plenamente.

Nesse sentido, a metáfora delirante nos remete à heterogeneidade da linguagem como estuda Authier-Revuz (2004), ao explicar que um enunciador único produz uma certa quantidade de formas, linguisticamente observáveis, as quais inserem o outro no seu discurso. E complementa, postulando que “É o outro do discurso relatado [...]” (op. cit.). Isso pode ser observado, sobretudo, em dois aspectos do trabalho de Authier-Revuz. Primeiro a referência à psicanálise, quando a autora se apoia em Lacan, alicerçando-se no inconsciente para definir o sujeito cindido, como visto na seção anterior. Segundo, a partir do momento em que a pesquisadora se mune da teoria de Lacan para realizar seus estudos sobre a heterogeneidade constitutiva do sujeito, conforme veremos na seção seguinte. Essas ideias serão aprofundadas no decorrer do nosso trabalho, quando teremos a oportunidade de estudar as modalidades pelas quais o *eu* cede lugar ao *outro*, no decurso da sua própria fala.

Caminhando para as nossas conclusões parciais, afirmamos que o ponto de transbordamento da estrutura linguística é o sujeito. Um sujeito dotado de inconsciente, um sujeito desejante. Saímos, por conseguinte, da noção do Um, como sendo algo de totalitário, finito para a do não-Um, que pode ser definido como o que não é contemplado pela linguagem, aí compreendidos os equívocos, as falhas e a não-conclusibilidade presentes na enunciação.

Assim, procuramos explorar, basicamente, dois pontos da teoria lacaniana. O primeiro diz respeito ao deslizamento do conceito de significante proposto por Saussure. De acordo com Lacan, é possível se reportar a um significante sem fazer alusão direta a um significado, desfazendo a noção de que existe uma relação dual entre eles. O autor nos brinda com o conceito de Outro, como sendo inicialmente para a criança, a própria mãe ou outra pessoa que venha a criar o bebê (S1). Esse significante vai saindo de cena, pouco a pouco, para constituir-se posteriormente na linguagem. Nessa ocasião o significante Nome-do-pai (S2) se interpõe na relação desse sujeito, como um terceiro participante nessa partida e inserindo nela o desejo. Eis aí a primazia do significante.

O segundo ponto foi abordado quando Lacan apresenta o que se chama de estrutura psíquica do sujeito, lastreando-a num enodamento entre três registros: Real, Simbólico e Imaginário. O esquema do nó que sincroniza o Real, como sendo o registro do irrepresentável,

aos outros dois campos, insere a ideia de falha no já-dito. O simbólico se revela a partir do momento em que o sujeito se utiliza desse registro para caracterizar sua enunciação, deixando pra trás o Imaginário, que se condensou, quando da vivência do “infans”. Porém, aqui e ali, o Real se denota, quebrando as estruturas clássicas e introduzindo as rachaduras individuais na enunciação do sujeito, por intermédio da linguagem do inconsciente.

Assim sendo, ao articular a linguística à psicanálise, postulamos que devemos fazê-lo dentro de um quadro não-simétrico da enunciação. As aproximações entre enunciação e inconsciente devem levar em conta um conceito de estrutura que avalize tanto as regularidades quanto as rupturas que nela se manifestam.

A seguir, prosseguindo nosso percurso sobre a enunciação, estudaremos os principais preceitos de Authier-Revuz sobre a heterogeneidade do sujeito no discurso.

4.3 A HETEROGENEIDADE CONSTITUTIVA

Os estudos linguísticos foram, até meados do século XX, baseados pela problemática colocada na oposição língua/fala, que impôs a linguística da língua. Por volta dos anos 1960 se percebeu, no entanto, que uma linguística imanente não dava conta de estudar a subjetividade na linguagem. Devido ao reconhecimento dessa dualidade, isto é, o fato de que a língua possui um caráter ao mesmo tempo formal e atravessado por diferentes entradas subjetivas, sejam elas sociais ou históricas, foram surgindo estudos para a elaboração das teorias da enunciação. A conjuntura que se estabeleceu nesse período ficaria conhecida por *virada linguística*.

Nesse sentido, traçando suas letras na busca do papel do sujeito no discurso, aparece Jacqueline Authier-Revuz. É uma linguista francesa, nascida no segundo quartil do século XX e que, atualmente, ministra seminários sobre suas pesquisas no seio dos seguintes domínios, dentre outros: enunciação, metalinguagem, heterogeneidade, discurso relatado, psicanálise e linguagem. É uma pesquisadora de destaque no cenário atual da França. Sua obra apresenta elementos que vão desaguar em uma abordagem do outro no discurso. Produz textos singulares, os quais conferem ao campo da enunciação as marcas de uma heterogeneidade teórica, o que justifica as suas incursões em busca de postulados que se ancoram em perspectivas exteriores à linguística.

Exprimindo-se sobre a obra de Authier-Revuz, vejamos o que diz Orlandi:

Enfim, trabalhando o objeto de sua reflexão e o fato de linguagem que nos faz conhecer, ela consegue um lugar próprio na tradição do pensamento linguístico na França, fazendo avançar o campo da enunciação sem deixar de fora a linguística. Considero seu trabalho um belo exemplo de produção de saber pós-estruturalista [...] (ORLANDI in AUTHIER-REVUZ, 2001, p. 8).

Estamos de acordo com Orlandi, quando expõe as nuances do trabalho da pesquisadora francesa. Partindo de estudos sobre a forma, Authier-Revuz não ignora a questão da estrutura, abrindo espaço para a articulação do conhecimento com o acontecimento. Essa relação da linguagem com sua exterioridade é uma marca da autora francesa no decorrer de sua obra em busca da heterogeneidade do sujeito no discurso.

Sobre a problemática enunciativa, atentemos para o que diz a própria Authier-Revuz:

A “complexidade enunciativa” está na moda: distanciamento, graus de comprometimento, desnivelamentos ou deslocamentos enunciativos, polifonia, desdobramentos ou divisão do sujeito enunciator... tantas são as noções que – em quadros teóricos diferentes – dão conta de formas linguísticas ou textuais que alteram a imagem de uma mensagem monódoca (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 1).

São vários os quadros teóricos aos quais se refere a autora. Dentre esses ressaltamos a linguística da enunciação e a teoria do signo linguístico, por interessarem diretamente à nossa pesquisa. Authier-Revuz afirma que as noções supracitadas se acham verdadeiramente alicerçadas em aspectos exteriores à linguística, pois que relacionam as concepções do sujeito com a linguagem.

Acrescenta que seria inadequado para a linguística não evidenciar sua relação com esse exterior. Explica que, quaisquer que sejam as providências desencadeadas para delimitar um campo como autonomamente linguístico, isso não se suporta em si. De acordo com suas palavras “O exterior inevitavelmente retorna implicitamente ao interior da descrição” (op. cit.).

Esse processo se realiza de forma natural e se reproduz normalmente pelo sujeito falante, no seio da sua atividade languageira. No entanto, Authier-Revuz não deixa de lado as especificidades da linguística como disciplina constituída, a qual possui seu objeto de estudo definido, que é a língua. A pesquisadora se apresenta como uma linguista *neoestruturalista*, uma

vez que procura se alinhar a diversos teóricos do estruturalismo, tais como Saussure e Benveniste¹¹.

Segundo Authier-Revuz (op. cit.), ao se buscar uma definição para a heterogeneidade do sujeito no discurso, pode-se começar a construí-la a partir da noção de heterogeneidades enunciativas. Estas, por sua vez, se apresentam como sendo compostas de dois tipos, os quais são separados e estudados didaticamente pela autora, no sentido de facilitar a compreensão: a heterogeneidade mostrada, que pode ser marcada ou não marcada e a heterogeneidade constitutiva.

Sobre os estudos da autora, em busca da heterogeneidade, observemos:

As referências recorrentes ao trabalho de Jaqueline Authier-Revuz nas pesquisas que discutem a presença do Outro/outro no discurso contribuem para destacar a relevância e a consistência teórica de sua proposta, cujo mérito consiste, dentre outros, em trabalhar com um fato de linguagem que transforma o espaço de compreensão do sujeito, considerado na relação da linguagem com sua exterioridade (KADER, 2012, p. 3).

Concordando com a afirmação de Kader, diremos que, quando trabalha na produção do seu viés, Authier-Revuz, aborda os casos de heterogeneidade mostrada como sendo as “formas linguísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso” (1990, p. 26). Nesse conjunto de elementos que subsidiam a heterogeneidade mostrada, a autora caracteriza essas formas como sendo aquelas que apontam o lugar do outro de uma maneira inequívoca no discurso, relacionando a linguagem com sua exterioridade.

Observemos ainda:

Ela [Authier-Revuz] ainda considera a existência de dois tipos de enunciados: aqueles que mostram a heterogeneidade, com marcas explícitas, e aqueles cujas marcas não são mostradas. Como exemplo de heterogeneidade mostrada e marcada, temos as glosas enunciativas, o discurso relatado (formas sintáticas

¹¹ Émile Benveniste é considerado estruturalista, a partir do momento em que estuda “a língua como sistema orgânico de signos linguísticos” (BENVENISTE, 2005, p. 127). O autor é definido por Flores (2009, p. 243) como um “linguista tímido e distante que, por sua abordagem enunciativa, tornou-se um iniciador no próprio campo estruturalista”. Ocupa um lugar ímpar no contexto histórico em que seus postulados foram produzidos, uma vez que se trata do apogeu do estruturalismo nas ciências humanas.

do discurso direto e do discurso indireto), as aspas. Como exemplo de heterogeneidade mostrada, mas não marcada, temos a ironia, o discurso indireto livre, etc, que contam com o “outro dizer”, sem explicitá-lo, para produzir sentidos. (KADER, 2012, p. 2).

Caminhando para esclarecer o pensamento da linguista francesa, verifica-se que Kader (2012), ao se referir à heterogeneidade marcada divide-a, de uma forma didática em dois tipos. As que Authier-Revuz define como mostradas e as que a autora considera como não mostradas. São enunciados simples, que revelam a presença do outro no discurso. Assim, ao mergulhar na sua teoria, a pesquisadora busca atingir uma função autônoma e original, reunindo conceitos que provêm de um campo exterior à linguística. Essas definições, por sua vez, são compiladas para explorar as formas explícitas da heterogeneidade da palavra no discurso do sujeito.

Por seu turno, ao explorar a heterogeneidade constituída, a própria Authier-Revuz postula:

[...] passando pelo *continuum* das formas recuperáveis da presença do outro no discurso, chega-se, inevitavelmente, à presença do outro – às palavras dos outros, às outras palavras – em toda parte sempre presentes no discurso, não dependente de uma abordagem linguística (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 21).

A pesquisadora destaca que precisa de uma ancoragem no *exterior* do linguístico, a fim de postular sua teoria sobre a heterogeneidade constitutiva. A linguista francesa suporta sua fundamentação, buscando resgatar as formas mais explícitas, mais intencionais e mais delimitadas da presença do outro/Outro no discurso, em duas abordagens não linguísticas. São elas o dialogismo proposto pelo Círculo de Bahtin e a teoria do sujeito estruturalmente clivado de autoria de Jacques Lacan, das quais nos ocuparemos em seguida.

Ao percorrermos a obra de Mikhail Bakhtin, não é de se estranhar que, por meio de um horizonte não propriamente linguístico, mas, sobretudo, semiótico e literário venha-se a compreender sua reflexão sobre o “dialogismo”. Seus postulados atravessam domínios que dizem respeito, entre outros, à análise do discurso, à sociolinguística, à pragmática e às teorias da enunciação, essas últimas que têm a ver diretamente com nosso trabalho.

Nesse sentido, Authier-Revuz (2004) nos apresenta conceitos como os de *dialogismo*, *plurilinguismo*, *fronteira interior*, *polifonia*, *pontos de vista* e *interação verbal*, dentre outros. Algumas dessas definições já foram exploradas nesse estudo e as outras o serão nessa seção.

Postula, então, a autora que, a partir do viés proposto pelo Círculo de Bakhtin podem ser elaboradas análises históricas de uma teoria de produção do discurso e do sentido, as quais a autora se propõe a utilizar na produção de suas pesquisas.

Ao evocar os estudos do Círculo, Authier-Revuz afirma que o legado do mesmo se constitui em uma quebra de paradigmas sobre o que se escrevia e se acreditava até então, no início do século passado. Postula que Bakhtin se utiliza de diversas oposições para constituir sua teoria. Dentre essas, a autora (2004) cita que o autor russo prefere o diálogo em vez do monólogo, o conflitual no lugar do imóvel e o relativo ao invés do absoluto, somente para apresentar algumas de suas colocações, as quais vão compor seus postulados.

A própria autora nos lembra que:

O que se diz de maneira insistente através dessa rede de oposições é o lugar dado ao outro na perspectiva dialógica, mas um outro que não é nem o duplo de um frente a frente, nem mesmo o “diferente” mas *um outro que atravessa constitutivamente o um* (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 25).

Assim, pode-se observar que a multiplicidade dos pontos de vista se propaga facilmente nos textos do Círculo. É esse, portanto, como quer a autora, o seu princípio teórico fundador, ou mesmo deveria ser dado como tal, já que se constitui fundamentalmente na subjetividade. Por meio das diferentes oposições, Bakhtin quer mostrar que o dialogismo vem para privilegiar o múltiplo em detrimento do único.

Reforça a autora (op. cit.) que o sentido de um texto não se apresenta de maneira alguma e jamais, de nenhuma forma, pronto, terminado, finito. Esse sentido se produz nas inúmeras situações dialógicas experimentadas pelos interlocutores. Essas, por sua vez, vão se constituir nas múltiplas ocasiões podem-se dizer ilimitadas, pelas quais as mesmas podem vir a se materializar nas diversas interpretações possíveis de um texto, seja ele escrito ou oral. Surge assim, como quer a pesquisadora, a chamada “leitura plural”.

Authier-Revuz (op. cit) teoriza que o princípio fundamental da relação com o outro é o da *fronteira interior*. Explica que esse princípio representa inicialmente a *lei do discurso*, traduzindo-a pelas leis da palavra, do enunciado, do sentido. A autora apresenta as formas e gêneros literários que o Círculo de Bakhtin explora, tais como o romance polifônico e as diferentes modalidades do discurso secundário. Quer assim chamar atenção para o fato de que a

semiótica discursiva e a semiótica literária encontram-se estritamente ligadas e por sua vez imbricadas ao meio histórico.

Caminhando nos conceitos bakhtinianos, vejamos:

O termo pluri ou multilinguismo não deve enganar: o tema das variedades de língua da “*estratificação*” é certamente, para Bakhtin, a ocasião repetida – marcada por um prazer certo de escritura – de um *recenseamento* dos “gêneros” e “espécies” (op. cit, p. 29).

A linguista explica que esse recenseamento não visa a dividir a língua, a exemplo de como a sociedade seria divisível em gêneros, camadas e espécies, mas sim, intenciona reafirmar o postulado conhecido de que a língua é una. “A língua é uma” (BAKHTIN, 2014), tal como o autor russo o postula. Porém, continua Authier-Revuz, o funcionamento dialógico do discurso constitui-se numa prática ideológica. Ou seja, a monolização impõe o pensamento das camadas dominantes, enquanto que o dialogismo reproduz, no campo linguístico, uma peleja instável e conflitante, a qual reflete as relações sociais. O plurilinguismo bakhtiniano aporta, como quer a autora, os “falares sociais”.

Ainda sobre o diálogo, observemos:

É necessário salientar que não são as formas daquilo que Bakhtin chama de “diálogo externo” (perguntas/respostas, conversações, réplicas de teatro, diálogos de romance...) que retêm sua atenção, mas a maneira pela qual o fato da interlocução intervém na *dialogização interior* do discurso em geral e da prosa romanesca em particular (op. cit, p. 41).

Isso quer dizer que o interlocutor não é “alvo” externo de uma mensagem, mas sim que é por meio da sua compreensão que o mesmo se incorpora ao processo de interação. Como postula a autora: “O outro é, para o locutor, de qualquer modo, apreendido como discurso” (op. cit. p. 42). Quer dizer que o outro compreende o discurso não como uma recepção passiva, porém como um fenômeno ativo, particularmente dialógico, por meio de uma “resposta”, nas palavras da autora como se fosse um “contra-discurso”. Ou seja, o interlocutor assimila o discurso do outro através do seu próprio discurso.

“É um duplo dialogismo”, afirma Authier-Revuz (op. cit. p. 43), explicando que esse fato não é devido a uma adição, mas sim a uma interdependência do que é posto na palavra. Assim, a indicação dialógica de todo discurso em direção a outros discursos é um processo dialogicamente

orientado. A autora acrescenta que esse outro discurso, que é específico do interlocutor, constitui-se na condição de entendimento do primeiro discurso.

A autora afirma que o outro do dialogismo bakhtiniano não pode ser definido como um *objeto* exterior do discurso como, por exemplo, ao se falar do discurso do outro, nem o *duplo*, o qual seria não menos externo que o próprio locutor. Authier-Revuz explica que o outro é a condição do discurso. Ele se compõe de uma *fronteira interior*, que fortalece no discurso a relação constitutiva com o outro. A linguista francesa reafirma que esse ponto de vista do Círculo, defendido com nítida coerência por meio das questões translinguísticas, literárias e epistemológicas a leva a pensar na atualidade da proposta teórica de Bakhtin. A contemporaneidade da sua obra reside também, segundo a autora, na coerência com a qual o russo consegue aproximar campos que à primeira vista poderiam parecer muito separados.

Assim, o estudo da interação, frequentemente ligado aos aspectos exteriores, inscreve-se na corrente pragmática e se liga aos diálogos “externos”, privilegiando as estratégias interacionais. A autora afirma ser imprescindível colocar a interlocução como fator constitutivo do discurso. Dessa forma, Authier-Revuz (op. cit.) se contenta em justapor a psicanálise e o dialogismo, na formulação da sua teoria do sujeito.

Cita um pensamento de Bakhtin, que diz que “O estilo é o homem, mas podemos dizer, ao menos, dois homens”. Em seguida recorre a uma reflexão de Lacan, quando põe que “O estilo é o homem... a quem nos dirigimos”. Explica, portanto, que o outro de Bakhtin, o qual possui o sentido edificado, por mais estranho que seja, traz no seu discurso “palavras carregadas de história”, como quer a autora. E complementa que, já o Outro de Lacan, sobre o qual passaremos a discorrer em seguida, aquele do inconsciente, o do sentido inesperado, “desconstruído” abre outra heterogeneidade no discurso.

O ponto de vista da psicanálise mostra, de acordo com sua própria prática e consonante com sua problemática particular que, sob nossas palavras, se escondem sempre “outras palavras”. É um campo não-linguístico, mas carrega uma lei que diz que por trás da linearidade da palavra, ou seja, atrás da emissão de uma única voz, é preciso entender uma polifonia. São emissões de uma espécie de partitura languageira, na qual se alinham diversas pautas que compõem o fio do discurso.

Nesse sentido, Authier-Revuz (2004) postula que o discurso é constitutivamente atravessado pelo “discurso do Outro”, suportando seus estudos também na psicanálise lacaniana.

Inevitavelmente, se compreendermos que, “O sujeito não é um ponto, uma entidade homogênea, mas o resultado de uma estrutura complexa” (CLÉMENT, 1976, apud AUTHIER-REVUZ, op. cit. p. 65). Veremos que, a partir do momento em que a autora concebe a teoria da heterogeneidade da palavra, ela articula esse pensamento àquele do *descentramento* do sujeito.

Sua teoria afirma que:

Para um sujeito dividido, “clivado” (e não “desdobrado”), não há centro, de onde emanariam, particularmente, o sentido e a fala, fora da ilusão do fantasma; mas manter esta ilusão de um centro é função necessária e normal do eu para o sujeito (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 69).

Ao se debruçar sobre o sujeito clivado, a autora ressalta que essa ilusão é uma condição necessária para que ele se manifeste, uma vez que o mesmo é um “efeito da linguagem”, segundo suas palavras. Como esse *eu* desdobrado não existe fora da ilusão, conforme assinala Authier-Revuz (op. cit.), é preciso recorrer a uma posição de exterioridade em relação à linguagem, lugar esse de onde o sujeito falante pode tomar uma relativa distância ao se posicionar no discurso.

Então, sendo o sujeito clivado um “efeito de linguagem”, segundo a autora, não há centro de onde derivam o sentido e a fala desse *eu*. É o que Authier-Revuz chama de teoria do descentramento do sujeito. Porém, paradoxalmente, para esse sujeito dividido é necessário manter a ilusão de que existe um centro emanador do sentido, a fim de que o eu se coloque no discurso por meio da sua fala.

Sobre o discurso do Outro, observemos:

O Outro é o lugar estranho, de onde emana todo discurso: lugar da família, da lei, do pai, na teoria freudiana, elo da história e das posições sociais, lugar a que é remetida toda subjetividade; dizer que o inconsciente é o discurso do Outro é reafirmar, de maneira determinista, que um discurso livre não existe e é dar-lhe a lei (CLÉMENT, 1976, apud AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 64).

Complementando seu pensamento, Clément nos afirma que o sujeito é “essencialmente representação”, uma vez que não existe enunciação livre. Esse lugar estranho nos leva a deduzir, segundo Clément, que o sujeito não é nada senão a “ordem da linguagem na qual ele foi aculturado” (op. cit.). Lembra que ele está preso numa rede de significantes para que possa se constituir através da mesma. Assim sendo, o sujeito não é princípio em si mesmo, porém um

efeito da linguagem. E conclui afirmando que a causa do sujeito é o significante, sem o qual não seria possível se constituir nenhum sujeito.

Ao inserir o inconsciente na sua teoria, Authier-Revuz (2004) afirma que o homem não é o resultado de uma divisão em dois lados: consciente e inconsciente. Postula que, ao se reconhecer o inconsciente, se estará concebendo um sujeito clivado, cindido, fendido, mas não dividido porque não há uma divisão geográfica nesses termos entre consciência e inconsciência. Reafirma que não se pode de modo algum instalar-se numa dualidade do sujeito e sim, segundo Roudinesco (1997) citado pela autora, o processo de instauração do sujeito clivado se faz através de um “*caminho sem avesso nem direito*”. Dessa forma, o sujeito se enuncia sem saber nem perceber o que ele enuncia, podendo, muito bem, numa ou em poucas palavras dizer muito desse saber.

Authier-Revuz (2004) postula que essa divisão não se traduz pela instalação de uma “topografia” de um sujeito compartimentado nos termos da palavra. Isso não significa também que o sujeito se coloque pronto a reconhecer a existência de um inconsciente, o que o daria a condição de se estabelecer no nível do consciente, como uma entidade autônoma, salvo de ocorrências acidentais e, conseqüentemente sem ingerências em relação ao outro. A autora cita o exemplo de Lacan, que se comprazia com uma simples fita de Moebius¹², a qual não possui nem avesso nem direito para explicar como ela concebe a relação do consciente com o inconsciente no sujeito clivado.

No sentido de explicar a clivagem do sujeito, a própria autora afirma:

Também não é do meu interesse considerar a divisão como um acidente desagradável que um trabalho apropriado poderia apagar, *restaurando a unidade da pessoa*, como um depósito que pode ser esvaziado para ser incorporado plenamente às peças de uma casa (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 66).

¹² A fita moebiana apresenta-se como uma superfície unilátera, a qual não permite distinguir-se o dentro e o fora, mostrando-se, portanto, sem projeção. “Misteriosa figura, que mostra (mostra, não: *realiza*) o eu como não mais que o trajeto que desliza pela banda, movimento que passa dentro e fora, subvertendo sua distinção [...]. Ela inscreve o objeto causa do desejo do sujeito e, no entanto tem como ponto de fixação o sujeito no lugar de objeto (do Outro). Na fantasia, diríamos, o sujeito não é mais senhor de seu próprio objeto”. (RIVERA, 2008, P. 2).

Portanto, pode-se verificar que, de acordo com a linguista francesa, o sujeito do inconsciente, representado pelo significante, não se apresenta dividido como se podem dividir as metades de uma fruta. Ele se manifesta barrado pelo desejo, como afirmado por Freud e teorizado por Lacan, segundo postula Authier-Revuz (op. cit.).

Assim, a autora explica essa fenda no sujeito, citando Lacan (1953) que, por sua vez, afirma que o inconsciente é uma parte do discurso concreto, mas transindividual. Authier-Revuz acrescenta que esse inconsciente não permanece todo tempo à disposição do sujeito para reparar o fio da sua enunciação consciente, mas que algumas vezes é marcado por um vazio. Postula, ainda, que em diversas ocasiões o inconsciente faz parte de outra cena, como são os exemplos *dos lapsos, dos ditos espirituosos e dos sonhos*, os quais não são senão, segundo a autora, os contratempos surpreendentes de uma presença constante desse inconsciente, que se faz assinalar no discurso.

Essa presença do inconsciente revela um *avesso do discurso*:

O avesso é a pontuação do inconsciente; ela (essa articulação entre os discursos) não é um outro discurso, mas o discurso do Outro: isto é, o mesmo, mas tomado ao avesso, em seu avesso (CLÉMENT, 1973, apud AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 54).

É nessa articulação entre um discurso e seu avesso, por meio da identificação de suas marcas na cadeia falada, que a análise linguística pode tentar fazer aparecer para o sujeito o que é dito. Isso acontece mesmo que o sujeito não se aperceba do mecanismo e se dá por meio de seus desejos mais recônditos, os quais são revelados pela sua fala, entre os ditos e os não-ditos.

O inconsciente, segundo Lacan (1966, apud AUTHIER-REVUZ, 2004) é uma cadeia de significantes que em algum recinto, ou em alguma outra cena, como quer o psicanalista francês, vem a se repetir e continua, a todo o momento, insistindo em interferir nos cortes que lhe são oferecidos no fio do discurso. Lacan acrescenta que o inconsciente reflete o que ele informa, fala, e, sem dúvida, onde menos se espera ele se coloca, aparecendo nas inúmeras ocasiões da enunciação do sujeito.

Em suma, quando a autora localiza os traços do discurso inconsciente, é possível se concluir que *todo discurso é polifônico*, cabendo ao analista ouvir as diferentes vozes desse discurso. Assim, procurando entender a busca pela atividade do inconsciente, observe-se que

Lacan (op, cit.) afirma que “A questão aí é ouvir a que *parte* desse discurso é confiado o termo significativo [...]”. Ele nos explica que o sujeito pode muito bem substituir o relato de uma história cotidiana por um apólogo, o qual a um bom entendedor dirige suas meias-palavras ou, da mesma forma um pequeno lapso pode ser substituído por uma enunciação bastante complexa. Ao utilizar esse pensamento de Lacan, a autora quer ressaltar que, durante o desenvolvimento de um discurso, mesmo em uma única enunciação é imprescindível que escutemos, ao mesmo tempo, os diversos discursos que são ditos.

Reunindo material para sua teoria, Authier-Revuz (2004) postula que todo discurso se mostra constitutivamente atravessado por “outros discursos”, como assim pelo “discurso do Outro”. Dessa forma, deseja dizer o outro/Outro para circunscrevê-lo e afirmar o Um como o faz na sua procura pela heterogeneidade mostrada, sobre a qual passaremos a trabalhar em seguida.

4.4 A HETEROGENEIDADE MOSTRADA

Estudos demonstram a pretensão do sujeito em se constituir como fonte dos sentidos, quando da sua comunicação por meio da língua. No entanto, seja de maneira espontânea ou mesmo de uma forma teoricamente conduzida, fica difícil defender que o sujeito seria uma espécie de fonte da qual emanam todos os sentidos. Tanto assim que diversas abordagens teóricas têm demonstrado que toda fala tem sua origem fora da vontade do sujeito. Ou seja, percebe-se que o sujeito, no quadro da enunciação “é mais falado do que fala” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 2). Esse “de fora” não se constitui naquilo que o sujeito encontraria nas formas que determinam a sua existência, mas significa que o sentido se completa no discurso. Portanto, de acordo com Authier-Revuz, os discursos se atravessam a todo o momento, possibilitando que o sujeito possa interagir com seus interlocutores por meio do que a autora define como sendo a heterogeneidade mostrada da palavra.

A pesquisadora clareia sua noção de heterogeneidade mostrada, afirmando que é um “[...] conjunto de formas marcadas que mostram o lugar do outro de forma unívoca (discurso direto, aspas, itálicos e incisos de glosas) no discurso [...]” (op. cit, p. 36). Salienta que essas formas trazem o outro para o bojo do discurso e se referem ao estatuto das noções enunciativas, particularmente no que diz respeito à sequência da fala do sujeito e à dimensão de distância do

eu em relação ao *outro*.

Segundo a linguista francesa, uma das formas mais complexas da heterogeneidade mostrada aparece no decurso da chamada conotação autonímica, na qual “[...] o locutor faz uso de palavras inscritas no fio de seu discurso, sem a ruptura própria à autonímia e, ao mesmo tempo, ele as mostra” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 13). Quer explicar a autora que, na medida em que o locutor integra um quadro enunciativo, utilizando-se das suas palavras, a sua posição é desdobrada em outra figura, que seria aquela do observador das referidas palavras que foram empregadas. Ou seja, essa enunciação é designada como marcada por meio de alguns mecanismos tais como as glosas, as aspas, o itálico, uma entonação ou mesmo um comentário, recebendo, no que tange ao restante do discurso, de acordo com a autora, um *estatuto outro*.

Este estatuto outro será objeto da nossa análise, conforme veremos na quinta seção deste trabalho. Ora, as formas da heterogeneidade mostrada, particularmente as que derivam para a heterogeneidade marcada, segundo Authier-Revuz (op. cit.), fazem aparecer o sujeito no discurso. Assim, apresentaremos, na sequência, três tipos dessas formas de heterogeneidade marcada, sob os quais se dedica a autora, quais sejam: as glosas enunciativas, as palavras sob as palavras e as aspas.

No processo enunciativo, quando se fala em glosa, é possível inferir que as expressões desse tipo se apresentam como paráfrases formuladas para especificar o que foi dito. Essas fórmulas de comentário, devido às suas características explícitas, mostram-se acessíveis ao processo de análise linguística. São expressões denominadas de *glosa*, *retoque* ou *ajustamento*, através das quais podem ser combinados alguns elementos no discurso do sujeito.

Sobre as glosas, vejamos:

Com efeito, elas se inserem no fio do discurso como marcas de uma atividade de *controle-regulagem* do *processo de comunicação* e especificam, sob a forma negativa do sinal de falta ou da operação de ajuste, as diferentes condições requeridas aos olhos do locutor e que, por isso, são dadas implicitamente como “óbvias” no resto do discurso (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 17).

Assim, seja no processo de escuta, seja no de leitura, que, segundo a autora, têm lugar, ao mesmo tempo, na fala ou na escuta, esses modelos se vêm refletidos em progressão linear no discurso. Eles constituem, aos olhos de Authier-Revuz, em uma espécie de *metadiscurso igênuo*,

que traduz o já mencionado estatuto outro. São mecanismos simples de comunicação, parâmetros normais ou até alguns pontos de vista que muitas vezes chegam relacionados, imbricados propriamente, uns aos outros. Essas expressões designam aquilo que a autora determina como sendo os chamados pontos de heterogeneidade.

Diremos que glosas metaenunciativas, segundo Authier-Revuz são “formas de retomada utilizada pelo locutor para comentar seu próprio dizer” (FLORES, 2009, p.133). Assim, esse termo é empregado para configurar os autocomentários reflexivos empregados na enunciação. Flores (Op. cit.) nos apresenta alguns exemplos que servem para elucidar determinadas situações que representam as glosas. São eles: (1) “Ela me convidou... *convidou modo de dizer...* melhor, me intimou a ir à conferência”; (2) “Espetacular, *o termo talvez seja um pouco exagerado...*”; (3) “É uma gentinha, *como diria seu pai*”. Todas essas expressões de retoque apresentam uma recuperação do dizer do outro. Em cada glosa enunciativa apresentada, pode-se verificar que a posição do sujeito é desdobrada em outra figura, que se constitui naquela de um observador das suas próprias palavras. Ou seja, na medida em que o locutor percebe suas interlocuções, ele retoma o já dito e comenta o seu próprio dizer.

No Dicionário da Linguística da Enunciação (FLORES, 2009), verifica-se que as glosas enunciativas apresentam três propriedades, sobre as quais passaremos a discorrer. Primeira: são identificáveis no fio discursivo porque possuem características sintático-semânticas passíveis de serem descritas. Segunda: constituem-se de expressões estritamente reflexivas, uma vez que num ato único enunciativo praticamente dobram o dizer do sujeito por meio de um comentário sobreposto ao mesmo tempo, de maneira simultânea. Terceira: são opacificantes, se pensarmos que o elemento ao qual o comentário se refere não oferece a transparência que normalmente o identifica no seu uso corriqueiro.

Authier-Revuz (2004) explica que a concretização do discurso em uma língua ou em uma variação dessa língua, seja ela técnica, regional, familiar ou mesmo “standard” adequa-se aos interlocutores e à situação por intermédio de glosas que indicam o outro/estrangeiro. Exemplifica o emprego da glosa com a frase: “Feijões verdes *al dente*, como dizem os italianos”. A expressão glosada retoma o dizer do outro, nesse caso o que diz o estrangeiro, ou seja, um povo de cultura diferente.

A adequação dos interlocutores à palavra pode referir-se à coisa e à situação, como quer a autora e se manifesta de diversas maneiras: em figuras de dúvida ou de reserva, como por

exemplo, (4) “[...] o campo recoberto por aquilo que, *própria ou impropriamente*, chamamos de ciências humanas”; em expressões de retoque ou de retificação, como nos exemplifica a autora em (5) “A triglossia corsa, *se é que podemos exprimirmo-nos dessa maneira...*”; e em figuras de tentativa de concordância com o interlocutor, como na frase (6) “Salientamos essa noite um acontecimento, um feliz acontecimento, *se você me permite essa fórmula...*”. Mais uma vez vemos nas glosas enunciativas dos exemplos citados o estatuto do outro, carregando expressões que visam recuperar o pensamento do já-dito por intermédio da alteridade.

Quanto ao pertencer das palavras e das sequências de palavras ao discurso em execução, a autora (op. cit.) cita a alusão, o estereótipo e a reminiscência como formas de representar o outro no discurso já dito. Apresenta, em sequência, os seguintes exemplos, os quais definem, respectivamente, os tipos supracitados: (7) “O poeta é – *conforme Daudrillard, de quem retiramos a acidez* – um acelerador de partículas...” para designar a alusão a outro discurso, uma vez que é citada outra fonte. (8) “Esses *fragmentos de eternidade*, para retomar a expressão dos hindus...” exprimindo o estereótipo, no que se refere ao povo indiano, o qual é lembrado como ligado às coisas do além. E (9) “Parece-me que três pontos sustentam, para ela, *esse prazer dito preliminar...*”, ao representar uma expressão de discurso já dito anteriormente, recuperando uma reminiscência que deve ter sido aludida anteriormente no texto.

Vejamos, na sequência, o que Authier-Revuz postula, no tocante ao outro tipo de heterogeneidade marcada, que são as “palavras sob as palavras”.

A pesquisadora francesa distingue, também, outro tipo de heterogeneidade marcada. O tipo mostrado de heterogeneidade que a pesquisadora chama de “o *das outras palavras, sob as palavras, nas palavras*” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 18). É o que ela postula como sendo algumas formas explícitas pelas quais a presença do outro significante pode vir a ser *marcada em uma sequência*. Esse interlocutor não pode desprezá-la, até porque essa cadeia de palavras se apresenta muitas vezes como uma espécie de instrução para descobrir esse outro.

A linguista (op. cit.) expõe essas formas por meio de alguns tipos, como a seguir. Primeiro, a remissão exposta de uma sequência a uma “forma-gênero”, a qual se concretiza em uma espécie de repertório, possibilitando ao leitor codificar uma dupla leitura. Apresenta os acrósticos e os trocadilhos, dentre outros gêneros textuais, como pertencentes a esse tipo e que permitem uma segunda leitura do que foi dito, por intermédio do que chama de *lapso convenientemente escolhido*. Esse lapso, por conseguinte, proporciona ao leitor a interpretação

de palavras não ditas sob as palavras que foram ditas no texto. Como exemplo, Authier-Revuz cita o trocadilho “Como ele não tinha peito, não usava sutiã” (op. cit, p. 18). Quer a autora enfatizar as palavras que não foram ditas nessa frase, afirmando que, nesse caso, *ter peito* equivale a *ter coragem*.

Um segundo tipo de *palavras sob as palavras* que a pesquisadora francesa nos apresenta é o da construção de uma cadeia à qual não se pode atribuir um sentido pleno enquanto o interlocutor não resolva estender *dois sentidos*. E explica sua assertiva com a frase “Mes deux L ne battaient que d’une”¹³ (op. cit, p. 18). Com esse exemplo, deseja a autora nos levar ao trocadilho que reflete a igualdade sonora em língua francesa dos “dois L” com as “duas ailes (duas asas)” e assim revelar que existem palavras escondidas por trás das palavras.

Authier-Revuz apresenta a justaposição em cadeia do um e do outro, como nos versos holorímicos, nos quais são escritas uma frase justaposta à outra, onde a segunda expõe um trocadilho sobre as estruturas da primeira. Para caracterizar o que deseja explorar, a pesquisadora apresenta o exemplo clássico: “Gal amant de la reine, alla, tour magnanime / Galamment de l’arène à la tour Magne à Nime”¹⁴ (op. cit, p. 19). Quer a pesquisadora, portanto, confrontar as seguintes sequências: (1) *Gal amant* com *Galamment*; (2) depois *de la reine* com *de l’arène*; e finalmente (3) *alla, tour magnanime* com *à la tour Magne à Nime*. Por meio dessas confrontações, é possível se comprovar a presença de umas palavras sob outras palavras vistas no seio do texto do poema. Isso no leva a perceber aproximações sonoras, as quais são responsáveis pelos trocadilhos dos versos do poema.

A autora observa ainda a existência dessas formas marcadas, mesmo se esse implícito se impõe com a força da evidência:

[...] entra-se novamente no caminho que, sem demarcações definidas, conduz para onde toda sequência pode ser considerada como potencialmente habitada por todos os jogos possíveis de serem feitos com outros significantes, para onde se desdobram as “leituras paradigmáticas”, onde se ancorava a ansiedade de Saussure quanto “à realidade” de seus anagramas (op. cit, p. 21).

¹³ “Meus dois L batem como se fossem um” (Tradução nossa).

¹⁴ “Gal, amante da rainha, foi, gesto magnífico / Garbosamente da arena até a torre Magna, situada em Nime” (Tradução nossa).

O trabalho de Saussure se apoia sobre os versos saturninos, a forma mais antiga da poesia latina. Esses versos são caracterizados por sua dimensão enigmática e talvez essa característica tenha se constituído em um chamariz para o mestre genebrino. Queria o autor postular que os poetas gregos e latinos construía seus versos partindo de uma palavra-tema cujos fonemas seriam utilizados de acordo com determinadas regras.

Sobre os anagramas de Saussure, observemos:

Supõe [Saussure] que todo verso saturnino contem em si um nome escondido sob a forma de anagrama e empreende a decifragem e a análise sinfônica desse tipo de verso a fim de encontrar o nome secreto contido no texto latino, produto de um saber escondido (HULAC, 2013, p. 363).

Hulac postula que o trabalho de Saussure consiste em um procedimento anagmático que é trabalhado a partir de uma sucessão “comprimida e delimitável de palavras”, para usar sua definição. Essa sequência ajuda a adivinhar a palavra-tema, a qual se constitui muitas vezes em um nome próprio. Saussure descobriu, segundo Starobinski (1974, p. 43) “[...] na poesia mais recente nomes próprios humanos, epítetos, nomes de lugares e mesmo nomes comuns – todos caracterizados pela mesma função seminal”. O trabalho do genebrino consistiu em traçar uma relação de identidade entre a sequência de fonemas do anagrama e alguns fonemas dispersos no verso integral. Trata-se, portanto, como define Authier-Revuz (2004), ao empregar a expressão *leituras paradigmáticas*, de uma duplicação, de uma repetição, em suma, de uma aparição do mesmo sob a figura do outro.

Na sequência, nos deteremos com mais vagar na apresentação das aspas, segundo a teoria de Authier-Revuz. As aspas se constituem em marcas de uma manobra metalinguística de distanciamento, no seio do discurso. A palavra que é aspeada no fio do enunciado se estabelece para o receptor como objeto, o qual terá que dotá-la de responsabilidade, a fim de preencher o sentido que lhe é dado. Ou seja, ao utilizar-se das aspas, o locutor faz uso das palavras aspeadas a fim de desvelar a sua posição no seio do discurso.

Na ortografia francesa ancestral, segundo Authier-Revuz (2004), as aspas não marcavam uma citação. Constituía-se como parte de um grupo de sinais de resposta, ou mesmo de correção, tais como asteriscos, pequenos triângulos, cruces diversas, etc. Esses sinais trabalhavam para criticar o texto ao qual se referiam. Eram muito usados nas obras bíblicas para assinalar a glosa, o comentário, a referência na margem ou nas notas de rodapé de página. Nos

seus estudos (op. cit), a pesquisadora nos explica que as aspas são sinais de distância que o locutor pode utilizar nos textos escritos, assinalando-os nas palavras que produz e que podem se apresentar de dois tipos distintos: *autonímia* e *conotação autonímica*, estas últimas nos interessam de perto, pois que se constituirão no foco principal da categoria de análise (b) da nossa metodologia.

Para explicar a primeira função das aspas, ou seja, as de *autonímia* a autora apresenta um exemplo, Authier-Revuz deixa claro o estatuto autonímico do elemento indicado entre aspas. No enunciado (1) Ele disse “I don’t mind”¹⁵... Essa construção se caracteriza por dois aspectos: é marcada pela presença do verbo dizer, o qual se presta para antecipar um relato e denota a ruptura particular do discurso relatado, uma vez que o locutor simplesmente faz a citação da fala do outro de forma direta.

Em seguida, visando expor o segundo tipo, ou seja, as aspas de *conotação autonímica*, Authier-Revuz insere os enunciados (2) A palavra “caridade” tem quatro sílabas e (3) A palavra “caridade” realiza boas obras. Através desses exemplos, a pesquisadora postula que, por meio do chamado apresentador metalinguístico, que é a expressão “A palavra”, o locutor faz *apelo* e não *utilização* dos termos aspeados. Ou seja, o que está associado ao significante é o signo completo, composto de significante e significado.

Cumprido destacar que os termos *autonímia* e *conotação autonímica* foram cunhados pela linguista francesa Josette Rey-Debove. Lembramos que é dela a famosa citação: “Tome um signo, fale dele e você terá uma *autonímia*” (REY-DEBOVE, 1978, p. 144). Assim, Authier-Revuz se utiliza desses conceitos para construir sua teoria. Então, segundo a autora, o elemento autonímico vai se constituir em uma espécie de expressão inusitada, usando os termos da própria Authier-Revuz (2004), vai se estabelecer como um “corpo estranho” no enunciado em que aparece. É uma espécie de objeto “mostrado” ao receptor e nesse sentido a autora postula que as aspas podem ser consideradas como expressões *mantidas à distância*. Em outras palavras, seria como se o sujeito mantivesse afastado de si esse objeto que se revela.

Acrescenta, sobre esse afastamento, que:

¹⁵ “Eu não ligo” (Tradução nossa).

[...] o distanciamento pontual das aspas requer, de modo global, uma atitude metalinguística de desdobramento do locutor [que] ocorre em uma fala acompanhada, duplicada por um *comentário crítico*, no próprio curso de sua produção (op. cit, 219).

Dessa forma, a pesquisadora francesa nos leva a refletir que esta atitude revela uma aptidão das aspas, já que essas formas metalinguísticas colocam o locutor em uma posição de poder atuar como um juiz, como um dono das palavras enunciadas. Atuando como mentor de suas próprias palavras, o sujeito pode retornar ao já dito, por meio da utilização das aspas.

Aprofundando seu estudo, a autora afirma que as aspas que ela estuda são aquelas palavras assinaladas como estando “deslocadas” ou até mesmo “fora do seu lugar” num enunciado. Afirma que, na cena enunciativa, as aspas de conotação autonímica, mostradas nos exemplos (2) e (3) correspondem a um outro discurso, uma espécie de material estranho. Esse tipo difere das aspas de autonímia, exemplificadas em (1), onde se está simplesmente citando algo ou até mesmo se referindo a alguém ou a alguma coisa de uma forma direta, sem a necessidade de se fazer apelo a aspectos exteriores à linguística.

Explicando melhor a conotação autonímica:

A palavra torna-se objeto do dizer ao mesmo tempo em que é utilizada: fala-se da “coisa” e simultaneamente da palavra pela qual se fala da “coisa”, acumulando-se dois empregos o uso e a menção (TEIXEIRA, 2005, p. 142).

Portanto, a conotação autonímica emprega e cita o signo ao mesmo tempo. Promove, dessa forma, uma ressignificação do objeto do discurso, fazendo com que se fale sobre o signo, no momento simultâneo em que se refere ao mesmo, proporcionando, assim, uma complexa mudança na significação da palavra aspeada.

Quanto às funções das aspas de conotação autonímica, segundo Authier-Revuz (op. cit.), elas podem comprovar duas ideias. Uma primeira, que seria a *suspensão da responsabilidade* do enunciadador. Dessa maneira, o locutor estaria pondo em questão a validade de tal palavra ou expressão contida na expressão aspeada. De outro viés, as aspas podem servir também para afirmar um *discurso deslocado* de seu lugar, já que pertence a um outro discurso. Nessa situação, o enunciadador estaria trazendo o discurso do outro para o seu próprio. A fim de analisar essas funções, a autora (op. cit.) investiga cinco tipos de aspas de conotação autonímica, sobre os quais

passaremos a discorrer. São elas as aspas de: diferenciação, condescendência, proteção, questionamento ofensivo e ênfase.

A respeito do primeiro tipo, ou seja, as aspas de diferenciação, Authier-Revuz (op. cit.) as define como sendo aquelas utilizadas em estrangeirismos, neologismos, palavras técnicas e familiares, com a finalidade de marcar a distância entre as palavras do locutor e as dos outros. Dessa forma, a pesquisadora supõe que essas palavras aspeadas sejam compreendidas pelo receptor, no entanto, as aspas de diferenciação o conduzem, e é dessa maneira que se deve compreender, à margem de um código.

Sobre esse código, percebamos:

As aspas que marcam uma expressão familiar remetem, portanto, a um outro nível de língua; quer seja negligência verdadeira ou falsa, acompanhada de remorso ou de coqueteria, o uso das aspas de familiaridade sempre é asserção, diferentemente do nível não familiar próprio ao discurso em que elas funcionam (op. cit, p. 221).

Quer a pesquisadora nos levar a um nível da língua mais compreensível, que se constitui nesse código, quando explica a função dessas aspas, às quais se refere também como aspas de familiaridade. Apela, então, para uma assertiva que vem impregnada dessa familiaridade, pois que comporta um desleixo, podemos mesmo até dizer uma certa indolência. O uso dessas aspas é sempre de asserção, conforme postula a linguista, diferentemente do nível não familiar, que refuta esses descuidos no emprego da palavra.

A seguir, discorreremos sobre os três exemplos de expressões referenciadas pela autora nas aspas de diferenciação, quais sejam as *palavras estrangeiras*, as *neológicas* e as *técnicas*. Querendo ilustrar a primeira situação, ou seja, passando a explorar as palavras ou expressões estrangeiras que são empregadas na língua materna, Authier-Revuz nos apresenta o enunciado (4) O “sit-in”¹⁶ dos estudantes defronte da embaixada... Por meio desse enunciado, a autora emprega um termo de origem inglesa e que pode ser compreendido, a partir de sua utilização em alguns contextos, particularmente os voltados para as questões atuais, uma vez que o inglês se faz presente no nosso dia a dia.

¹⁶ Verbo frasal que significa *apresentar-se para uma reunião*. (Tradução nossa).

Em seguida, a fim de exemplificar um neologismo, a pesquisadora faz uso do enunciado (5) A “giscardização” acelerada da administração superior... Quer, portanto, por meio do exemplo, afirmar que esse novo termo pode ser compreendido se fizermos referência às características próprias, bem como ao estilo político de governar do ex-presidente francês Valéry Giscard d’Estaing.

Por último, a autora nos apresenta o enunciado (6) Os leitores de La Croix descobriram, graças a um croqui acompanhado de numerosas explicações, o segredo das famosas “termobombas”... Através desse exemplo, Authier-Revuz introduz no contexto um termo técnico, relativo a um trabalho de confecção de aparelhos utilizados na área da energia térmica, bastante peculiar à área referenciada.

Prosseguindo no seu estudo, a linguista explica outra que a função habitual das aspas de diferenciação é a de funcionar como um *instrumento de distinção* do outro. Isso aparece, de acordo com a teoria da autora, como um sinal que permite que um interlocutor possa “se distinguir” em relação ao outro, por intermédio dos marcadores mais comuns que são as palavras aspeadas. Apresenta como exemplo excertos de uma entrevista, na qual as aspas de condescendência são muitas e utilizadas como uma espécie de ostentação. São os enunciados (7) Dá-se dez passos para frente e, depois, deve-se dar quatro para trás para que isso se ajuste bem com a realidade “sociológica” (por favor, coloque de novo aspas...) e (8) Nunca fomos “militantes” (quanto às aspas, é a última vez, prometo)... Nesses exemplos, percebe-se uma manifestação exagerada da imagem do locutor. Segundo Authier-Revuz, pode-se ver aí uma espécie de “narcisismo ofensivo do falante”, querendo se distinguir do outro.

O segundo tipo investigado por Authier-Revuz (op. cit.), constitui-se pelas aspas de condescendência. Elas são empregadas quando o locutor, assumindo uma posição “paternalista”, faz uso de uma palavra que se encaixa no universo do receptor, porém, no sentido de manter a própria imagem, caracteriza com as aspas seu distanciamento com relação a esse universo.

Explorando esse tipo de glosa, a autora nos conduz por dois caminhos opostos entre si mesmos. O primeiro percurso se faz assinalando uma palavra pertinente ao receptor, mas não ao locutor. E exemplifica: “Se não falasse com você, não teria dito essa palavra” (op. cit. p. 223). Complementa que são várias as aspas desse tipo, as quais são chamadas de “pedagógicas”, com as quais o locutor emprega palavras que atribui ao receptor, no sentido de colocar-se ao seu alcance e dessa forma poder levá-lo às “verdadeiras” palavras que teria desejado se referir, se ele

não tivesse empregado as aspas.

O caminho seguinte é inverso e pressupõe que uma palavra é conveniente ao locutor e não a é, segundo ele próprio, ao receptor. Apresenta a frase “Se eu não falasse com você, eu o diria sem aspas” (op. cit. p. 223). São palavras colocadas entre aspas por um dos dois interlocutores, a fim de demonstrar o apreço que um tem pelo outro. Assim, Authier-Revuz conclui que esses tipos de palavras aspeadas comprovam a intrusão de um termo estético que é empregado entre dois falantes, por meio do qual um demonstra consideração pelo outro.

O terceiro tipo trabalhado por Authier-Revuz (op. cit.) refere-se às aspas de proteção. Elas são utilizadas quando o enunciador, por conta da situação, é conduzido a empregar palavras que considera possuidoras de um saber que julga não ter ou ainda que estão relacionadas a uma situação social que pensa não ser a sua. Emprega as aspas, portanto, como forma de se proteger das consequências do seu dito.

Essas formas do dizer se compõem, segundo a autora, de palavras ditas como sendo de certa maneira “aproximativas”, uma vez que procuram restringir a distância para ao interlocutor e, assim, amenizar uma possível resposta do receptor. São glosas que preparam uma eventual réplica do interlocutor, minimizando a ofensiva do outro. Essas aspas frustram, de maneira preventiva, uma eventual contra-argumentação do receptor, haja vista que instituem um espaço para o jogo de palavras que não se orienta para um conflito. A linguista exemplifica com a expressão “[...] é apenas um modo de falar, não discutirei por causa dessa palavra” (op. cit. p. 224). Com esse exemplo, a autora demonstra a tentativa de aproximação, acalmando uma reação mais enérgica do interlocutor.

Essas aspas alinhavam uma possível réplica, desarmando preventivamente o ataque do outro, pois, segundo Authier-Revuz, dissipam os contornos da palavra e sistematizam um espaço de flutuação do discurso. Elas são ditas *aproximativas* ao tempo que propõem, no quadro do jogo de palavras, uma retificação do dizer do outro, o que não motiva nem conduz a situação a uma possível contenda aberta. É importante contextualizar que a maioria das vezes que as aspas de proteção são empregadas elas conduzem a situação a uma defesa do enunciador, numa tentativa de preservação de faces.

O quarto tipo referido pela pesquisadora (op. cit.) são as aspas de questionamento ofensivo. Elas são usadas quando o locutor é levado a se expressar por meio de palavras que entende como impostas pelo exterior, o que torna suas próprias palavras interditas.

Essas aspas são apropriadas para um locutor se defender, apresentando uma reação agressiva em determinadas situações. Essas ocasiões, de acordo com a autora, são aquelas em que o questionamento, seja ele de forma serena ou polêmica, ou mesmo de interrogação ou de zombaria é forçosamente destinado a romper a continuação de certos discursos. Nesse caso, as palavras aspeadas são empregadas como posições que delimitam uma linha de afrontamento.

Ilustrando as situações acima, a autora nos exemplifica essas maneiras de questionamento. Temos no exemplo (9) “Ciências” humanas, “Abusos” policiais, As descobertas “inúteis”..., que se constitui em um título de um livro. Nesse título as aspas são utilizadas para provocar polêmica, pois dão ênfase, questionando de maneira agressiva, como se pode conceber que as *ciências* sejam humanas, que os *policiais* cometam abusos e que as *descobertas* possam se revelar inúteis. Na frase (10) Toda criança que vem ao mundo por “acidente” pode muito bem ser, de fato, inconscientemente desejada..., por meio da qual Authier-Revuz revela a provocação posta, a partir do momento que se reflete se realmente uma criança pode nascer *por acidente*.

Nesse sentido, explica Authier-Revuz (op. cit.) que, a cada oportunidade em que o sujeito é levado a falar com palavras impostas, ou seja, vindas do exterior, ao invés de suas próprias expressões, ele pode se defender por meio de reações ofensivas, numa situação que está sob controle. Portanto, ao escolher “[...] dizer mentalidades no lugar de ideologia pode ser para um locutor, em determinada situação, prudente, até mesmo obrigatório” (op. cit. p. 225). Dessa forma, o interlocutor não corre o risco de desencadear um conflito. Atua, então com prudência, a depender do ambiente em que se encontra, ou ainda, como quer a pesquisadora, simplesmente para se fazer melhor compreender.

Reforçando a teoria sobre as aspas de questionamento ofensivo, a autora nos traz o exemplo (11). Interrogado enfim sobre o que o jornalista da France-Inter chama de a “onda” de contestação no seio do Partido Comunista, com aspas em onda, para agradar-lhe, Charles Fiterman replicou: vou inclusive colocar a palavra “contestação” entre aspas porque a contesto, a recuso... Nesse exemplo, a linguista focaliza a maneira agressiva como o interlocutor respondeu, utilizando-se de um questionamento ofensivo.

Authier-Revuz afirma que nos casos citados nos enunciados (9), (10) e (11) as aspas levam, frequentemente, a contextos que explicitam a oposição do locutor. Seria como a própria pesquisadora postula: “Uma reação ofensiva em uma situação dominada” (AUTHIER-REVUZ, 1982, p.132). Postula, também, que o termo que é designado por uma palavra glosada é, de fato,

uma pseudo-palavra. Afirma que essas aspas realizam um mapeamento de posições entre os interlocutores, determinando uma linha de afrontamento.

O último tipo de aspas indicado por Authier-Revuz (2004) são as aspas de ênfase, as quais são usadas como forma de ressaltar aquilo que verdadeiramente se quer dizer. Trabalham como uma resposta à suspensão de responsabilidade própria a qualquer emprego de aspas. Observe-se que, segundo a autora, esse tipo de aspas pode ser substituído por itálico ou negrito, sobretudo em enunciados dos chamados discursos “científicos”.

A esse respeito, a pesquisadora afirma que as formas de heterogeneidade mostrada têm a tendência de se ausentarem nos conjuntos dos discursos supracitados:

Isso se deve a dois tipos de recusa evocados acima: a um aspecto “constitutivamente monológico”, que escapa aos sujeitos particulares e a língua materna por construção, se une – segundo modalidades variáveis – um aspecto ideológico de representação, que tende a encobrir qualquer manifestação das determinações heterogêneas que pesam, entretanto, sobre “sua lógica interna” (op. cit, p. 76).

A autora quer chamar a atenção para a representação geral contida nos artigos acadêmicos que corresponde a uma “retórica” existente no discurso científico que tende a apagar o *eu* do autor, em detrimento de uma neutralidade que se pensa que deva existir. No entanto, a própria Authier-Revuz postula que isso tem variado muito através dos tempos. E acrescenta que a forma pela qual este caráter monológico constitutivo e representado, que produz a imagem de um discurso absoluto do verdadeiro, traduz-se como uma espécie de ponto de referência e horizonte inacessível na economia desse discurso. Ele funciona, inversamente, segundo a autora, como uma representação bastante mostrada do outro, em um funcionamento ostentadoramente dialógico. Assim, nos dias atuais, já é possível se ver um trabalho acadêmico ser apresentado em primeira pessoa, como veremos na análise dos dados, ao longo do nosso estudo, uma vez que o autor da tese que selecionamos para o nosso *corpus* se utiliza da primeira pessoa do singular para compor o seu trabalho.

Sobre as aspas de ênfase, observemos:

[...] aspas de ênfase, de insistência, que comutam – de modo irregular conforme as gráficas parecem com o itálico, o negrito..., mas não constituem, todavia uma aberração relativamente ao valor de distância desse sinal [...] (op. cit, p. 228).

Portanto, as aspas de ênfase não marcam, absolutamente, uma distância irônica, e sim uma réplica à falta de responsabilidade própria em relação a qualquer construção aspeada, tudo isso por meio de uma nova assertiva. A linguista exemplifica o que quer afirmar através da frase (12) “[...] é bem essa palavra que quero dizer, é exatamente essa palavra que quero dizer”. As aspas de insistência são, portanto, como quer a pesquisadora, construções que trazem um já-dito imediato que é próprio a qualquer colocação de aspas, persistindo nessa ênfase e reforçando o seu próprio redito, por intermédio de uma nova assertiva.

Ainda sobre as aspas de conotação autonímica, reflitamos:

Conceber as aspas como *marca, falta, imperfeição* é criar a fantasia de um discurso “*ideal*”, isento de qualquer colocação de aspas; é representar-se a fala “mantida”, que reconhece palavras como não apropriadas, como tendendo para um horizonte onde todas as palavras perfeitamente adequadas seriam plenamente assumidas pelo locutor (op. cit, p. 229).

Nessa crítica ao discurso ideal, Authier-Revuz postula que, ao aspear, o interlocutor não está se utilizando de uma imperfeição. No entanto, a linguista lembra que, se as aspas podem se estabelecer como uma marca de um discurso imperfeito trata-se, sim, de uma *imperfeição constitutiva*. E complementa que se a palavra aspeada se apresenta na margem de um discurso, não se deve concebê-la como desprezível, porém no sentido de que uma margem *delimita e constitui*, segundo expressões da autora. Até porque, ao aspear, o sujeito não está procurando, de forma alguma exprimir uma Verdade absoluta.

Dessa forma, podemos perceber que as aspas se constroem “na borda” de um discurso, como quer a linguista francesa (op. cit.). Elas assinalam o encontro com um discurso-outro. Constituem-se em uma baliza da zona demarcada, mediante a qual um discurso se constroi, buscando o encontro com essa tal borda, em relação a um exterior. Essa fronteira é, ao mesmo tempo, *reveladora e indispensável*, como postula a autora. Nesse sentido, Authier-Revuz afirma que as aspas se constituem, no fio do discurso, algo como se fosse um eco de seu encontro com o exterior.

Sobre essa zona aspeada, vejamos:

A zona onde operam as aspas que estabelecem esse exterior e esse interior é uma zona de equilíbrio instável, de tensão, de acordo onde entram em questão

a identidade do locutor e sua relação com o mundo exterior (op. cit, p. 230).

Essa zona de equilíbrio impõe, como quer a autora, um balanceamento entre o interior e o exterior do discurso do sujeito, adequando a situação vivida ao momento da enunciação e criando uma ilusão de palavras “suas” (pertencentes a esse sujeito). E acrescenta que se, de alguma forma há uma perda do mundo exterior, as aspas são testemunhas disso por meio dos diversos desregramentos que essas glosas assinalam. Esses desregramentos fazem pender a balança em direção a cada um dos dois lados, que se revelam opostos: ora o de uma fala *recoberta por suas bordas*, ora o de outra fala *sem borda*, para usar as expressões da linguista.

Explorando essas duas situações, Authier-Revuz (op. cit.) postula que uma fala recoberta por suas bordas é uma fala possuída pelas aspas. Ou seja, a enunciação tende a não mais nutrir a ilusão de que existem as palavras apropriadas para cada situação. Isso torna o locutor *despossuído de palavras*, como afirma a linguista francesa.

Continua sua teoria de uma fala recoberta por suas bordas, trazendo dois postulados. O primeiro: “Por aspas é retirar das palavras sua evidência de adequação” (op. cit. p. 231). Expõe que, se, por brincadeira, fossemos tentados a por aspas sobre todas as palavras que se lê, escuta, diz ou escreve, logo seríamos tomados por um desconforto, uma vez que, rapidamente, veríamos as palavras se abalarem e se esconderem. Então, segundo a autora, quando o locutor aspeia uma palavra ele está buscando uma melhor adequação do seu falar, até porque muitas vezes esse enunciador não encontra refúgio em palavras “suas”, sendo levado a empregar expressões exteriores, pertencentes um discurso-outro.

O segundo é que “Por aspas também é entender (e assinalar) – não necessariamente no modo do desacordo – que o que se diz é um redito” (op. cit. p. 231). Segundo os postulados de Authier-Revuz esse redito contribui para a não plenitude do *eu*. Ou seja, as aspas de conotação autonímica atuam como um eco vindo de suas bordas, como um empréstimo externo, fazendo com que o sujeito fique perdido na sua própria fala, a qual é desfeita pelo exterior.

No que tange a uma fala sem borda, Authier-Revuz a relaciona ao *outro absoluto*, aquele que não conhece as aspas. E discorre sobre as duas formas diversas, pelas quais se podem encontrar essa fala sem borda. Primeiro, a autora apresenta a fala “isenta” de quaisquer aspas. Seria uma enunciação que eliminou as aspas, uma expressão que se deseja perfeitamente adequada, que se constroi neutra, como por exemplo, no caso do discurso matemático. Segundo, a linguista discorre sobre uma fala que “renunciou às aspas”, a qual nutre a ilusão de um domínio

total sobre as palavras que enuncia. Dessa forma a questão da adequação não faz mais sentido, uma vez que o sujeito atua com supremacia sobre as palavras. Então, a pesquisadora afirma que nesses dois casos de fala sem borda, não há exterior à palavra.

Após finalizarmos a fundamentação teórica da pesquisa, passemos então à análise dos dados do nosso trabalho.

5 ANÁLISE DE DADOS

A tese de doutorado sobre a qual nos debruçamos possui como tema “O processo de gramatização emergente na linguística brasileira contemporânea”. Nela, Francisco Eduardo Vieira da Silva, elege como objeto de estudo “Os instrumentos gramaticais que resultam dessa nova perspectiva de gramatização”¹⁷.

O autor escreve, no seu trabalho acadêmico, que foi tocado pela ideia de que as gramáticas brasileiras contemporâneas do português (GBCP) vêm provocando cenários de ruptura com a tradição gramatical luso-brasileira e mais ainda com a greco-latina. Afirma que isso pode ser visto na medida em que as mesmas procuram responder às demandas da virada linguística, a qual já deu seu tom há cerca de meio século.

Silva defende que, a partir do evento supracitado, foram se tornando cada vez mais constantes e contundentes as críticas às denominadas contradições e deficiências teórico-metodológicas trazidas pela gramática tradicional. Postula também que, essas gramáticas, que se distinguem como seguidoras de um modelo tradicionalista, atendem a normas e prescrições que estão longe de se constituírem em um ideal de normatização dos brasileiros.

O autor ressalta o contexto epistemológico e afirma ser imperioso o reconhecimento da legitimidade da autonomia do português brasileiro como instância linguística e sociocultural diferente da língua de Portugal. Arremata que foi necessária a elaboração de obras gramaticais mais próximas aos nossos usos linguísticos reais, sem ranços prescritivos, as quais são baseadas em arcabouços teóricos que não estão vinculados ao paradigma tradicional de gramatização.

Nesse viés, ao buscarmos trabalhar com os estudos enunciativo-discursivos, surge sempre a questão do sujeito. Qual seria a caracterização desse sujeito? Ao observarmos a teoria de Authier-Revuz (2004 e 1990) sobre o sujeito e a subjetividade na linguagem, caminha-se para a heterogeneidade do discurso.

¹⁷ Gostaríamos de reiterar que o autor revela maturidade, quando da redação de seu discurso acadêmico. Ao redigir seu texto, Silva o faz com estilo próprio, desvelando oportunidade para que um pesquisador possa explorar diversos aspectos do seu trabalho, tais como o neologismo que cunhou e as várias funções das aspas de conotação autonímica, segundo o viés de Authier-Revuz, que utilizou na sua tese. Isso vem a reforçar a escolha que fizemos, quando, no início do percurso dessa análise de dados, buscamos diversas outras teses, tendo optado por investigar a pesquisa acadêmica em tela, conforme veremos nesta seção.

Authier-Revuz (op. cit.) sustenta que cada discurso é marcado por uma heterogeneidade enunciativa. A autora afirma que essa heterogeneidade deve-se ao fato de que todo discurso é dialógico, atravessado por outros discursos e com os quais ele interage. A pesquisadora postula que cada enunciado, de fato, elabora-se em função de uma reação do destinatário ao já dito.

Assim, com a finalidade de investigarmos a maneira pela qual Silva emprega aspas de conotação autonímica na sua tese e apoiados na teoria de Jacqueline Authier-Revuz, a qual já foi explorada na fundamentação teórica desta pesquisa, dividimos o percurso da análise de dados como adiante. Dentro da classificação proposta pela linguista francesa sobre as funções desempenhadas pelas aspas de conotação autonímica no discurso do sujeito, analisaremos de início, as aspas de diferenciação, nas quais se incluem três categorias: as palavras estrangeiras, os neologismos e os termos técnicos. Após isso, examinaremos diversos enunciados do corpus contendo os seguintes tipos: aspas de proteção, aspas ênfase e aspas pedagógicas, quando finalizaremos com uma investigação sobre as aspas de questionamento ofensivo para concluir a nossa análise de dados.

Iniciando o estudo da tese pelas aspas de diferenciação, verificamos que Silva (p. 21) afirma que as gramáticas brasileiras de inclinação prescritivo-normativa se constituem em exemplares do que nomeia *paradigma tradicional de gramatização*. Dessa forma, o pesquisador complementa que essas gramáticas “não demonstram inovação significativa quanto à forma secular de apresentar (e ensinar) a gramática da língua”. Defende que esse modelo de gramática revela-se anacrônico, sobretudo se considerarmos que, a partir da década de 1960 o país passou a viver o que se costuma chamar de *virada linguística*, expressão que diz respeito à convergência de desenvolvimentos teóricos, visando ao desenvolvimento de uma linguística da razão.

Nesse viés, observamos que o autor, ao trabalhar nos aspectos teórico-metodológicos da tese, faz algumas reflexões sobre a Linguística Aplicada (LA), ressaltando que esta área do conhecimento humano norteia a investigação do seu estudo de doutorado. Divisamos, então, que Silva, ao apresentar o arcabouço teórico da sua tese, postula que realizar a transdisciplinaridade requerida pela LA não é um exercício fácil. Destaca que é preciso de uma série de leituras em áreas diversas da do pesquisador, a fim de engendrar este entrecruzamento requerido pela manobra interdisciplinar requerida. Afirma também que não iniciou o seu projeto de pesquisa

com ideias pré-estabelecidas, possibilitando, então, que as mesmas fossem surgindo ao longo do processo de trabalho.

Nesse sentido, observemos o que escreve Silva no enunciado abaixo:

(1) Destarte, em primeiro lugar, engajado no espírito epistemológico da LA, não estabeleci um “a priori teórico” para esta pesquisa, nem detalhei, antecipadamente à investigação, minhas categorias de análise ou o que seria esmiuçadamente analisado no *corpus*. (p. 46).

Queremos analisar o papel destas aspas de diferenciação, devido à importância das mesmas no discurso acadêmico do pesquisador. Nesse viés, pode-se perceber que um dos significados da expressão, que tem origem no idioma latim e que pode ser percebida em alguns discursos escritos em português, tais como os jurídicos e os científicos, é desempenhar alguma atividade preliminarmente a outra que virá em seguida. *A priori* é uma locução adverbial estrangeira, utilizada para indicar “aquilo que vem antes de”.

Recordamos que as aspas de diferenciação trabalham no discurso caracterizando a diferença entre o posicionamento do sujeito que fala e os dos outros discursos que reverberam em uma outra instância discursiva. O processo metalinguístico se caracteriza por intermédio dessa operação de distanciamento que existe entre a posição do sujeito do discurso, o *eu*, e o *outro*, quer dizer, aquele que participa da cena discursiva. Nesse sentido, ao escolher as expressões que vai utilizar, no jogo do discurso, o sujeito faz um uso duplicado das palavras, ou seja, no momento em que cita a palavra ele faz também uma menção sobre a mesma. Este é o processo que conduz o sujeito ao distanciamento requerido no emprego das aspas e que constitui o cerne da conotação autonímica.

Lembramos que Authier-Revuz (2004) postula que as aspas nos conduzem à margem de um código. No caso, o código é identificado por uma palavra estrangeira, a qual, de acordo com a pesquisadora, espera-se que seja compreendida pelo leitor. O resultado disso é uma manobra metalinguística, a qual obriga o interlocutor a um desdobramento enunciativo em outros “eus”, bem como a se valer de estatutos exteriores à linguística para dar sentido à sua interpretação discursiva.

Ao utilizar a expressão aspeada, o autor chama atenção para o fato de realizar sua pesquisa de um modo diverso do que normalmente se esperaria e aí a importância das referidas

aspas no seio do discurso da tese. Como o autor mesmo detalha “A pesquisa foi concebida do problema para a teoria e metodologia e não vice-versa” (p. 46). Assim, pode-se dizer também, buscando aspectos exteriores à linguística, que as aspas colocadas em *a priori* contribuíram para reforçar o processo de trabalho do autor. Este mecanismo se inspira na LA e comunga do espírito epistemológico que orienta o pesquisador a não se engajar em nenhuma pesquisa científica com ideias pré-concebidas.

Então, Silva conduz o leitor à realização de uma análise no campo científico da LA e, para tanto, recorre a uma expressão aspeada no idioma latim, a fim de contextualizar o que quer dizer. Ao buscar se ancorar na LA, o pesquisador faz opção de seguir o caminho de uma abordagem “transdisciplinar/interdisciplinar”. Ingressamos, dessa maneira no campo do “não-um”, pois o autor da tese ao se vale de aspectos exteriores à linguística para completar o mecanismo de interpretação do discurso. Isso pode ser verificado no trabalho de Silva, seja pelo processo de diferenciação requerido ao aspear, seja pela sinalização de um reforço que as aspas proporcionam no seu discurso acadêmico.

Outro segmento da tese que queremos referenciar e que se encaixa na caracterização das aspas de diferenciação, uma vez que faz referência a uma expressão estrangeira, conforme veremos a seguir, é este:

(2) Para chegar às perguntas de pesquisa que nortearão esta tese, precisarei expor algumas reflexões sobre certos fatos constitutivos da virada linguística na Linguística brasileira [...] Ao longo do trabalho, optei pela utilização do termo “virada linguística”, sobretudo por achar que “virada pragmática” remete direta e excessivamente à Pragmática, apenas uma das disciplinas da virada na Linguística (p. 23).

Diremos que esse tema *virada linguística* é recorrente e deveras importante na tese de Silva, uma vez que, como vimos na análise em relação ao excerto anterior, sua pesquisa se enquadra na LA, a qual ganha em importância a partir dos idos de 1960, com a efervescência dessa transformação no campo da linguística. A expressão aspeada *virada linguística*, de acordo com o viés do próprio Silva, resultou de uma expressão que provem da língua inglesa, nas palavras do autor “[...] termo advindo do correlato inglês *linguistic turn*, surgido no discurso filosófico do Ocidente, mais precisamente nos textos de filósofos como Richard Rorty e Jurgen Habermas (p. 22)”.

O autor amplia a pesquisa sobre esse evento, citando como exemplo que a expressão aparece no título do ensaio *The linguistic turn*, escrito por Rorty, em 1967 e publicado nos Estados Unidos da América. Silva explica que a expressão se caracteriza pela confluência de progressos teóricos em direção a uma linguística da razão, o que seria a *virada linguística*, e à identificação do plano prático-social da realidade humana no mundo, o que diria respeito à *virada pragmática*.

Outra área que se beneficiou desses postulados da *virada linguística* foi a filosofia da linguagem. Nesse sentido, Silva afirma que, já na primeira metade do século passado, Wittgenstein (1979), apesar de não fazer uso do termo supracitado, já apontava para esse aspecto constitutivo da linguagem. Então, explicando até onde a expressão aspeada *virada linguística* nos remete, podemos dizer que, se queremos investigar o significado da linguagem, devemos compreender que o mesmo se revela no fluxo da vida, no uso diário, no contexto em que a linguagem se apresenta. Lembramos que a redação do autor proporciona uma espécie de proteção ao já-dito, de acordo com os postulados de Authier-Revuz (2004), a partir do momento em que o mesmo se vale de uma expressão inspirada em uma língua estrangeira para concretizar seu pensamento.

Silva postula que, no início dos anos 70, tendo em vista a emergência de múltiplas maneiras de viver e de uma flexibilização das diferenças no modo de pensar, a expressão *virada linguística* se espalhou pelas ciências sociais em geral. Arremata que, a partir dessa evolução, a Linguística passa a compreender como linguísticos, alguns aspectos “até então vistos como extralinguísticos”, o que, nessa ocasião, encontrava-se fora do escopo da disciplina. Dizemos, então, que, a partir desse evento, a linguística passa a dialogar mais com outras áreas do conhecimento, no sentido de entender melhor o funcionamento da linguagem, o que vai fortalecer a heterogeneidade do sujeito.

Passemos, em seguida, à análise de um enunciado da tese de Silva que contém aspas de diferenciação que apresenta um neologismo. De acordo com Pilla (2002), os neologismos são formados por mecanismos que provêm de outros sistemas linguísticos, dos quais podemos destacar os seguintes tipos: estrangeirismos, empréstimos, criações arbitrárias de sons, onomatopéias e palavras motivadas, dentre outros. Dizemos que neologismo é um fenômeno linguístico que pode ser descrito como sendo o mecanismo de criação de uma palavra ou expressão nova. Pode ser também definido como um processo de atribuição de um sentido ainda

não experimentado a um vocábulo já existente, o que nos remete, de pronto, a um exterior linguístico.

Como o falante nativo possui domínio dos processos de formação de palavras, uma vez que tem a língua internalizada, ele consegue criar com relativa facilidade um novo termo. Isso pode acontecer por meio de um dos processos existentes na língua, tais como a prefixação, a sufixação, a aglutinação ou a justaposição. Embora não seja o nosso objetivo explicar a formação de um termo neologizado, veremos a seguir como Silva faz uso desse mecanismo, porém com os olhos voltados para o emprego das aspas de diferenciação.

Nesse sentido, queremos nos dirigir ao *corpus* da pesquisa, no qual observamos o seguinte enunciado:

(3) Nesta tese, o ponto de partida da investigação é a ideia de que as Gramáticas Brasileiras Contemporâneas do Português (GBCP) promovem movimentos de ruptura [...] presos a regras de uso da língua distantes da realidade brasileira [...]. Sustentam o que aqui nomeio de “paradigma tradicional de gramatização” (doravante PTG) [...] (p. 20).

Queremos destacar que este termo cunhado por Silva se constitui na essência de sua tese. Ao construir e caracterizar a noção de PTG, no seio da historiografia linguístico-gramatical do Ocidente, o autor realiza um apanhado das primeiras reflexões sobre gramática na cultura ocidental, ampliando-o nos tempos renascentistas e trazendo-o para os dias atuais. Afirma que as atuais gramáticas normativas do português são “produtos desse paradigma greco-latino de gramatização” (p. 20). Ressalta o pesquisador que esse paradigma se ramificou da filosofia grega clássica e se tornou o mentor do que se entende por gramática nas sociedades ocidentais de cultura escrita, vindo desde os gramáticos alexandrinos do século I a. C. até os gramáticos brasileiros do século XX.

Silva, ao aspear a expressão *paradigma tradicional de gramatização*, quer distinguir este processo, preso ao passado, daqueles que são realizados no âmbito dos trabalhos linguísticos atuais, por meio das GBCP. Nesse ponto destacamos o viés social da expressão aspeada pelo autor, a qual vem vestida de ideologia. Então, pode-se dizer que, de acordo com os postulados de Bakhtin (2014), somente o Adão mítico, enunciando sua primeira fala, em um mundo ainda não totalmente formado, teria possibilidades de ser o produtor de um discurso eximido do já-dito no

enunciado do outro. Afora isso, quando se busca refúgio na filosofia da linguagem, verifica-se que nenhum discurso é totalmente isento, uma vez que cada palavra dita sempre se apresenta banhada do discurso do outro.

Nesse caminho, Authier-Revuz (1990), complementando a ideia da conotação autonímica, postula que nenhuma palavra é “neutra”, mas, ao ser enunciada, vem, inevitavelmente, “carregada”, “ocupada”, “atravessada” pelos discursos nos quais “viveu sua existência socialmente sustentada”. A pesquisadora, remetendo ao que Bakhtin denomina de “saturação da linguagem”, indica que o raciocínio da conotação autonímica é completado, quando se verifica que a citação do locutor remete à heterogeneidade do discurso do outro.

Silva se arvora da metalinguística, remetendo a aspectos exteriores à linguística, por ocasião do emprego do neologismo *paradigma tradicional de gramatização*. Então, a partir de diversas vozes presentes no discurso, o autor da tese explica que a expressão aspeada nos encaminha aos tempos renascentistas, ocasião em que, baseado na tradição greco-latina, visa “[...] descrever e instrumentar as línguas ocidentais a partir de duas tecnologias metalinguísticas: a gramática e o dicionário” (p. 20). Acrescenta que entende essa tradição como sendo um “conjunto fechado de princípios, regras e leis” que funciona de maneira padronizada e que deve ser transmitido de forma intacta de uma geração a outra. E aproveita para reafirmar que esse paradigma deve ser obedecido de modo quase dogmático, sem questionamentos nem tampouco criatividade. Empregando, assim, as aspas de diferenciação, o pesquisador marca seu pensamento na distinção em relação à atualidade, conduzindo o leitor a incursionar pelos idos da Renascença, num mergulho metalinguístico.

Lembramos que, quando a ciência é responsável pela atribuição de nomes aos novos aparelhos e máquinas inventados e de introduzir novos termos técnicos na linguagem, a esse processo dá-se o nome de “neologismo científico” ou “neologismo técnico”. Assim, contextualizando essa tecnicidade, verifica-se que o pesquisador, ao cunhar esse neologismo, parte da fonte renascentista, alicerçado na tradição greco-latina de descrever e instrumentar as línguas ocidentais, buscando dois alicerces, que são o gramático e o léxico.

Queremos, também, marcar o enunciado que vem imediatamente antes das aspas, quando o autor escreve “Sustentam o que aqui *nomeio de* (grifo nosso) [...]”. Assim, podemos dizer que Silva criou um neologismo a partir do fato de que integrou três palavras que já existiam antes. Cada palavra, a seu termo, sendo oriunda de um campo de investigação da Linguística, é

reunida em uma única expressão neológica, passando a refletir um sentido novo no discurso e abarcando um vasto período temporal, bem como um espaço geográfico considerável.

Interessante pontuar que Silva assume a responsabilidade que cabe a um pesquisador, a partir do momento que se posiciona no seu discurso. Ao criar esse termo, o autor se reveste de um argumento de autoridade, pois é preciso ocupar um determinado papel na produção discursiva acadêmica para cunhar uma expressão. Ciente desse seu papel na sociedade, Silva quebra o fluxo do seu dizer e chama a atenção do leitor para o neologismo criado. Aí o processo de conotação autonímica, pois o autor, ao beber de diversas fontes, incursionado pelo mundo greco-latino da antiguidade, traz uma re-significação do neologismo por ele nomeado.

Avançando na sua tese, Silva afirma que outro ramo produtivo de pesquisa que deu origem ao português brasileiro para novas interpretações surgiu a partir dos anos 1980. Essa linha veio da convergência da sociolinguística variacionista com os postulados chomskyanos dos princípios e parâmetros. Disso resultaria uma nova maneira de se estudar gramática conforme veremos abaixo. Silva afirma também que as pesquisas do campo da sociologia sobre o português brasileiro são, de uma maneira geral, bastante elucidativas, fato que contribui para a gramatização de formas, bem como da concretização da língua em uso no Brasil.

Assim, prosseguindo na nossa análise de dados, iremos investigar dois enunciados que se constituem em aspas de diferenciação com termos técnicos presentes no *corpus*. Dessa maneira, vejamos o que escreve Silva no primeiro enunciado:

(4) Outra linha produtora de pesquisa que abriu o Português Brasileiro (PB) a novas interpretações [...] resultou numa forma heterodoxa de se estudar gramática conhecida como ‘sociolinguística paramétrica’. (p. 30).

Nesse sentido, podemos dizer que o autor, ao se apropriar da expressão aspeada *sociolinguística paramétrica*, procurou a suspensão de responsabilidade. Apresentou sua visão das pesquisas dessa área, as quais se centram em aspectos morfológicos e sintáticos do PB, entendendo que se compararmos as gramáticas deste com a do português europeu, concluiremos que “há uma mudança paramétrica em progresso”, e não somente uma simples variação morfossintática.

Sobre os termos técnicos, a própria linguista francesa postula que “São assim designados como ‘exteriores’ em relação ao discurso [...]: um outro discurso, técnico, feminista, jacobino, moralista, etc [...]” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 30). Nesse caso, quando nos referimos a um discurso técnico, afirmamos baseados no prisma da linguista, que ele pode ser enquadrado como sendo um discurso dos outros, uma espécie de discurso usual, de alguns outros, ou mesmo de um “outro particular”.

No processo de aspeamento, quando o autor remete a um discurso técnico, como é o caso de Silva, ao empregar a expressão *sociolinguística paramétrica*, fica patente a dupla designação da conotação autonímica. Investigando mais amiúde o enunciado que vem imediatamente antes das aspas, ou seja, “forma heterodoxa de se estudar gramática *conhecida como* (grifo nosso) [...]” vemos que aqui aparece a dupla suspensão do dizer. Ou seja, o autor se utiliza da expressão aspeada, mas, ao mesmo tempo informa ao leitor que não foi ele que cunhou o termo, ele se utilizou do mesmo para construir o seu discurso. Observamos, assim, que as aspas aparecem na fala de Silva como sendo um fragmento outro, como uma partícula que foi trazida do universo exterior à linguística. Esse elemento estranho, podemos bem dizer, estilhaço intruso é contextualizado por meio da interpretação que aporta o termo técnico, a qual é necessária para se alcançar a interpretação requerida pelo interlocutor.

Aí a teoria da constituição do sentido, na qual as *aspas de diferenciação* estão inseridas. Estas glosas funcionam, segundo o prisma de Authier-Revuz (2004), como uma *dupla afirmação do um*. Isso possibilita, pelo viés da linguista, construir o já-dito como se fosse o “centro” exterior constitutivo, no qual se escora a teia do discurso. Essa dupla afirmação remete à “teoria bakhtiniana do dialogismo”, já referida nessa pesquisa, a qual se faz presente no discurso do *eu* e do *outro* em produções acadêmicas e é utilizada pela pesquisadora francesa nos seus postulados sobre a heterogeneidade do sujeito.

Tendo em vista que o signo é ideológico, como já disse Bakhtin (2014), cada autor, ao compor seu texto, está de uma maneira ou de outra, vestindo-se dos enunciados das diversas vozes que se fazem presentes no discurso. Dessa forma, após entrarmos em contato com a expressão técnica aspeada *sociolinguística paramétrica*, verifica-se que uma mudança de parâmetros consiste no fato de que determinadas estruturas de uma língua deixam de existir em sua gramática. Silva nos fornece exemplos dessa transformação paramétrica por meio do fenômeno de empobrecimento da morfologia flexional do PB e do desaparecimento do clítico de

terceira pessoa como objeto direto, dentre outras modificações na língua em uso no Brasil. Então, ao incursionar “para fora da linguística”, o autor nos leva ao universo comparativo entre o PB e o português europeu, valorizando o discurso do pesquisador por meio do emprego da expressão *aspeada*.

Continuando a nossa análise de dados, observamos que Silva, ao realizar um percurso investigativo com início na filosofia da antiguidade, vindo até os idos da linguística contemporânea, afirma que podem ser observadas incursões de idas e vindas entre autores e escolas de tendências filosófico-teóricas e filológico-doutrinárias. Acrescenta que a sistematização dos estudos linguísticos deve ser explicada pelo diálogo entre esses dois campos do saber.

O autor afirma que, ao serem realizadas reflexões linguísticas, como sendo construções variáveis e históricas, podemos verificar que as línguas são suscetíveis a mudanças com o passar do tempo. Conclui que essas variações acontecem também de acordo com as situações de utilização da língua, como assim que essas referidas transformações já se faziam latentes na tradição gramatical do ocidente desde os seus primórdios.

Nesse viés, ao estudar o mundo latino da antiguidade, empregando palavras técnicas *aspeadas*, o pesquisador escreve:

(5) No mundo latino, um bom exemplo é a elaboração, no âmbito da retórica romana, do conceito de “*Latinitas*” e sua explícita apropriação nas obras de gramáticos latinos como Varrão, sec. I a. C. e Donato sec. IV a. C. (p. 84).

Queremos ressaltar a liberdade do autor em se colocar, procurando seu próprio ritmo e suas citações particulares, características que vão compor o fio do seu escrito acadêmico. Dessa maneira, seus enunciados são recheados de palavras *aspeadas*, vestidas de conotação autonímica, as quais têm a propriedade de se referir a um exterior teórico, em relação à criação do seu discurso.

A palavra *Latinitas* pode ser traduzida por “latinidade” ou mesmo por “romanidade”. Isso é o que nos informa o próprio Silva, em nota de rodapé (p. 84), que, aliás, como já falado nesta pesquisa, se constitui num dos objetivos ancestrais das *aspas*, assinalando “[...] uma glosa, um comentário, uma referência na margem ou no pé da página” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.

219). A linguista complementa que a função original das aspas faz parte de um grupo de sinais de interatividade, tais como, por exemplo, a nota de rodapé e o asterisco, que têm a finalidade de clarear o discurso.

A palavra-chave aqui é diferença. O processo de aspeamento imprime um caráter de particularidade, trazendo a diferenciação, através de uma expressão técnica, como é o caso da palavra *Latinitas*. Essa expressão latina, utilizada pelo autor, remete o leitor aos idos da Roma Antiga para contextualizar seu discurso acadêmico. Nesse viés, ressaltamos que Varrão e Donato entendiam a expressão *Latinitas* como sendo um tipo identitário romano que se manifestava pelo prisma da língua “adequada e destituída de vícios”. Uma espécie de latinidade linguística pura, original e ideal, a qual se faria presente tanto na redação poética romana tradicional quanto na linguagem dos cidadãos romanos cultos. Essa concepção auxiliaria a fundamentar o que ficou conhecido como “norma-padrão” por oposição aos estrangeirismos e ao latim vulgar.

Ao buscarmos uma comparação entre os empregos das duas aspas analisadas acima e que se utilizam de termos técnicos, vemos que ambas se manifestam no domínio da gramática. Enquanto a expressão *sociologia paramétrica* aponta para um processo de empobrecimento gramatical, as aspas colocadas sobre o termo *Latinitas* nos encaminham para a riqueza da gramática, uma vez que propõem um idioma correto, à procura de uma pureza gramatical. Ambas as aspas de diferenciação investigadas, ao se utilizarem de termos técnicos, nos remetem a um ambiente “não-finito”, por intermédio de um processo de distinção com o qual o autor pauta seu discurso acadêmico.

Avançando na análise de dados, progrediremos em direção às glosas de conotação autonímica pertencentes ao grupo das aspas de proteção que foram utilizadas por Silva no seu estudo científico. Nesse prisma, ao apresentarmos o primeiro enunciado, verificamos que o pesquisador volta ao contexto dos anos sessenta do século passado, quando afirma ter sido nessa ocasião em que foram registrados alguns dos principais eventos que culminariam em uma virada linguística brasileira nos estudos de língua portuguesa e gramática.

Assim, Silva escreve na sua tese:

(6) No campo da educação básica, é nessa década [anos 60 do século XX] que a escola pública começa a se “democratizar”, atingindo os segmentos menos favorecidos da população do país (p. 23).

Nessa passagem da tese podemos atestar diversos exemplos de ações engendradas, no sentido de mudanças na concepção do ensino no país, todos vindos a reboque da transformação que seria trazida pelo cenário da virada linguística. O pesquisador cita, por exemplo, a incorporação da disciplina Linguística no currículo oficial do curso de Letras e a criação do primeiro curso brasileiro de Pós-graduação em Linguística no país, o qual aconteceu na Universidade de São Paulo (USP), em 1966, dentre outros. No início da década, já tinha havido um aumento na carga horária do ensino de Língua Portuguesa, bem como o desenvolvimento dos estudos de textos em sala de aula e isso tudo faz parte desse processo pragmático.

Relembramos que as aspas de proteção indicam que a palavra aspeada tem um sentido aproximado de outra, melhor dizendo, não tem o mesmo sentido usual, qual seja, aquele sentido que seria construído normalmente. Segundo a autora francesa, essas marcas linguísticas são “modalidades de distanciamento em relação à palavra *não plenamente apropriada*” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 224). Diremos, seguindo os passos da pesquisadora, que é a palavra “dita por um outro” e assinalada como aproximativa. As aspas, então, organizam um espaço no jogo metalinguístico da heterogeneidade, levando o interlocutor a estabelecer a sua interpretação, a partir de uma outra compreensão daquela palavra dita.

Nesse enunciado do *corpus*, o termo *democratizar*, o qual é marcado por aspas, aporta um sentido produzido em outro discurso para ser re-significado no discurso de Silva. A palavra *democratizar* vista em outro discurso poderia traduzir uma ação do povo, pelo povo e para o povo, como sugere a democracia como sistema de governo. Já o sentido de *democratizar* no ambiente da escola pública é interpretado como um movimento de democratização na escola, ou seja, são diversas atividades pedagógicas que visam conduzir a instituição para mais perto do povo. Como exemplos de princípios que visam democratizar a escola pública, presentes na Constituição Federal de 1988, podemos citar: obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade e gestão democrática, sendo esses mecanismos regulamentados através de leis complementares. Este processo de democratização da escola, explicado pelo próprio Silva, tem por finalidade aproximar a instituição dos menos favorecidos, realizando um conjunto de procedimentos no intuito de facilitar o acesso da escola aos segmentos mais carentes da sociedade.

Prosseguindo na nossa análise de dados, queremos relembrar, como o fizemos no início da seção, que o autor revela amadurecimento ao tecer o fio do seu discurso acadêmico. No

intuito de comprovar este fato, apresentamos a seguir, mais dois enunciados utilizados por Silva e que trazem aspas de proteção.

O primeiro diz respeito à preparação de um cenário epistemológico próprio, a fim de que as GBCP pudessem ser elaboradas:

(7) [...] gramáticas escolares que tentam alcançar domínios textuais e discursivos de análise, as próprias gramáticas tradicionais e suas “mudanças” decorrentes do apelo da virada linguística... Tudo isso foi/vem, paulatinamente, criando o contexto necessário para o surgimento das GBCP (p. 34).

Silva afirma que os preparativos para a disposição desse cenário foram inspirados por um *estado de espírito acadêmico*. Complementa que essas condições foram criadas no período da virada linguística e que as mesmas foram sendo construídas paulatinamente por diversos atores. Dentre essas circunstâncias, o autor cita: linguistas envolvidos com a definição do PB, linguistas preocupados com as atividades de utilização da língua e livros didáticos destinados à prática da análise linguística.

Assim, como vemos, estão criadas as condições para o desenvolvimento de uma cena epistemológica que se crê vir acompanhada de *mudanças*, na esteira da virada linguística. Relembramos ser necessário recorrermos à conotação autonímica para explicar a palavra aspeada pelo autor. Authier-Revuz (2004) postula que este tipo de aspas traz uma palavra com um sentido aproximado de outra, ou seja, um sentido que não seria aquele procurado ou mesmo referenciado normalmente.

Portanto, quando Silva aponta as mudanças decorrentes da virada linguística e que seriam trazidas para as gramáticas tradicionais, ele está de certa forma se protegendo, firmando uma palavra que precisa de uma re-significação por parte do leitor. Sim, pois uma mudança sugere transformação, modificação, transmutação, uma real alteração no estado de coisas estabelecido. Então, no bojo das aspas anunciadas, fica o questionamento do autor, sobre até que ponto realmente acontecem essas *mudanças*. Resta a consideração implícita do pesquisador se essas mudanças estão acompanhando realmente as orientações e tendências que surgiram com o cenário da virada linguística, uma vez que as gramáticas possuem uma orientação tradicional.

Dessa forma, o leitor precisa refletir um pouco para compor sua re-interpretação do discurso supracitado.

Um segundo enunciado no qual podemos divisar o emprego de aspas de proteção está inserido em uma linha de pesquisa referida pelo autor como Historiografia Linguística (HL). Surgida em 1995, na USP, possui como objetivo descrever e explicar os processos históricos de formação e desenvolvimento dos estudos da linguagem e das línguas, com especial ênfase sobre o caso brasileiro.

Nesse viés, o autor atribui grande importância aos estudos de HL, seja para encontrar subsídios que o encaminhem para as evidências do PTG, seja para melhor compreender os pensamentos que se espalhavam pelo Brasil durante os séculos XIX e XX. Segundo Silva, uma pesquisa de HL precisa ter em conta diversos fatores como, por exemplo, possíveis deturpações ocasionadas pela utilização atual na caracterização de fases precedentes do desenvolvimento linguístico. Para solucionar esse problema, e porventura outros, o autor adota três princípios que norteiam sua tese.

O excerto do qual nos ocupamos em seguida está contido nas observações de Silva, quando ele se refere ao segundo princípio, senão vejamos:

(8) O segundo princípio é denominado *princípio da imanência*: o quadro geral da teoria sob investigação, bem como a terminologia utilizada no texto devem ser, num primeiro momento, definidos internamente, e não em referência às teorias linguísticas contemporâneas ou de gosto pessoal do pesquisador (Koerner, 1996). Nesse sentido, o pesquisador deve se afastar tanto quanto possível das “certezas” de sua formação linguística individual (p. 59).

Conforme indicado, essa citação está inserida na contextualização sobre o segundo princípio referenciado pelo autor na teoria de Koerner (1996). O denominado *princípio da imanência* postula que tanto o quadro global da teoria sob análise, quanto a terminologia utilizada na costura do texto devem ser definidos internamente. E conclui que estas definições não devem se referenciar às teorias linguísticas recentes ou mesmo estarem alicerçadas na mera vontade individual do pesquisador que conduz o trabalho.

Ao se referir às denominadas *certezas* que cada pesquisador adquire na respectiva formação individual, Silva afirma que se distanciou das mesmas, buscando trabalhos que não

dialogam com suas concepções e reflexões basilares. Referencia que, ao formular os objetivos da tese, valeu-se de trabalhos que são provenientes do campo filológico ou de artigos oriundos do gerativismo.

Explicando as aspas de proteção empregadas no enunciado, recordamos que Authier-Revuz (2004) postula que as mesmas se caracterizam como sendo palavras “não plenamente apropriadas” para o momento discursivo. Assim, quando o autor emprega a palavra aspeada *certeza*, podemos dizer que ele dialoga com o leitor, no sentido de fazer o mesmo pensar um pouco sobre o fato de essas certezas serem realmente “certas”. Ou seja, existe uma suspeição por parte do autor se durante a formação individual de cada pesquisador, ele venha mesmo a se munir de *certezas*, no sentido estrito da palavra.

A partir do momento em que examinamos mais a fundo a palavra *certezas*, podemos concluir que Silva, ao aspeá-la, utilizou-se de uma espécie de código para conduzir o leitor à sua reflexão. Afirmamos, então, que o autor se protegeu a partir do momento em que empregou uma palavra que exige do leitor uma manobra metalinguística para concretizar o seu significado, o qual será decodificado através de um processo de conotação autonímica.

Buscando um outro enunciado, no qual o autor nos brinda com aspas de proteção, observamos um aspecto bastante importante na tese de Silva, que é a construção de uma norma brasileira, despregada do português de Portugal. Postula o pesquisador que essa norma deve se apoiar na fala comum dos brasileiros, bem como na tradição escrita recente, no entanto reafirma que isso ainda se constitui em um caso complexo.

Nesse sentido, observemos o que diz Silva:

(9) A denominação “português brasileiro” para designar a língua amplamente majoritária falada e escrita no Brasil é relativamente recente (p. 19).

Ao redigir esta parte do seu trabalho acadêmico, o autor acrescenta que diversos documentos, tais como projetos políticos e ensaios sobre a língua nacional atestam que até o século XVIII, época em que o Brasil era colônia de Portugal, a língua era comumente designada como *português no Brasil*. Silva afirma que os motivos principais que levavam a essa designação talvez fossem mais políticos do que linguísticos, uma vez que Fernão de Oliveira (1536) já postulava haver diferenças entre o português das colônias e o da metrópole.

Ao se referir ao termo aspeado imediatamente antes, escrevendo “a denominação...” o autor deixa claro que se apropriou da expressão, ou seja, que não foi ele quem a cunhou. E acrescenta que, a partir do século XIX, com o advento da independência, uma segunda denominação, *português do Brasil*, iniciou a ganhar força. Ressalta que a simples alteração da preposição, ou seja, uma modificação de *no* para *do*, carrega consigo uma série de fatores exteriores à linguística, os quais vêm do campo da história, favorecendo o processo de construção da conotação autonímica.

Completando sua explanação, Silva afirma que somente na década de 80 do século passado, a expressão aspeada *português brasileiro*, a qual é objeto dessa investigação, parece surgir. O autor postula que algumas poucas pessoas o designam somente como “brasileiro”. Dessa forma, se nos abstivéssemos da investigação que vimos tentando construir nessa análise, por meio do raciocínio do autor, como seria possível haver um *português brasileiro*? Remetemos, assim, à teoria de Authier-Revuz (2004), na qual a autora postula que as aspas de proteção indicam “a palavra que não seria plenamente adequada” para a determinada situação. É essa a diferença de sentidos que se estabelece no jogo polissêmico, no qual se enquadram as aspas de proteção. Ou seja, é necessário que o interlocutor realize uma manobra metalinguística para compor sua interpretação a respeito da expressão aspeada.

Ao continuar sua análise sobre o português brasileiro no contexto da virada linguística, Silva afirma que começaram a aparecer, nos centros acadêmicos, baseados em diversas teorias linguísticas, estudos sobre as características do português realmente em uso no Brasil.

Sobre isso, vejamos o enunciado abaixo:

(10) Na verdade, estudos sobre o “português do Brasil”, vêm sendo feitos desde o século XIX [...] (p. 28).
--

Ressalta Silva, que os estudos realizados no seio da virada linguística não foram os pioneiros no tratamento das especificidades do *português do Brasil*. Conforme já nos referimos, a partir da Independência do Brasil, diversos autores começaram a se debruçar sobre esse tipo de estudo. Silva chama atenção para alguns, cujas obras podem ser designadas como documentos fundadores da gramatização da nossa língua materna, como por exemplo: Amadeu Amaral (*O*

dialeto caipira, 1920), Antenor Nascentes (*O linguajar carioca*, 1922) e Mário Marroquim (*A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco*, 1934), dentre outros.

Ao explicar o significado da expressão *português do Brasil*, acreditamos ser necessário tomar uma certa distância do já-dito. É preciso “suspeitarmos” do que está escrito, seguindo na esteira teórica de Authier-Revuz (2004), uma vez que fica claro que o interlocutor deve realizar uma manobra metalinguística para chegar à sua própria interpretação. O artigo *do* da expressão aspeada nos conduz a imaginar que estaríamos vivendo um período no qual o país já possui sua liberdade do jugo da nação portuguesa e, portanto, passa a reunir condições suficientes para partir em busca de suas próprias raízes.

Silva (p. 29) contextualiza as explicações que dão origem ao termo português do Brasil (PB), afirmando que existem basicamente três interpretações científicas a esse respeito: a) a hipótese da deriva, que indica que o PB é praticamente uma continuidade direta do português seiscentista; b) a hipótese da ruptura, que afasta o PB de uma maneira progressiva do português europeu a partir do século XIX; e c) a hipótese da criouliização, que entende o PB como uma variedade calcada na língua crioula africana. Ao remetermos a todos esses aspectos metalinguísticos, resta claro que a língua do Brasil é mesmo diferente da língua dos lusos. Isso pode ser comprovados nos aspectos lexicais, gramaticais, textuais discursivos e socioculturais, o que nos auxilia na construção do significado da expressão *português do Brasil*, aspeada pelo autor.

Aludindo a um outro enunciado presente no *corpus* que nos encaminha às aspas de proteção, Silva se refere à produção brasileira de gramáticas na contemporaneidade. Mais uma vez, o autor nos conduz à época da virada linguística, afirmando que esses movimentos produtivos findaram por modificar, de maneira peculiar, um espaço destinado à produção de gramáticas de língua portuguesa, conforme veremos a seguir.

Afirma o pesquisador no seu trabalho:

(11) De autoria de gramáticos renomados ou não, essas gramáticas escolares têm como finalidade maior servir ao ensino de língua “materna”, no que diz respeito – sobretudo ou somente – ao ensino de conhecimentos metalinguísticos (p. 32).

Ao referenciar o ensino de conhecimentos metalinguísticos, Silva arremata que, após uma breve leitura das atuais gramáticas escolares, pode-se verificar que elas reeditam a estrutura, a terminologia, os conceitos e as principais prescrições doutrinárias das gramáticas tradicionais.

Observamos também que o autor não se contenta com o simples emprego das aspas no seu enunciado. Além de aspear a palavra *materna*, Silva, logo em seguida, passa a explorar o sentido dessas aspas, como se estivesse guiando o leitor para onde ele deseja chegar. Isso pode ser considerado como uma operação linguística refinada, uma vez que o autor se encarrega de deixar uma pista para que o leitor entenda o seu raciocínio inicial e, a partir daí, comece a construir o seu próprio sentido, a sua interpretação particular.

Então perguntamos, seguindo o raciocínio de Silva: onde está a língua “materna”? Na tentativa dessas gramáticas em demonstrar um prisma de língua inovadora, em geral ligado ao viés sociointeracionista de linguagem? Ou nos desejos do mercado editorial em se adequar a um suposto professor que estaria alerta ao utilizar as novas teorias linguísticas? O autor complementa que essas gramáticas escolares também desejam passar uma visão de língua inovadora, a qual é geralmente associada ao viés sociointeracionista da linguagem.

Aí o cerne das aspas de conotação autonímica: o interlocutor, ao se por em contato com as aspas na palavra *materna*, verifica que é necessário mergulhar mais fundo, no sentido de se munir de aspectos exteriores à linguística, a fim de compor sua re-interpretação. Silva acrescenta que não é por acaso que os títulos dessas gramáticas escolares costumam vir seguidos de um qualificador que indica os novos tempos do fazer e do saber gramatical, como por exemplo: *reflexão e uso; uso e interação; contemporânea, aplicada aos textos*, dentre outros. Conclui então, que essas expressões pressupõem uma abordagem da língua em uso, seguindo na esteira pragmática trazida pela virada linguística.

Ao aludirmos aos pressupostos teóricos de Authier-Revuz (2004), no tocante às aspas de proteção, vemos que são palavras “ditas por um outro” e que precisam ser entendidas como aproximativas. Assim, quando nos referimos à palavra aspeada “materna”, percebemos que ela vem carregada de significações. Em termos interculturais, sabemos não ser possível uma língua ser totalmente materna, uma vez que ela é impregnada de competências de outras línguas, e nesse caso nos referimos à língua de Portugal. Dizemos que cada língua é vívida e intercalada a todo o momento por vetores que procedem do exterior, o que nos remete de pronto a aspectos exteriores à linguística.

Dessa maneira, o autor, ao se utilizar desse tipo de aspas é levado a empregar palavras carregadas de um sentido que se traduz numa situação histórica ou social que julga não ser totalmente a sua. Portanto, o *eu* opta por marcar sua fala com aspas de proteção, as quais têm uma função linguística de guardar o já-dito, no espaço proposto para uma significação do *outro* no discurso. Assim, o interlocutor vai re-significar o já-dito para alcançar o sentido das aspas de proteção.

Passamos, então, a analisar as aspas que têm uma função de ênfase, dentro dos postulados de Authier-Revuz. Para tanto, logo no início do escrito de sua tese, Silva apresenta uma citação de Fernando Pessoa (1914), buscando inserir o leitor no seu discurso acadêmico. A citação de Pessoa é finalizada com a ideia de que todo homem que sabe dizer o que diz, é, em seu modo, Rei de Roma, numa alusão ao fato de que cada ser humano é uma espécie de juiz de suas próprias palavras.

Observemos, então, o que escreve Silva sobre isso:

(12) Esses instrumentos [gramaticais, os quais se constituem no seu objeto de estudo], de certa forma coroam cada brasileiro “rei de Roma” no sentido da epígrafe acima [...] (p.19).

O autor explica o porquê de ter iniciado sua tese com a referida citação, buscando contextualizar o ambiente do antigo Império Romano, afirmando que “[somos reis de Roma], à medida que reconhecem que sabemos dizer o que dizemos e nos legitima a assim dizer [...]” (p. 19). Mergulhamos, então, em um ambiente característico da Roma antiga, repleto de jogos políticos, os quais para poderem ser efetivados necessitam de material exterior à linguística, à medida que fazem uso da metalinguagem.

Lembramos que essas aspas funcionam, no fio do discurso, fazendo realçar o sentido da expressão utilizada. Segundo os postulados de Authier-Revuz, “deve-se salientar [que] as aspas de ênfase, de insistência [...] não marcam com certeza uma distância irônica, mas a resposta à suspensão de responsabilidade própria a qualquer colocação de aspas através de uma nova asserção” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 228). Essa suspensão de responsabilidade, como quer a autora, indica uma espécie de ideia a preencher, por meio de uma interpretação do interlocutor sobre o já-dito. Essa operação funciona como um “apelo de glosa”, a partir do momento em que usamos as aspas.

É isso que vemos no enunciado de Silva. A expressão *Rei de Roma* já tinha sido referenciada no início da citação de Pessoa. Assim, ao aspear a nova expressão “rei de Roma”, grafando a palavra *rei* em minúscula, Silva está querendo chamar a atenção para o processo metalinguístico sugerido pela epígrafe citada. Insiste para o fato de que, se somos brasileiros e sabemos o que queremos dizer, agimos, de certa maneira, como árbitros de nossas próprias palavras, como agiria um rei, um soberano. Esse mecanismo linguístico nos remete ao processo das aspas de conotação autonímica, a partir do momento em que podemos conduzir nossa própria fala, com liberdade para escolher o conteúdo, visando a uma compreensão mais eficiente. É dessa forma que Silva trabalha, na construção do seu discurso acadêmico.

Em seguida, apresentamos outro enunciado da tese que representa o emprego de aspas de ênfase. É justamente quando o autor está levando em consideração a necessidade de construir um *corpus* de obras diversificadas e atuais. Silva, então, afirma que as obras que decidiu selecionar são gramáticas que possam representar, de uma maneira verdadeira, as diferentes faces do “novíssimo fazer gramatical brasileiro”.

É então que ele redige o seguinte enunciado:

(13) Ao longo da tese, cada gramática foi designada por um código próprio, composto pela letra “G”, seguida do sobrenome do respectivo autor (Azeredo, Perini ou Bagno) [...] (p. 52).

Ao selecionar seu corpus, tendo por base esse conjunto de instrumentos de gramatização supracitado da língua dos brasileiros, Silva afirma que é um todo que consegue ser representativo da produção gramatical brasileira à luz da linguística contemporânea. O autor se alicerça no fato de serem gramáticas recentes, devidamente reconhecidas por profissionais do ramo e que foram escritas por três linguistas filiados a áreas teóricas distintas.

A maneira como informa a designação do código, por meio do qual decidiu construir a representação do seu corpus, é indicativa de uma caracterização das aspas de ênfase, uma vez que está querendo atrair a atenção para a letra “G”. Mas não somente ressaltamos o destaque que está sendo dado a uma letra do alfabeto, como também que esse código é indicativo de uma manobra de conotação autonímica. Assim, o autor, à medida que redige seu discurso, integra um

quadro enunciativo composto por outros *eus* e, utilizando-se das suas palavras, desdobra a sua posição em outra figura.

Eis aqui uma das formas mais complexas da heterogeneidade mostrada. Ela aparece no decurso da chamada conotação autonímica, na qual “[...] o locutor faz uso de palavras inscritas no fio de seu discurso, sem a ruptura própria à autonímia e, ao mesmo tempo, ele as mostra” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 13). Então, ao mesmo tempo em que se refere à letra “G”, que é a sétima letra do alfabeto, ele também menciona que ela representa um código, no qual essa *letra G* vai significar o primeiro símbolo da palavra *gramática*, a qual compõe o conjunto de gramáticas do *corpus* da tese.

O autor anuncia que acredita que a análise desse material seja suficiente para responder às perguntas de sua pesquisa. Informa que as três letras “G”, associadas aos autores das respectivas gramáticas, sejam elas GA, GP e GB (Azeredo, Perini e Bagno), descrevem nossa língua, seja em seu modo escrito ou falado, levando-se em conta diversos dados reais ou de introspecção.

Continuando nossa análise de dados, passamos agora à investigação sobre a função das aspas pedagógicas. Para tanto, contextualizaremos no texto de Silva, onde se encontra este tipo de glosa metalinguística. Nesse viés, quando o autor, na sua introdução, realiza suas considerações, escreve que o Programa Nacional do Livro Didático, desde 1996, e o Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio, desde 2004, vêm trazendo contribuições para que esses instrumentos se adequem às novas perspectivas ditas pelo discurso da virada linguística. Revela que alguns livros didáticos ainda se apegam aos moldes convencionais do ensino da gramática, os quais têm por centro a análise de frases descontextualizadas e a transmissão da chamada terminologia morfossintática tradicional.

Sobre isso, vejamos o que afirma Silva:

(14) [...] esse ensino [nos moldes convencionais] vem paulatinamente perdendo espaço para uma *tentativa* de abordagem da chamada “prática da análise linguística” (Mendonça, 2006; Bezerra & Reinaldo, 2013). Friso “tentativa” porque, para que aconteça efetivamente uma reflexão sobre os usos dos recursos linguístico-gramaticais [...] muito ainda precisa ser transformado [...] (p. 27).

Esta é mais uma oportunidade, dentre várias outras, na qual o autor se coloca em primeira pessoa, fazendo com que sua voz seja escutada de uma maneira clara e o seu pensamento ouvido pela forma como se manifesta no seu texto científico. Silva se posiciona no discurso arvorando para si a explicação do que precisa ser feito para que os livros didáticos se adequem ao contexto sugerido pela virada linguística.

Nesse prisma, recordamos que Authier-Revuz define as aspas pedagógicas como sendo as do tipo em que “[...] o locutor utiliza palavras que atribui ao interlocutor para ‘colocar-se ao seu alcance’ [...]” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 223). Complementa, no que tange à função desse tipo de glosa, que essas palavras se põem ao dispor do interlocutor, frequentemente, como um passo para conduzi-lo às verdadeiras palavras, as quais o locutor adere “plenamente”, alcançando o sentido metalinguístico ao qual o autor se refere.

Portanto, nesse caso o termo aspeado *tentativa* é utilizado por Silva para contextualizar, de uma forma pedagógica, o que quer dizer. O pesquisador afirma que para que os livros didáticos se moldem aos conteúdos propostos pelo universo da virada linguística, muito se tem que caminhar. Complementa que para que esse processo seja efetivado são necessárias mudanças não somente no que tange às práticas apresentadas na maioria dos manuais didáticos, como também na própria prática de muitos professores, os quais, ingenuamente, dizem se afastar dessa perspectiva tradicionalista de ensino. Reforça, pedagogicamente, seu discurso científico, ao postular que “o que interessa é, antes de qualquer coisa, o domínio dos funcionamentos próprios dos textos” (p.28), demonstrando sua opinião como pesquisador e deixando a sua contribuição para resolver o problema.

Observamos, então, que a palavra aspeada *tentativa* se insere em um outro conceito axiológico, que é o plano do dizer de Silva. Assim, verificamos que o pesquisador celebra o diálogo com o leitor e aqui retornamos à teoria dialógica do discurso de Bakhtin (2014), na qual o autor russo afirma que “A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros” (op. cit, p.117). Podemos dizer que a palavra é o “território comum” do locutor com o interlocutor. Isso se mostra adequado no tocante às aspas pedagógicas, pois através da palavra aspeada, o *eu* se define em relação ao *outro*.

Ao procurarmos outro enunciado, no qual o autor se utiliza de aspas pedagógicas, chegamos à sua alusão às diversas teorias linguísticas que surgiram a partir dos anos 1980.

Observemos, então, o que escreve Silva:

(15) O deslocamento do foco – da frase para o texto, do enunciado para a enunciação – provocado pelas abordagens “hifenizadas” dos estudos linguísticos (sociolinguística, linguística de texto, análise do discurso, psicolinguística, etc.) [...] (p. 26).

Essas abordagens às quais se refere Silva são teorias linguísticas que propõem análises, numa dimensão extralinguística, como afirma o próprio autor. Então, a partir do momento em que incursionamos por teorias que provem do exterior da linguística, podemos afirmar que este fato nos encaminha, desde logo, ao cerne da conotação autonímica. Continuando, o pesquisador nos informa que as referidas teorias já tinham revelado aspectos da linguagem e das línguas, aí inserida a língua portuguesa, até então desconhecidos ou timidamente abordados pela gramática tradicional, bem como pela linguística formal.

Ao recorrer ao termo aspeado *hifenizadas*, que visa a designar as abordagens que aproximam a linguística de outras áreas, o autor lembra alguns exemplos, tais como “sociolinguística, linguística de texto, análise do discurso e psicolinguística”, dentre outras abordagens *hifenizadas*. As aspas têm uma função pedagógica, pondo ao alcance do interlocutor uma significação que leva à interdisciplinaridade entre a linguística e as diversas áreas às quais a mesma se liga. Dessa forma, surgem diversas sub-áreas que produzem trabalhos transdisciplinares, os quais vão beber em fontes exteriores à linguística, deslocando e ampliando o conhecimento científico.

O deslocamento aludido acima visa abarcar o fenômeno da linguagem em sua totalidade, o que necessita da compreensão de novas categorias de análise para se buscar uma nova compreensão da língua. Então, percebemos que o mecanismo da palavra glosada tem a finalidade de conduzir o *eu* ao *outro*. As aspas pedagógicas são, segundo Authier-Revuz (2004), uma forma particular de verbalizar a distinção metalinguística trazida pelas palavras. Essa distinção “se realiza no diálogo”, sob uma forma de condescendência, a partir do momento em que o autor busca se aproximar do interlocutor, tentando se colocar ao seu alcance.

Trazendo outra ocorrência de aspas pedagógicas empregadas por Silva, dirigimo-nos ao final dos aspectos teóricos-metodológicos da tese, a partir do momento em que o autor apresenta o projeto História das Ideias Linguísticas (HIL), conforme veremos adiante. Essa é uma das linhas de pesquisas escolhidas por Silva, justamente por ter relação com o PTG.

Silva ressalta, mantendo o viés de sua linha de pesquisa, a transdisciplinaridade da LA, ocasião em que estuda alguns trabalhos desenvolvidos dentro da HIL:

(16) Os trabalhos dentro da HIL estudam tanto as gramáticas portuguesas do “período vernaculista” [...], quanto as obras gramaticais surgidas no Brasil no “período científico” [...] (p.56).

O autor frisa que os estudos de HIL versam sobre as instituições que discutiam seus conteúdos, tais como colégios, universidades, círculos literários, dentre outros, como assim as querelas delas advindas. Aponta os períodos que interessam às pesquisas da HIL, que são o *vernaculista* e o *científico*, empregando expressões aspeadas que demonstram, segundo Authier-Revuz (2004), o apreço que tem pelo leitor. Também procura colocar-se à altura do receptor, contextualizando aspectos que caracterizam as aspas pedagógicas.

Pode-se perceber que, logo em seguida, Silva inicia um percurso pedagógico, com a finalidade de orientar o leitor para os conceitos embutidos nas expressões que aspeou. A primeira expressão *período vernaculista*, compreende mais de três séculos de gramatização. Como o próprio autor expõe, seria uma temporada que abarca desde o século XVI até uma boa parte do século XIX. A segunda referência é composta pela expressão *período científico* e poderia ser definida como uma temporada que vem se estendendo desde o final do século XIX até os nossos dias.

Ao trazer um discurso “deslocado de lugar” e inseri-lo no seu texto acadêmico, como é o caso das alusões supracitadas, Silva promove uma nova significação do objeto do discurso, fazendo com que se fale sobre o signo, no momento simultâneo em que se refere ao mesmo. Ao abordar os dois períodos (vernaculista e científico), verifica-se que extenso material pode ser contextualizado por meio do discurso do autor. O leitor, portanto, deve apropriar-se de aspectos metalinguísticos, os quais chegam desde o período seiscentista, passando pelos vários séculos que o sucedem, e vindo até os dias de hoje, no sentido de que possa re-significar sua percepção sobre as palavras aspeadas.

Por fim, no que tange às aspas pedagógicas, desejamos anunciar mais um enunciado característico do emprego das mesmas. Trata-se daquele, inserido no discurso de Silva, no qual o autor defende que as gramáticas brasileiras de inclinação prescritivo-normativa podem ser

consideradas como exemplares do PTG, tendo em vista que se dispõem em conformidade com a antiga tradição, como explorado abaixo.

Veamos, então, o referido enunciado:

(17) Na esteira de Bagno (2009), utilizo o termo “doutrina” para nomear a tradição gramatical greco-romana, por entendê-la como um conjunto fechado de princípios, regras e leis [...] (p. 20).

O autor afirma que as gramáticas normativas do português são produtos desse paradigma greco-latino de gramatização, postulando que as mesmas estão associadas, de maneira mostrada ou não, ao que Silva nomeia de *doutrina gramatical*. Apresenta, em seguida, uma relação contendo onze itens que permitem vincular essas gramáticas ao referido paradigma, dos quais citamos os seguintes, por considerarmos-os principais: concepção de língua estática e homogênea; atitude eminentemente prescritiva; construção de um modelo artificial de língua certa, trazendo como parâmetro a chamada *norma culta*; tomada da frase/oração/período como unidade máxima de análise; e comprometimento ideológico explícito com as camadas dominantes da sociedade.

O papel das aspas pedagógicas aparece quando o autor decide complementar o que foi apresentado na palavra aspeada *doutrina*. Amplia, então seu pensamento, com a finalidade de facilitar a compreensão do leitor, ao ensinar, apropriando-se do conceito de Bagno, que o termo *doutrina* se refere a orientações normativas que devem ser transmitidas intocadas de geração a geração. Esses dogmas precisam ser obedecidos de maneira estrita, sem criticidade nem questionamentos pelos autores que se sucedem.

Caminhando em direção às camadas mais recônditas da linguagem, podemos concluir a análise deste enunciado, afirmando que é necessário que o leitor esteja munido de ferramentas metalinguísticas para que possa re-significar a palavra aspeada *doutrina*, tendo em vista todos os aspectos que são contextualizados no processo de manutenção da tradição greco-latina. Mais uma vez, podemos perceber o autor se colocando no seu discurso acadêmico, a partir do momento em que escreve “*utilizo* [grifo nosso] o termo *doutrina*”. Silva se posiciona, deixando seu *eu* aparecer no texto acadêmico. Ressaltamos, então, a liberdade que o autor se concede, ao

se evidenciar como sujeito do discurso, explorando um assunto tão caro para a ciência, como é a questão da doutrina.

Prosseguindo na análise de dados, chegamos, assim, na investigação das glosas de conotação autonímica pertencentes ao grupo das aspas de questionamento ofensivo que foram utilizadas por Silva na sua pesquisa científica. É o momento em que o autor estuda a produção brasileira de gramáticas na contemporaneidade. O pesquisador afirma que a assunção de novas perspectivas teóricas por parte das gramáticas tradicionais muitas vezes resulta em verdadeiros flagrantes de incoerência.

Assim, Silva nos traz o seguinte exemplo:

(18) O reconhecimento de que todas as variedades linguísticas são expressões legítimas da língua fez com que essas gramáticas [...] passassem a conter capítulos iniciais em que há o reconhecimento da variedade, mas também a defesa da superioridade, correção e eficiência da chamada “norma culta” (aqui distante dos usos cultos efetivos dos brasileiros) [...] (p. 33).

Nesse enunciado, Silva aborda a situação ainda presente no PB, na qual se explicita o velho vínculo entre descrição e normatismo, para empregar as palavras do autor. O pesquisador afirma que expressão *norma culta* vem disfarçada, porém costuma se mostrar no desenrolar de uma obra gramatical, a partir do momento em que serve para reforçar o preconceito contra as estruturas em desacordo com a norma-padrão. Ainda mais que, como afirma o pesquisador, essas estruturas referenciadas são utilizadas por boa parte dos brasileiros.

Convém lembrar que as aspas de questionamento ofensivo, segundo Authier-Revuz (2004) são empregadas para não desencadear um conflito ou simplesmente para que o locutor se faça compreender. Afirma ainda que “a cada vez que um locutor é obrigado a falar com palavras que percebe como impostas pelo exterior pode defender-se com essas aspas que são de reação ofensiva em uma situação dominada” (op, cit, p. 225). Assim, no lugar de suas própria palavras, que lhe são proibidas, o locutor emprega uma outra expressão, o que pode ser para o *eu*, algo prudente ou até mesmo obrigatório, a fim de não abrir uma discussão com o *outro*.

É justamente isso que Silva desenvolve no seu texto acadêmico, ao empregar a expressão aspeada, a qual é bem conhecida e, no fio do discurso, visa expressar o pensamento do locutor de maneira cautelosa. Como o autor está comentando as incoerências das gramáticas e afirmando que todas as variedades linguísticas são legítimas, pois que representam estamentos da

sociedade brasileira, dizer *norma culta* passa a ser mesmo até obrigatório para que seu discurso seja compreendido. Mais à frente Silva traz um trocadilho, explorando a situação de que a norma *culta* está longe dos *cultos* efetivos dos brasileiros. Então, trazendo outras palavras, de um exterior linguístico, o pesquisador questiona ofensivamente e abertamente certos discursos, deixando a interpretação da palavra já-dita para o interlocutor.

Nesse sentido, observemos um outro enunciado que faz referência às aspas de questionamento ofensivo. É justamente quando Silva está fechando sua introdução e anuncia o que vai ser desenvolvido no capítulo 2 da sua tese. Nessa seção, continua o autor, “procuramos compreender o percurso de cinco séculos de gramatização do português”.

Assim, o pesquisador redige o seguinte texto, que será analisado em seguida:

(19) Também me proponho a refletir sobre a noção de “norma padrão” como consequência da gramatização tradicional [...] (p. 62).

Nesse percurso de estudo, no qual se inclui a tradição luso-brasileira e que contempla alicerces que partem da literatura sobre gramáticas de língua portuguesa elaboradas em Portugal e no Brasil desde o século XVI, o autor vai investigar as principais modificações havidas, no tocante a princípios teórico-metodológicos da língua, nos quais se pode observar a tal *norma padrão*.

Ao explicarmos as características dessa expressão aspeada, mais uma vez nos deparamos com os postulados da Authier-Revuz (2004). A autora nos afirma que as aspas de questionamento ofensivo aparecem em uma forma de discurso na qual o enunciador é obrigado a “falar com palavras que percebe como impostas pelo exterior”. Podemos complementar essa afirmação, recuperando a ideia do que realmente significa uma *norma padrão*. Sim, pois a partir do momento em que se padroniza uma norma, o discurso tende a se homogeneizar e se tornam difíceis de observar as manifestações heterogêneas da linguagem. Tudo fica mais rígido e tende a ser o mais homogêneo possível, dificultando o surgimento de ideias novas e praticamente tolhendo a iniciativa e a criatividade, corroborando o pensamento contido no PTG.

Sendo justamente o que Silva deseja estudar na sua tese, o autor afirma que esse paradigma permanece ainda hoje. Complementa sua assertiva, informando que ainda nos dias atuais circulam instrumentos gramaticais calcados em tradições normativo-prescritivas que

acreditam que o protótipo de língua ideal é aquele que apresenta uma *norma padrão*. Concluindo nossa análise sobre este excerto, afirmamos que, a despeito das mudanças claras havidas no Brasil, ainda existe um paradigma tradicional, o qual foi iniciado em 1881 com a gramática de Júlio Ribeiro e que permanece até hoje.

Referenciando outro enunciado da tese, no qual Silva utiliza aspas de questionamento ofensivo, queremos nos dirigir a algumas observações acerca de obras gramaticais que, por motivos diversos, segundo o próprio autor, ficaram fora da composição do seu rol de GBCP. Dessa maneira, verifiquemos o que diz o pesquisador sobre a Moderna gramática brasileira, (LUFT, 1974):

(20) Embora o autor aplique outras teorias gramaticais (a obra porta certa heterogeneidade teórica) e, inevitavelmente, utilize um ou outro termo “novo” como sintagma, morfema, arquivormfema, etc [...] (p. 53).

Silva explica as suas razões para não incluir o trabalho supracitado no *corpus* da sua tese, devido a uma série de motivos. Primeiro por considerar que a referida gramática é incipiente nas teorias linguísticas centradas no texto/discurso. Segundo por achar que a mesma se mantém presa ao esqueleto da Nomenclatura Gramatical Brasileira de 1959. Outro motivo, segundo Silva, seria a recorrência da não observância da realidade linguística brasileira. Afirma que embora o seu instrumento gramatical seja baseado na norma brasileira da língua portuguesa, fatos linguísticos incontestes não são considerados.

Dessa maneira, o autor se arvora o direito de afirmar que estes termos “novos” que a gramática traz seriam, por exemplo, *sintagma*, *morfema*, *arquivormfema* e outros, mas a partir do momento em que essa Moderna gramática brasileira permanece presa ao passado e distante da realidade linguística brasileira, é possível divisar o questionamento das aspas empregadas. Podemos muito bem compreender, como postula Authier-Revuz (2004) sobre este tipo de glosa, que Silva não deseja criar um conflito numa situação dominada. Então ele emprega o termo aspeado “novo” como que para se defender, utilizando uma palavra imposta pelo exterior, no sentido de concretizar o seu já-dito.

Desejando ser compreendido pelo interlocutor, de quem requer uma manobra para entender o seu questionamento, Silva acrescenta uma outra ressalva na gramática supracitada.

Diz ele que as particularidades do português brasileiro, quando são mencionadas na gramática de Luft supracitada, são mencionadas em caráter de observações e ressalvas. E conclui que esse enfoque não é muito diferente da forma como vêm procedendo os gramáticos tradicionais brasileiros desde o século XIX até os nossos dias.

Desejamos, ainda, apresentar outro enunciado em que Silva se vale de aspas de questionamento ofensivo. É aquele em que o autor contextualiza que é na reconstrução do passado linguístico que podem ser encontradas algumas das passagens essenciais para se compreender o presente.

Observemos, então, o que escreve Silva:

(21) [...] Não tive acesso irrestrito às fontes de gramatização da língua portuguesa. Muitas delas possuem reedições “corrigidas” e “melhoradas”, o que dificultou ainda mais a completude do meu acervo [...] (p. 60).

O autor complementa sua assertiva sobre as dificuldades assinaladas, frisando que o tempo e o espaço não foram necessariamente seus aliados nesse aspecto. Afirma que muitas dessas gramáticas encontram-se escritas no seu idioma original grego ou latino, não tendo ainda sido traduzidas para o português, ou mesmo para qualquer outra língua moderna.

Queremos, então, contextualizar o que afirma Authier-Revuz (2004), ao caracterizar as aspas de questionamento ofensivo. A autora postula que o enunciador pode defender-se com essas aspas que são “de reação ofensiva em uma situação dominada”. É justamente o que podemos observar nas duas palavras aspeadas, sejam elas *corrigidas* e *ampliadas*. Afirmamos que são termos emprestados do exterior, pois dizemos que o próprio autor se questiona como esse trabalho foi corrigido. Os questionamentos se ampliam quando o pesquisador, no bojo das aspas, se pergunta, implicitamente, sobre quais foram os parâmetros que orientaram a correção do trabalho. O mesmo senso interpretativo motiva o leitor a buscar uma resposta satisfatória para a forma como esta gramática foi ampliada. O autor, portanto, por meio das aspas, sugere que o leitor re-interprete o já-dito.

Dizemos, assim, que Silva, ao empregar aspas nas palavras supracitadas, procurou minimizar um conflito, defendendo-se com palavras que foram trazidas de outro contexto. Até porque, mais à frente, o próprio autor afirma que, concordando com Bastos & Palma (2004),

considera os documentos gramaticais supracitados como *fontes secundárias*. E arremata, reafirmando que todas as fontes são importantes, sejam elas dos tipos dessas últimas, sejam gramáticas originais, uma vez que cada documento é um instrumento valioso para um estudo historiográfico.

Ao finalizarmos esta análise de dados, resta claro que as aspas não se propõem ao dizer explícito. Cada discurso aparece dialeticamente como unitário, de uma face, e como plural, se considerarmos a outra face do mesmo, sendo isso que o faz heterogêneo. O que se tem, realmente, de um lado, é uma identidade própria que o distingue dos outros, ao passo que, de outra vertente, esse mesmo discurso é constituído de estatutos diversos que guardam traços variados de outros universos.

Nos termos que são aspeados, o sentido que as aspas produzem no enunciado do sujeito é guardado à distância. Assim, o autor, ao utilizar-se desse recurso linguístico, posiciona-se de uma maneira isenta, quanto aos efeitos que possam ser produzidos na interpretação do interlocutor. Dessa maneira, percebemos que as aspas são um sinal a ser decifrado no seio do discurso. O leitor, ao decodificá-lo pode se aproximar, seja um pouco mais, seja um pouco menos da concepção do autor, o *eu* do discurso, desde que realize uma manobra metalinguística contextualizada e historicizada, recuperando o *outro* presente na cena discursiva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação se propôs a analisar a heterogeneidade enunciativa do sujeito na produção acadêmica. O trabalho se situou no campo da Linguística da Enunciação, entendida como a tentativa mais relevante para ultrapassar os limites da linguística da língua. Assim, por meio desse campo de trabalho procuramos as relações da língua, que é vista não somente como um sistema de combinação de signos, mas, sobretudo como linguagem engendrada por um sujeito.

Nesse sentido, a Linguística da Enunciação elege uma visão nitidamente assinalada pelo incessante debate epistemológico sobre a constituição heterogênea da língua, enfatizando as irregularidades e subversões do objeto da linguística. Inclui, assim, nesse objeto algumas questões, tais como subjetividade, referência, contexto, o que exige para quem trabalha com a fala ou com a escrita, o domínio de outros procedimentos que não são contemplados em modelos tradicionais.

Para tanto, foram visitadas diferentes teorias, como é o caso dos estudos estruturalistas, que remontam ao século passado, bem como das incursões ao longo desse período, quando surgiram as primeiras luzes da enunciação. Realizamos investigações sobre a filosofia da linguagem aplicada à interação do sujeito, como também nos dirigimos à psicanálise para caracterizar as marcas do inconsciente no já-dito. Estes alicerces nos proporcionaram material para chegarmos ao estudo da heterogeneidade enunciativa do sujeito no discurso e posteriormente seguirmos para a análise de dados do *corpus*, com base nas categorias de análise definidas.

Nossa pesquisa, de natureza essencialmente qualitativa e interpretativa, foi caracterizada por um caminho metodológico processual. A problemática foi explorada inicialmente quando da seleção da fundamentação teórica e logo depois pela definição do *corpus*, o qual foi analisado a partir de categorias de análise constantes da teoria proposta por Jacqueline Authier-Revuz.

De início fomos tocados pela ideia de que “passar da apreciação da língua definida como um sistema finito de unidades [...] à consideração da fala, do discurso, é abandonar um domínio homogêneo, fechado [...]” (AUTHIER-REVUZ, 2001, p. 166). Então, nos alicerçamos

da teoria enunciativa supracitada, a fim de incursionar por um percurso aberto e marcado pelo que não é repetível, procurando respostas em aspectos exteriores à linguística.

Em seguida, fomos guiados pela pergunta abaixo:

Considerando-se que o sentido de um texto não está jamais pronto, como se produz o discurso singular do sujeito no campo do “não-um”?

Levando-se em conta que o sentido de um texto não se apresenta jamais pronto de maneira apriorística, acreditamos que tenham sido importantes as investigações das várias teorias que se referem à enunciação do sujeito. Da mesma forma, verificamos que, com base no material bibliográfico pesquisado ao longo do estudo, foi-nos possível reunir as condições necessárias para responder a essa pergunta central da pesquisa e alcançar os objetivos estabelecidos no nosso trabalho.

Diante do acima exposto, organizamos a dissertação em cinco seções, além da Introdução e das Considerações Finais.

Na segunda seção, com a finalidade de preparar o leitor para a essência do trabalho a ser desenvolvido, realizamos um estudo sobre as caracterizações do discurso acadêmico. De início, nos encarregamos de aprofundar a noção de enunciação, ao postularmos que a cena enunciativa é verdadeiramente assimétrica. Aproveitamos para afirmar que o relacionamento intersubjetivo que se engendra entre os interlocutores numa enunciação é insólito.

Esse processo que acontece numa interação não é de forma alguma imanente. De uma maneira geral, dizemos que o sujeito, *de per si*, edifica o sentido do que foi dito pelo *outro*, a partir de referências particulares a si mesmo, nascidas no cadinho do seu *eu*. Da mesma forma, não se pode efetivamente comprovar que o já-dito construído pelo interlocutor, coincida com as indicações do enunciador.

Em seguida, ao nos debruçarmos sobre o discurso científico, concordamos com Authier-Revuz (2004), quando afirma que as formas da heterogeneidade mostrada não se anunciam facilmente nesse tipo de escrito. Isso se daria, segundo a autora, pelo fato desse discurso específico visar a “uma Verdade” e aí poder ser observado o seu caráter tipicamente monológico.

Nesse sentido, concluímos a seção afirmando que os textos acadêmicos preservam uma vocação de praticamente eliminar a distância fundamental que cada sujeito, como autor, deixa caracterizada entre ele e a realidade exterior. No entanto, verificamos que é perfeitamente factível redigir um discurso científico outorgando espaço a outras vozes. É o que pudemos constatar na tese de Silva (op. cit.), uma vez que o autor aparece no seu texto, procurando escapar de uma escrita absolutamente neutra.

Na terceira seção iniciamos a fundamentação teórica da pesquisa, apresentando uma percepção do percurso evolutivo do campo da enunciação, o qual vai desde Saussure, apoia-se também em Benveniste e continua com os postulados de Bakhtin. Inicialmente ressaltamos que coube a Ferdinand de Saussure a formulação de conceitos que estabeleceram a linguística como ciência. O mestre genebrino, como estruturalista, propôs o estabelecimento de várias dicotomias que fundamentam sua teoria e, das quais, a que nos interessou para nosso estudo foi aquela entre a língua e a fala.

Embora Saussure tenha se fixado na língua como um sistema de signos, a partir do momento em que realiza estudos na semântica, o autor se encaminha para reconhecer a importância de “alguns fatos tomados de fora da linguagem”. Então, ao postular a Teoria do Valor, Saussure trabalha o pensamento e o som, possibilitando discriminar uma palavra de outras, até porque são essas caracterizações que nos levam à significação.

Nesse caminho, investigamos um estudo realizado por Starobinsk (1974), no qual Saussure desvenda os Anagramas, lembrando o caráter abstrato da língua, opondo-se à evidência da fala. Starobinski cita o fato de que Saussure contrapõe língua e discurso, postulando que a primeira é matéria-prima para a realização deste último. Concluímos parcialmente que o anagrama proposto pelo suíço não é arbitrário, nem tampouco dual, como é o signo linguístico. Procuramos ressaltar a importância desse outro Saussure que trabalha o reverso da unidade linguística, abrindo a porta para o campo do *não-um*, o qual foi inspirador para futuros estudos linguísticos.

Surge então, em meados do século XX, Émile Benveniste, apresentando sua obra inicial, na qual ressalta as transformações pelas quais passava a linguística e se propondo a aprofundar o estudo da língua, da linguagem e da comunicação. Revelando-se um continuador de Saussure, Benveniste inova, agregando a realidade ao pensamento saussureano. Aprofunda seus estudos e

explica a dupla função do ato do discurso, afirmando que para o enunciador, trata-se da realidade, porém para o interlocutor é a realidade que é recriada.

Nas suas pesquisas, revela grande desvelo pela subjetividade, passando a investigar mais a fundo esse assunto e afirmando que uma dialética singular é a mola desta subjetividade. Nesse sentido atribui grande importância aos pronomes, os quais se fazem presentes em todas as línguas. Assim, o autor postula que a noção de pessoa é própria dos termos *eu* e *tu*, mas é ausente em *ele*, que seria a *não-pessoa*. E nos propõe um conteúdo linguístico que se configura nas categorias de pessoa, tempo e espaço.

Lembramos que o autor afirma que “enunciação é por em movimento a língua, através de um ato particular de utilização” (BENVENISTE, 2005). Observamos que o que efetiva a enunciação é a situação de se por em evidência a relação discursiva com o interlocutor. Benveniste postula que esse receptor pode ser real ou imaginário, individual ou coletivo, abrindo espaço para uma caracterização mais ampliada do outro.

Ao nos apropriarmos da ideia de outro, na sequência da seção, debruçamo-nos sobre a teoria de Mikhail Bakhtin, filósofo e escritor russo, que redigiu suas principais obras ao final do primeiro quartil do século passado. É autor de diversos escritos sobre a teoria do romance, como também de variados conceitos linguísticos, dentre os quais citamos o *dialogismo* e a *polifonia*, os quais foram explorados na nossa pesquisa.

A teoria bakhtiniana está fundada no preceito de que toda palavra é dialógica por natureza porque propõe o outro. Esse outro surge sob a forma de destinatário, para quem se regula a fala e de quem se precipitam relacionamentos. Então, pudemos verificar que o filósofo russo fincou os alicerces para aquilo que posteriormente viria a ser designado como Análise Dialógica do Discurso. Ao teorizar um sujeito situado histórica e verdadeiramente amoldado às lides sociais, o autor ultrapassou a barreira linguística. Deslocou para o interior da linguagem conceitos externos que viriam a se mostrar deveras importantes para se aperfeiçoar o sentido da enunciação.

Dessa maneira, é preciso compreender o dialogismo como sendo um conjunto formado por diversas vozes que atravessam os discursos dos sujeitos. A *palavra* funciona como o efeito da operação que é executada entre o locutor e o ouvinte, que se denomina de interação. Bakhtin festeja o diálogo, explicando que o mesmo pode ser definido como um revezamento entre enunciados, entre sujeitos ou mesmo entre diferentes posicionamentos, que se caracterizam pelas

diversas enunciações.

Na quarta seção, ao finalizarmos os fundamentos teóricos da dissertação, investigamos a heterogeneidade enunciativa do sujeito no discurso. Começamos lembrando a diferença entre os dois planos do discurso segundo Authier-Revuz (2004). O primeiro é o denominado eixo semiótico, através do qual se procura a natureza do signo, simplesmente. No segundo diedro, chamado de instância do discurso, o sujeito vai poder compreender e interpretar os signos, atribuindo-lhes significados, conforme a respectiva situação de utilização.

Nesse sentido, exploramos as três categorias de sujeito propostas por Authier-Revuz. O primeiro é conhecido como sujeito clássico, ou transparente. O segundo tipo seria um *não-sujeito*, uma vez que ele não engendra linguagem, mas, sentido oposto é produzido pela própria linguagem. A terceira caracterização postulada pela pesquisadora desestabiliza a noção de sujeito transparente. A autora trata de um sujeito representado por um significante dividido, o qual ela o define como sujeito clivado.

Prosseguindo na seção, analisamos os principais postulados de Lacan em relação ao sujeito do discurso, propondo uma articulação entre a linguística e a psicanálise. Assim, lembramos que Authier-Revuz (2004), citando Lacan, afirma que o inconsciente é composto por um desenrolar de significantes que retornam em outras cenas, insistindo em se fazer presente no momento do discurso efetivo. A autora destaca que, através da palavra, recuperam-se o tempo e o momento do sujeito.

Nesse viés, procuramos explorar, basicamente, dois aspectos da teoria lacaniana. Um ponto propõe o deslizamento do conceito de significante postulado por Saussure. Surge, então, o grande Outro, como sendo inicialmente para a criança, a própria mãe ou outra pessoa que venha a criar o bebê. Esse significante vai saindo de cena, vindo a converter-se na linguagem. Então o significante *Nome-do-pai* se interpõe na relação desse sujeito, inserindo nela o desejo. O segundo ponto foi abordado quando Lacan apresenta o que se chama de estrutura psíquica do sujeito, lastreando-a num enodamento entre três registros: Real, Simbólico e Imaginário.

Em seguida, visitamos a teoria enunciativa de Authier-Revuz, partindo da sua afirmação de que, no transcorrer do discurso, um locutor único produz certa quantidade de formas, as quais são linguisticamente perceptíveis. Constituem-se de expressões reais e materiais que podem ser verificadas no discurso do *eu*, incluindo, de uma maneira linear, o *outro* no patamar da enunciação.

Assim, de acordo com Authier-Revuz (2004), ao se procurar trabalhar o sujeito no discurso, deve-se fazê-lo, a partir da noção de heterogeneidades enunciativas. Estas se apresentam de dois tipos: a heterogeneidade mostrada, que pode ser marcada ou não marcada e a heterogeneidade constitutiva. Como exemplo de heterogeneidade mostrada e marcada, temos as glosas enunciativas, o discurso relatado e as aspás. Já na heterogeneidade mostrada, mas não marcada, possuímos a ironia e o discurso indireto livre, dentre outro, os quais contam com o “outro dizer”, sem explicitá-lo, para produzir sentidos.

Por sua vez, ao abordar a heterogeneidade enunciativa, a linguista francesa alicerça sua fundamentação, no sentido de resgatar as formas mais explícitas e mais caracterizadas da presença do outro/Outro no discursodo sujeito, por meio de duas abordagens não linguísticas. Então, encarregamo-nos de aprofundar essas duas teorias, as quais se constituem no dialogismo proposto pelo Círculo de Bakhtin e na teoria do sujeito estruturalmente clivado de autoria de Jacques Lacan.

Nesse sentido, ao revisitar os postulados de Mikhatil Bakhtin, Authier-Revuz (op. cit.) nos apresenta conceitos como os de *dialogismo*, *plurilinguismo*, *fronteira interior*, *polifonia*, *pontos de vista* e *interação verbal*, dentre outros. Então, pode-se verificar que a multiplicidade dos pontos de vista se difunde nos textos do Círculo de Bakhtin. Concluimos parcialmente que o estudo da interação, comumente aproximado aos aspectos exteriores da linguagem, inscreve-se na corrente pragmática e se liga aos diálogos “externos”, trazendo destaque para as estratégias interacionais.

Portanto, Authier-Revuz postula que o “outro” de Bakhtin, o qual possui o sentido construído, por mais díspar que possa parecer, traz no seu discurso “palavras carregadas de história”, para usar a expressão da autora. E complementa que, já o Outro de Lacan, constitui-se no estatuto do inconsciente, o do sentido “desconstruído”, o qual possibilita também o acontecimento da heterogeneidade no discurso do sujeito.

Sobre isso, investigamos a teoria de Authier-Revuz (2004), segundo a qual o discurso é constitutivamente atravessado pelo “discurso do Outro”, suportando seus estudos também na psicanálise lacaniana e no inconsciente. A pesquisadora acrescenta que esse inconsciente não permanece todo tempo à disposição do sujeito, porém algumas vezes é marcado por um vazio. Então, a partir do momento em que a autora localiza os traços do discurso inconsciente,

verificamos que é possível deduzir que todo discurso é polifônico, cabendo ao analista ouvir as diferentes vozes presentes nesse referido discurso.

Avançando na seção, visitamos, dentro da teoria de Authier-Revuz, uma das formas mais complexas da heterogeneidade mostrada que aparece no discurso por intermédio da chamada conotação autonímica. Sobre isso, Authier-Revuz (2004, p. 13) postula: “[...] o locutor faz uso de palavras inscritas no fio de seu discurso, sem a ruptura própria à autonímia e, ao mesmo tempo, ele as mostra”. Aí o cerne da conotação autonímica, uma vez que a palavra torna-se objeto do dizer ao mesmo tempo em que é utilizada. Promove-se, dessa forma, uma ressignificação do objeto do discurso, possibilitando que se fale sobre o signo, no momento exato em que se refere ao mesmo.

Após reunirmos material teórico suficiente, chegamos ao fulcro da nossa pesquisa, o qual se constitui em uma investigação de como o sujeito se mune da palavra aspeada na produção do seu discurso acadêmico. Lembramos que as aspas se constituem em marcas de uma manobra metalinguística de distanciamento, no seio do discurso do *eu*. A palavra que é aspeada no enunciado do sujeito se estabelece para o *outro* como objeto, o qual terá que dotá-la de responsabilidade, a fim de preencher o sentido que lhe é dado. Ou seja, ao utilizar-se das aspas, o autor dispõe das palavras aspeadas com a finalidade de revelar a sua posição no fio de um discurso que terá que ser re-significado pelo leitor.

Em seguida, dentro da classificação proposta pela linguista francesa sobre as funções desempenhadas pelas aspas de conotação autonímica no discurso do sujeito, visitamos os diversos tipos designados por Authier-Revuz. De início, investigamos as aspas de diferenciação, nas quais se encontram três caracterizações: as palavras estrangeiras, os neologismos e os termos técnicos. Em seguida, examinamos as aspas de proteção, as aspas ênfase e as aspas pedagógicas, finalizando com as aspas de questionamento ofensivo.

Na quinta seção do trabalho, denominada Análise de Dados, investigamos o *corpus* da pesquisa. As categorias de análise serviram de alicerce para o estudo. Com base na categoria (a) *Características do discurso do eu e dos outros no emprego das aspas de conotação autonímica*, pudemos compreender a alteridade como um dos pilares de constituição da linguagem, assim como nos foi permitida a utilização das marcas do dialogismo no discurso, como princípios basilares para a investigação da heterogeneidade constitutiva do sujeito no discurso, sob o prisma de Authier-Revuz. Partindo da categoria (b) *Caracterizações a respeito dos tipos de aspas de*

conotação autonímica, nos foi possibilitada a compreensão da classificação proposta por Authier-Revuz sobre as funções desempenhadas pelas das glosas supracitadas, tais como as aspas de diferenciação, de condescendência, de proteção, de questionamento ofensivo e de ênfase.

O *corpus* de nossa dissertação foi definido como sendo a tese de doutorado em linguística intitulada *Gramáticas Brasileiras Contemporâneas do Português: Linhas de Continuidade e Movimentos de Ruptura com o Paradigma Tradicional de Gramatização*, defendida em abril de 2015, de autoria de Francisco Eduardo Vieira da Silva, da qual foram analisadas a Introdução e o Capítulo 1. Foram investigados vinte e um excertos de enunciados da tese de Silva que contêm aspas de conotação autonímica, segundo o viés de Authier-Revuz, conforme vemos a seguir.

Iniciamos pelas aspas de diferenciação, apresentando exemplos dos seus subtipos, assim discriminados: palavras estrangeiras, neologismos e termos técnicos. Comprovamos a teoria de Authier-Revuz (2004), ao postular que as aspas de diferenciação funcionam, no bojo do discurso, contextualizando a diferença entre o posicionamento do sujeito que fala e os dos outros discursos que repercutem em uma outra instância discursiva. Mostramos a importância das palavras estrangeiras no discurso de Silva, pois o autor se utiliza de expressões que advêm dos idiomas latim e inglês, para expressar seu pensamento no texto acadêmico. Observamos a relevância de um neologismo na tese analisada, tendo em vista que o termo *paradigma tradicional de gramatização* é o esteio do trabalho científico do autor. Ressaltamos que o mesmo foi cunhado pelo próprio pesquisador, reunindo três palavras que têm origens diversas e localizações afastadas no tempo, mas que, unidas, dão um tom deveras significativo ao seu escrito acadêmico. Exploramos os termos técnicos usados na tese, os quais, segundo Authier-Revuz (op. cit.) “São assim designados como ‘exteriores’ em relação ao discurso [...]” e que aportam grande significado para o leitor, a partir do momento que referenciam a conotação autonímica.

No tocante às aspas de proteção, pudemos observar que o autor tem consciência de que essas glosas enunciativas são palavras que têm o sentido aproximado de outra palavra. Como nos lembra Authier-Revuz, (op. cit.) essas marcas linguísticas são “modalidades de distanciamento em relação à palavra *não plenamente apropriada*”. Silva usa desse tipo de aspas para expor suas ideias e realizar seus comentários no que tange ao período da virada linguística, a qual trouxe

para a linguística tradicional um grande aporte de conceitos exteriores a esse campo do saber, a partir da década de 1960.

As aspas de ênfase também são presentes na tese analisada. Pudemos constatar que Silva se coloca bem no seu discurso, firmando sua posição e comprovando que é possível que um autor “apareça” em um texto científico. Dessa forma o texto se mostra heterogêneo, fazendo valer-se, especificamente no caso dessas aspas, que marcam uma “suspensão de responsabilidade”, segundo o viés de Authier-Revuz (op. cit.). Por meio delas o autor aponta uma espécie de ideia a preencher, através da interpretação do interlocutor sobre o já-dito. Silva emprega este tipo de aspas, por exemplo, ao compor o corpus de sua tese, utilizando a letra “G” para representar as três gramáticas escolhidas, valendo-se da conotação autonímica. Ele cita a letra “G” como uma letra do alfabeto, mas assim a usa como código para que o leitor acesse a respectiva gramática, tendo em vista que a palavra gramática também começa com a letra “G”.

Na nossa investigação sobre as aspas pedagógicas, verificamos que Silva revela maturidade, quando da redação de seu discurso acadêmico. Comprovamos a teoria da Authier-Revuz (op. cit.), a qual postula que, ao empregar esse tipo de aspas, o locutor utiliza palavras que atribui ao interlocutor para “colocar-se ao seu alcance”. Observamos esse fato num dos excertos do pesquisador, quando, além de aspear pedagogicamente as expressões *período vernaculista* e *período científico*, Silva, ato contínuo, inicia uma explicação pedagógica para o leitor sobre o que tenta trazer para o seu discurso. Complementa, assim, a manobra metalinguística que o leitor deve fazer para re-significar o já-dito pelo autor no seu texto acadêmico.

Para finalizar a nossa análise de dados, nos dirigimos às referências feitas na sua tese por intermédio das aspas de questionamento ofensivo. Lembramos que estas aspas se caracterizam, segundo Authier-Revuz (2004), porque são empregadas para não desencadear um conflito ou simplesmente para que o locutor se faça compreender. É assim que Silva constroi seu texto acadêmico. Pudemos comprovar essa situação na passagem em que o autor está comentando a eficiência do emprego da chamada *norma culta* na fala e na escrita. Assim, ao invés de empregar suas próprias palavras, que lhe são interditas, Silva decide empregar uma outra expressão, o que se constitui em algo prudente ou até mesmo obrigatório, a fim de não abrir uma discussão com o *outro*.

Dessa forma, mostramos que um discurso científico se concretiza por meio de um entrecruzamento de vozes, através das quais reverberam – a do *eu* e a dos *outros* – na produção

acadêmica. Concretizamos, assim, o nosso objetivo principal de pesquisa, o qual se propõe a: “Analisar como o sujeito faz uso das aspas de conotação autonímica na produção discursiva acadêmica, ancorando-se na teoria discursiva de Authier-Revuz”.

Finalizando, afirmamos que a linguística do século XX constituiu-se em um domínio multifacetado e plural. Observando o seu percurso, podemos afirmar que alguns estudos sobre o sujeito não se efetivaram de maneira conclusiva. Dessa forma, a pesquisa nesse campo lega ao século XXI diversas questões que merecem ser aprofundadas, como por exemplo, os estudos sobre a heterogeneidade do sujeito no discurso. Esperamos que a nossa dissertação sirva de inspiração para outros trabalhos, a fim de que essas novas propostas sejam difundidas e atinjam uma grande parte da população brasileira.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **L'étage métalangagier du dire**: clivages théoriques dans son approche descriptive. Séquence I: Réperages dans le champ du métalangage. Anais do Curso realizado na UFPE: Recife, 2014a.

_____ **L'étage métalangagier du dire**: clivages théoriques dans son approche descriptive. Sequence II: La place de la langue dans l'approche des faits – énonciatifs – métalangagiers. Anais do Curso realizado na UFPE: Recife, 2014b.

_____ **L'étage métalangagier du dire**: clivages théoriques dans son approche descriptive. Séquence III: Elements sur les conceptions du sujet. Anais do Curso realizado na UFPE: Recife, 2014c.

_____ **Entre a Transparência e a Opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____ **Palavras incertas**: as não coincidências do dizer. Campinas: UNICAMP, 2001.

_____ **Enonciation, méta-énonciation**. Hétérogénéités énonciatives et problematiques du sujet. In VION R. Les sujets et leurs discours – énonciation et interaction. Université de Provence, 1998b.

_____ **Heterogeneidade(s) Enunciativa(s)**. Trad. Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. In Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas-SP: UNICAMP, IEL, n° 19, p. 25-42, jul./dez. 1990.

_____ **Psychanalyse et champ linguistique de l'énonciation** : parcours dans la méta-énonciation. In Linguistique et Psychanalyse, sous la dir. de M. Arriuvé & C. Normand. Paris: Ed. In Press, 1984.

_____ **Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive, éléments pour une approche de l'autre dans le discours**. In DRLAV, n° 26, 1982.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. São Paulo: HUCITEC, 2014.

_____ **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BENVENISTE, Emile. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, 2006.

_____ **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Pontes, 2005.

- _____ **Problèmes de Linguistique Générale II.** Paris: Gallimard, 1974.
- BEZERRA, B. G.; LÊDO, A. C. O; e PEREIRA, S. V. M. (Orgs). **Práticas Discursivas em EAD, Reflexões e Aplicações.** Recife: Ed Universitária UFPE, 2013.
- BOGDAN, R e BIKLEN, S. (1994). **Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto: Porto Editora.
- BRAIT, Beth. et al. **Bakhtin: Outros Conceitos-Chave.** São Paulo: Contexto, 2012.
- _____ **Bakhtin: Conceitos-Chave.** São Paulo: Contexto, 2010d.
- DAMASCENO, E. A. **Lexicometria, geração de descritores, construção de ontologias e ensino de linguas: implicações e perspectivas.** In *Múltiplas Perspectivas em Linguística.* Uberlândia: ILEEL, 2006.
- FLORES, V. do N. et al. **Dicionário da Linguística da Enunciação.** São Paulo: Contexto, 2009.
- FLORES, V. do N. e TEIXEIRA, M. **Introdução à linguística da enunciação.** São Paulo: Contexto, 2008.
- FLORES, V. do N. **Linguística e psicanálise: princípios de uma semântica da enunciação.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- HULAK, F. **A invenção de um dispositivo como suplência à metáfora paterna: efetuar a torção de uma superfície unilateral.** In *Revista de Ciências Humanas*, vol. 47, n° 2: UFSC, 2013.
- KADER, C. C. C. **A Heterogeneidade Enunciativa: um entrelugar.** Anais do IX Seminário ANPED Sul. Santa Maria: 2012.
- KUHN, T, S, **A estrutura das revoluções científicas.** 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- LACAN, Jacques. **Nomes-do-Pai.** São Paulo: Zahar, 2005.
- LIMA FILHO, I. A. **Produção discursiva nas psicoses.** Recife: Ed Universitária UFPE, 2012.
- MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Manual de Linguística.** São Paulo: Contexto, 2012.
- PILLA, E. H. **Os neologismos do português e a face social da língua.** Porto Alegre: Age, 2002.
- RAY-DEBOVE, Josette. **Le Métalangage : étude linguistique du discours sur le langage.** Paris : Le Robert, 1978.
- RIVERA, T. **Ensaio sobre o espaço e o sujeito.** Lygia Clark e a psicanálise. In *Revista Ágora*, vol. 11, n° 2, 2008.
- SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral.** São Paulo: Cultrix, 2012.
- SCHÄFFER, M; FLORES, V. do N. e BARBISAN, L. B. (Orgs). **Aventuras do Sentido: Psicanálise e Linguística.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

SILVA, F. E. V. **Gramáticas brasileiras contemporâneas do português:** Linhas de continuidade e movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização. Tese de doutorado. Recife: UFPE, 2015.

SOUZA, M. O. **Anagramas de Saussure:** entre a poesia e a teoria. Dissertação de mestrado. Uberlândia: EDUFU, 2012.

STAROBINSKI, Jean. **Palavras sob as palavras:** os anagramas de Ferdinand de Saussure. São Paulo: Flanarte, 1974.

TEIXEIRA, Marlene. **Análise do Discurso e Psicanálise:** Elementos para uma abordagem do sentido no discurso. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

XAVIER, A. C. e CORTEZ, S. (Org). **Conversas com linguistas:** virtudes e controvérsias da linguística. São Paulo: Parábola, 2003.

ZIZEK, S. **Um mapa da ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.